


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALAN CRHISTIAN QUADROS ALVÃO

A black and white photograph showing the silhouettes of five people in a small boat on a body of water. The water is textured with small waves and ripples. The boat is positioned in the middle ground, slightly to the left of the center.

TRABALHADORES DO MAR EM QUATIPURU-MIRIM, TRACUATEUA - PA:  
MEMÓRIAS, TRABALHO E AMBIENTE COSTEIRO

PORTO ALEGRE

2020

ALAN CRHISTIAN QUADROS ALVÃO

TRABALHADORES DO MAR EM QUATIPURU MIRIM, TRACUATEUA –  
PA: MEMÓRIAS, TRABALHO E AMBIENTE COSTEIRO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Weber

PORTO ALEGRE

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

Alvão, Alan Crhistian Quadros  
Trabalhadores do Mar em Quatipurú Mirim, Tracuateua  
- PA: memórias, trabalho e ambiente costeiro / Alan  
Crhistian Quadros Alvão. -- 2020.  
156 f.  
Orientadora: Regina Weber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Pesca artesanal. 2. História Oral. 3.  
Representações sociais. 4. memórias. 5. comunidade  
tradicional. I. Weber, Regina, orient. II. Título.

ALAN CRHISTIAN QUADROS ALVÃO

TRABALHADORES DO MAR EM QUATIPURU MIRIM, TRACUATEUA –  
PA:MEMÓRIAS, TRABALHO E AMBIENTE COSTEIRO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2020.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Regina Weber (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Elenita Malta Pereira  
Universidade Estadual do Centro-Oeste

---

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Lucas Antônio da Silva  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico esse trabalho a todos aqueles que estiveram e estão próximos a mim, fazendo  
dessa vida a melhor possível.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela concessão da bolsa para o desenvolvimento desse trabalho.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo espaço de ricas experiências e relações afetivas que proporcionou a mim.

À professora Regina Weber pela orientação, compreensão e empatia.

Aos meus pais, Moisés e Maria, que de longe encaminham as melhores energias e nunca me esqueceram em suas orações.

Ao meu parceiro e companheiro de todas as horas, Alexandre Sartori.

Aos meus historiadores, amigos, parceiros de copo e de guerra: José Junior, José Augusto Zorzi, Tairane Ribeiro, Roger Camacho.

Às amigas, Sandra Freitas, Adriana Rodeski e Rita Lemos, que de braços abertos me acolheram em terras gaúchas.

Aos pescadores e às pescadoras de Quatipuru Mirim pelo tempo cedido, pelas histórias e lembranças compartilhadas.

A todos aqueles que de forma direta e indireta contribuíram para a produção desse trabalho e na minha passagem pelo mestrado.

Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão  
passando de pessoa a pessoa, que nunca  
estaremos sós.(Valter Hugo Mãe, O  
filho de mil homens).

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo descrever e compreender as práticas, memórias, histórias e concepções da pesca artesanal de Quatipuru Mirim, Tracuateua – PA sob a perspectiva dos trabalhadores locais. Para tanto, operei com a história oral com o intuito de produzir fontes orais, utilizadas no processo. Foram entrevistadas doze pessoas moradoras da localidade e envolvidas na atividade pesqueira, das quais, a maioria era homem que já haviam praticado e que praticam as modalidades “embarcada” e/ou de “beirada” da atividade. Os resultados revelaram que a pesca ainda se trata da principal atividade geradora de renda e está na base da formação identitária do grupo. O trabalho artesanal se particulariza pelas características ambientais e socioculturais da região, embora tenha traços encontrados em outras realidades pesqueiras como o processo de inserção de novos pescadores, o mestre, o padrão de divisão sexual do trabalho, e a relação com o “marreteiro” e/ou “patrão”, além de haver verbalização de mudanças tecnológicas. Os pescadores não tiveram clareza sobre os objetivos e o funcionamento da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, tendo nos conflitos com os agentes ambientais e em outras políticas, como as do INCRA, o conteúdo para a elaboração das impressões locais sobre a unidade de conservação. As memórias do trabalho revelaram elementos importantes que apontam para uma racionalidade local do trabalho e do ambiente, como contraponto à racionalidade hegemônica capitalista e urbano-industrial.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. História oral. Reserva extrativista marinha. Trabalho.



## ABSTRACT

This study aimed to describe and understand the practices, memories, histories and conceptions of artisanal fishing in Quatipuru Mirim, Tracuateua – PA from the perspective of local workers. To this end, I worked with oral history in order to produce the oral sources used in the process. Twelve people living in the locality and involved in the fishing activity were interviewed, most of them were men who had already practiced and who practiced the "embarcada" and / or "beirada" modalities of the activity. The results revealed that fishing is still the main income-generating activity and underpins the group's identity formation. Craft work is distinguished by the environmental and sociocultural characteristics of the region, although it has traces found in other fishing realities such as the process of insertion of new fishermen, the master, the pattern of sexual division of labor, and the relationship with the "marreteiro" and / or "patrão". Fishermen were unclear about the objectives and operation of the Tracuateua Marine Extractive Reserve, and formed their impressions of protected areas in conflicts with environmental agents and INCRA policies. The memories of work revealed important elements that point to a local rationality of work and the environment, as a counterpoint to the capitalist hegemonic and urban-industrial rationality.

Keywords: Artisanal fishing. Oral history. Marine extraction reserve. Work.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>ATUALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL: entre mudanças e continuidades ...</b>	<b>23</b>
2.1	Traços de longa duração da pesca .....	23
2.2	Mecanismos de controle da pesca e diferentes organizações da produção no setor pesqueiro .....	25
2.3	A pesca artesanal: mudanças e permanências na trama da atualização.....	29
2.4	Lembrança do trabalho no mar: um diálogo entre história social e história ambiental....	35
<b>3</b>	<b>TRABALHADORES/AS, A ILHA E O MAR .....</b>	<b>39</b>
3.1	Quatipurú Mirim: memórias em outras fontes .....	39
3.2	Quatipurú Mirim: a comunidade de pescadores e pescadoras.....	52
3.3	Pescadores/as narradores/as: quem são os sujeitos do estudo? .....	60
<b>4</b>	<b>O TRABALHO NO MAR, AS MEMÓRIAS E OS QUE LEMBRAM.....</b>	<b>66</b>
4.1	A primeira pesca: a infância e as motivações para a inserção na pesca .....	66
4.2	Saberes pesqueiros em atualização: o trato com as tecnologias.....	73
4.3	A “cabrita”: uma conformação solidária da pesca.....	86
4.4	Os parceiros e o mestre: sobre as relações de trabalho.....	89
4.5	Gente de fora: A relação com o “patrão” .....	102
4.6	Entre “alagamentos” e “visagens”: perigos, acidentes e dificuldades no trabalho.....	108
4.7	O pescador “pebado”: a incerteza e a sorte no trabalho .....	115
4.8	“Pegar o da bóia”: o trabalho das mulheres, crianças e velhos/as.....	117
<b>5</b>	<b>O AMBIENTE NAS MEMÓRIAS DO TRABALHO .....</b>	<b>124</b>
5.1	A reserva extrativista marinha de Tracuateua .....	124
5.2	“Era muito grande e tinha muita gente”: a percepção das mudanças na ilha .....	133
5.3	Traços da racionalidade local sobre os recursos e espaço nas memórias do trabalho....	136
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>141</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>149</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>151</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo das sociedades pesqueiras pelas ciências humanas cresceu consideravelmente a partir da década de 1970. O sociólogo Antônio Carlos S'Antana Diegues (DIEGUES, 1999; 2004) construiu a trajetória de um campo de estudo que se convencionou chamar de “socioantropologia das comunidades pesqueiras”. As primeiras pesquisas analisadas pelo autor foram realizadas no final da década de 1960 e nas duas décadas seguintes (1970 e 1980). Tais iniciativas, especialmente de antropólogos e sociólogos, enfocaram as mudanças sociais nos territórios pesqueiros situando-os no contexto da economia nacional com suas implicações nas relações de trabalho e nos conflitos entre as modalidades da atividade pesqueiras, sobretudo, a pequena produção mercantil e a empresarial.

Os estudos apontados pelo autor nas últimas décadas do século passado reúnem características importantes da conjuntura política e da produção científica. As pesquisas com as comunidades pesqueiras ganharam maior densidade teórica e metodológica se distanciando das abordagens descritivas dos folcloristas, como por exemplo, a obra “Jangadeiros” de Luís Câmara Cascudo, e de abordagens da geografia humana, como “Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro” de Brito Soeiro, publicadas entre 1950 e 1960 (DIEGUES, 1990).

A socioantropologia da pesca, de acordo com Diegues (2004) baseia-se nas particularidades das comunidades piscatórias, que distintas das demais comunidades rurais, constroem “suas relações com o meio ambiente particular, o mar, no seu mundo de valores e ideologias decorrente dessas relações com o mundo natural e também com a sociedade mais ampla, a nível regional e nacional” (p. 78). Dessa forma, alguns autores, situados nesse campo de estudo, e suas publicações de relevância para a construção desse trabalho foram apresentados nessa parte do texto.

O sociólogo Antônio Carlos Diegues é conhecido na comunidade científica por suas publicações abrangentes sobre as comunidades pesqueiras, articulando temas como: as mudanças sociais na organização da pesca artesanal, a formação da pesca empresarial no Brasil, as representações e usos do espaço e dos recursos, com ênfase na utilização e imaginação das águas, e as formas de manejos locais analisadas à luz da conservação. No entanto, algumas de suas obras se destacaram pela contribuição a esta dissertação, como o livro “Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar” (DIEGUES, 1983), por tratar-se de uma pesquisa empírica realizada com os pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. Na obra o autor classifica as distintas e relacionais formas de organização da produção pesqueira existentes na região, em:

produção dos pescadores-lavradores, dos pescadores artesanais e dos armadores e embarcados. Com o avanço do capital e incentivo político por parte do Estado brasileiro as relações entre essas modalidades da atividade pesqueira tornaram-se conflituosas acarretando na desestruturação da pequena produção mercantil. Além disso, no estudo também foram analisadas as relações de trabalho nas quais os trabalhadores são estratificados de acordo com as produções, sendo eles: “os donos de aparelhos de pesca e camaradas para pequena pesca, os mestres, tripulantes e armadores para a pesca embarcada” (p. 8). Em resumo, a investigação buscou as transformações no setor pesqueiro de São Paulo e as condições que possibilitaram que elas ocorressem.

O livro “Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima” (Diegues, 1995) reúne diversos trabalhos do autor publicados entre 1988 e 1994. Os textos focalizaram as relações históricas construídas pelas sociedades costeiras e o mar. Dessa forma, comentarei alguns artigos que foram relevantes para pensar os pescadores de Quatipuru Mirim no âmbito desta pesquisa. No capítulo “Tradição e mudança nas comunidades de pescadores no Brasil”, Diegues discutiu as especificidades das comunidades marítimas, tomando em conta que apenas uma parte das populações litorâneas se transformaram em comunidades marítimas. Isso porque muitas continuam combinando a pesca e agricultura em diversos níveis,

O “particularismo” das comunidades marítimas... está relacionado com o ambiente físico do mar, marcado pelas mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d’água (burrascas, tempestades). Os recursos naturais renováveis, em particular as espécies de peixes são móveis e muitas vezes “invisíveis”, reproduzindo-se e migrando de um ambiente a outro, obedecendo a complexos padrões de reprodução (DIEGUES, 1995, p. 30).

O autor discutiu também as noções de “mudança social” e de “tradição” para pensar essas populações, partindo do princípio de que não somente a relação com o mar é a formadora dos estilos de vida e da cultura das populações marítimas, mas que elas se produzem num contexto histórico e socioeconômico em uma relação fundamental com a sociedade dominante. Trarei no próximo capítulo do desenrolar das discussões do autor em torno das duas noções supracitadas.

Outro capítulo relevante do livro cuidou das “formas de organização da produção pesqueira no Brasil”, orientando sobre os aspectos metodológicos (DIEGUES, 1995, p. 51) como a importância de se tomar as populações da pesca artesanal como integradas na economia nacional, seguindo, em diversos níveis, a lógica da “acumulação do capital e da divisão social do trabalho no Brasil” (p. 52), evitando perspectivas isoladoras e alheias de grandes processos

econômicos. À vista disso, o autor volta a categorizar as modalidades de pesca, enfatizando as tensões entre modalidades coexistentes, em especial a pesca artesanal e a empresarial. Para os dois tipos há de se considerar outros aspectos definidores para além dos tecnológicos e de mercado, há de se levar em conta as diferentes formas de organização da produção.

A antropóloga Simone Carneiro Maldonado em seu livro “Pescadores do mar” lançando em 1986, em consonância com Diegues (1983), trouxe aspectos relevantes para o estudo da identidade do pescador marítimo. Em sua classificação dos tipos de pescador a autora considera elementos como:

...a forma de apropriação das embarcações e do instrumental de trabalho, o sistema de divisão do produto, a constituição e o referencial de recrutamento dos grupos de trabalho, o acesso aos lugares de pesca e, naturalmente, as relações que prevalecem entre os membros das tripulações (MALDONADO, 1986, p. 13).

Assim, de forma generalizada os tipos de produção podem ser de pescadores-agricultores, pescadores artesanais e industriais. Os primeiros articulam agricultura e pesca para garantir os gêneros de subsistência em diferentes períodos do ano, tendo os grupos de trabalho constituídos na unidade familiar, não havendo salário e excedente. A pesca nesse caso é simples e não ocorrem grandes deslocamentos no mar. A pesca artesanal utiliza o referencial do parentesco para formação dos grupos de trabalho, sendo considerado um trabalho autônomo, sem um vínculo empregatício. A atividade pesqueira na produção artesanal trata-se da principal fonte de renda com a produção voltada ao mercado, no entanto mantendo o “caráter alternativo”, isto é, podendo ser destino ao consumo doméstico. A modalidade industrial se contrapõe à artesanal, na medida em que se caracteriza pela “dissociação entre o pescador e o pescado” (MALDONADO, 1986, p. 17), com a formação das tripulações obedecendo a regras diferentes. O pescador não participa, necessariamente, da tomada qualquer decisão em relação a constituição dos grupos de trabalho, sendo assalariado e participando somente da captura e das atividades, no barco que lhe forem designadas. Para o caso industrial, a antropóloga denomina três atividades básicas: “captura, industrialização e comercialização” (p. 16). O contato entre os tipos de produção acontecem com frequência entre os pescadores artesanais e empresariais, o que possibilita a “atualização da pesca”, por via dos contatos mais diretos com o mercado, com cooperativas, com as fontes de subsídios e financiamentos e entre as frotas.

Pode-se definir a “atualização da pesca artesanal” como a “absorção de elementos da pesca moderna pela pesca tradicional, como no caso da utilização de motores nos botes de pesca” (MALDONADO, 1986, p. 72).

No último capítulo do livro a antropóloga aponta uma análise da organização da pesca artesanal em uma comunidade do litoral Paraibano. Simone Maldonado destaca elementos importantes da identidade local. Os nomes de pesca são atribuídos pelos companheiros ao pescador, e está relacionado a algum feito no mar, característica física, hábito ou brincadeiras, além de ser adquirido num contexto afetivo. Outro elemento significativo é uma manifestação de solidariedade frente ao companheiro “fracassado”, assim, o “fracasso” trata-se um estado depressivo após acontecimentos traumáticos como a morte de um filho, da viuvez, desavenças entre familiares ou a perda do bote. Nesse momento o pescador que “cai no fracasso” é ajudado por familiares e conhecidos, que proveem o sustento da família enquanto o pescador supera a sua crise, geralmente com bebidas e desabafos. Em relação à alimentação é comum na comunidade a troca e doação de peixes, de forma que o consumo do pescado é a confirmação de autonomia no trabalho.

Na obra “Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima” Simone Maldonado (1993) construiu uma análise etnográfica com os pescadores de três comunidades do litoral paraibano sobre a organização da pesca, elencando questões relacionadas a constituição das tripulações. A autora apresentou fundamentos da territorialidade produtiva, estruturados através de elementos como a “confiança, cooperação, submissão voluntária, competição, igualdade, hierarquia, risco e sorte”. A organização do trabalho envolve o meio marítimo e o terrestre particularizando relações como a produção no mar e relação com os parceiros, e a comercialização em terra e as negociações com compradores e com a família. As relações sociais nos dois meios se complementam e criam uma continuidade no espaço que aparentemente é dividido. A antropóloga tratou também da construção social da pessoa do mestre por meio do reconhecimento de suas qualidades “inatas”, cercando-a de confiança. A mestrança se trata de um fenômeno prático revestido de significados ligados à tradição e vinculado ao espaço produtivo. O mestre tem papel social significativo na constituição das tripulações, no momento da “marcação” (estratégias e saberes para localização de lugares com abundância de recursos pesqueiros), e na amenização de conflitos entre os parceiros. Em outro momento do texto voltarei a discutir sobre as postulações da autora sobre esse fenômeno, e sua vigência no caso de Quatipuru Mirim.

A antropóloga Lúcia Helena de Oliveira Cunha em um artigo intitulado “Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal” (CUNHA, 2000) resultado de uma pesquisa de dissertação defendida em 1987 buscou identificar as conformações temporais e espaciais em um núcleo pesqueiro de Barra da Lagoa no litoral catarinense. A autora se apropriou das noções de “tempo natural” e “tempo do relógio” de Thompson para analisar a criação cultural da

temporalidade resultante de imposições, tanto das dinâmicas naturais, como da ordenação capitalista. A imprevisibilidade é constituinte dos saberes pesqueiros, visto que ao obedecer às ordenações do tempo natural, os pescadores precisam esperar o tempo das marés, das safras e outras condições ambientais. Diante da imposição da ordenação temporal mercadológica, o pescador permanece por mais tempo no mar e lança-se em jornadas com frequência acelerada. Essa discussão a autora aprofunda em sua tese de doutoramento “Ordens e desordens socioambientais” realizada com pescadores do litoral paranaense. O trabalho objetivou evidenciar os processos ordenados e desordenados que constituem dinâmicas pesqueiras, lançando mão da cosmovisão, saberes e técnicas dos pescadores, bem como do conhecimento científico das áreas das ciências ambientais (oceanografia, meteorologia e geologia) sobre as dinâmicas do ambiente marinho. A conclusão do trabalho colocou em questão a noção de ordem e equilíbrio ambiental,

Verificou-se que se, por um lado, a interação do pescador com o mar é marcada por desordens criadoras, por outro lado, desordens destruidoras de caráter socioambiental se pronunciam simultaneamente nesse universo, o que requer a construção de projetos amplos para suplantá-las fundados na sustentabilidade socioambiental (CUNHA, 2007, p. 174).

O historiador Luiz Geraldo Silva em sua publicação “A faina, a festa e o rito” (2001) examinou os modos de vida e os ofícios das gentes do mar do século XVII ao XIX. Entre os sujeitos estudados estavam os pescadores, marinheiros e canoieiros, cativos e homens livres. O autor tratou da consolidação do Estado-nação, e do processo de formação da Marinha de Guerra que no século XIX criou mecanismos com a finalidade de controlar a população marítima para fins de “reserva naval” do país. Segundo o historiador essas ações visavam controlar a temporalidade social dos pescadores para a transformação da ordenação do tempo natural que eles seguiam, como no caso dos jangadeiros do Nordeste mencionado a seguir:

Os jangadeiros, como sujeitos históricos inscritos nas linhas desse mundo pré-industrial, pareciam portar uma atitude ainda mais indiferente em relação ao tempo do relógio. O “seu” tempo era regulado, antes de mais nada, pela natureza – seja pelas marés, seja, principalmente, pelas estações existentes no litoral do Nordeste, a das chuvas e a de estiagem (SILVA, 2001, p. 209).

Na publicação “História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil” (1998) o historiador Luiz Geraldo Silva tratou da constituição de modos de vida e trabalho no mar, destacando as fortes características regionais na produção das identidades. Dessa forma, indicou como as formas de existência das populações piscatórias se articularam aos aspectos ambientais e à formação histórica de cada região do litoral brasileiro. Iniciados principalmente no início

do século passado, os processos de urbanização e industrialização levaram os pequenos pescadores a drásticas mudanças das formas de utilização e ocupação das áreas costeiras e a predação dos recursos do ambiente marítimo. O autor destaca os três principais investimentos nacionais que comprometeram à existência dessas populações. Primeiro, o aumento da demanda de pescado pelos núcleos urbanos, principalmente na região centro-sul. O segundo foi o reordenamento da pequena pesca e as mudanças nas relações de trabalho e relações comunitárias internas às sociedades marítimas. E por último o aumento do interesse turístico e da especulação imobiliária levando à desestruturação de comunidades devido a mudança ocorrida na visão brasileira do mar e das áreas costeiras. Contudo, essas populações criaram estratégias de resistência reinventando seus modos de existir e de trabalho. Essa situação se tem definido de “atualização da pesca artesanal”. Assim, em concordância com Maldonado (1986), o historiador entendeu essa definição como posturas sociais frente às agressões ecológicas e socioculturais expressadas na articulação dos saberes e fazeres tradicionais com as tecnologias do mundo industrial, na politização da pesca e formação de movimentos sociais.

O sociólogo Cristiano Wellington Noberto Ramalho realizou vários estudos com algumas comunidades pesqueiras do litoral pernambucano. Na dissertação de mestrado, intitulada “‘Ah, esse povo do mar’: Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana” (2002), o autor pesquisou as duas comunidades de Itapissuma e Suape na região metropolitana de Recife. A pesquisa seguiu uma perspectiva de comparação das repostas aos novos contextos socioambientais na pesca estuarina “mar de dentro”, realizada em Itapissuma, e na pesca oceânica “mar de fora”, em Suape. As problemáticas ambientais que foram impostas como a degradação ambiental pela proximidade de usinas e canaviais e ainda pela construção de um porto levaram os pescadores a produzir respostas na ordem da prática no cotidiano de trabalho e nas relações sociais.

A tese de doutoramento de Ramalho, cujo título é “Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade”, tem como área de estudo a comunidade de Suape em que os pescadores estão envolvidos na pesca embarcada, ou de mar-alto. A investigação preocupou-se com o sentimento de corporação dos trabalhadores do mar que faz com que o trabalho artesanal seja sentido como espaço de arte, beleza e liberdade pelos sujeitos. De acordo com o autor a construção dessa noção de trabalho, como qualidade de arte, liberdade e beleza revelam componentes de um passado organizativo, no sentido de heranças históricas simbólicas e materiais. Essas características mostram a resistência de uma cultura de trabalho fundamentada em valores não subvertidos pela plenitude do capital. A pesca artesanal pode ser compreendida, no caso de Suape, a partir de sua complexidade, como “pesquisa, conhecimento,



ato, colheita nas águas, e uma arte”, definições essas listadas das percepções dos pescadores. Nesse sentido, vale acrescentar as palavras do sociólogo:

No geral, subjetividade e objetividade mesclam-se e compõem o trabalho. O trabalho, ao permitir a produção da vida, cria um mundo de relações para além dele e que passa a incidir sobre a esfera produtiva, tornando cada vez mais social o mundo do ser humano em seu complexo de complexos (religião, ideologia, política, cultural, economia), sem nunca desligar-se da natureza enquanto relação insuperável (RAMALHO, 2007, p. 82).

Considerada essa noção de trabalho apresentada pelo autor para o caso dos trabalhadores da região estudada, a pesca exige a articulação de um rico saber-fazer, sobretudo quando decisões precisam ser tomadas no mar. Isso levou à criação de um sentimento de que o trabalho é lugar de autonomia e prática de arte, negando o tempo todo a dominação da plenitude do capital e referendando organizações como as parcerias e a companhia.

As experiências de pesquisa colocadas até esse momento, dizem respeito a trabalhos realizados com diversas comunidades espalhadas pelo litoral brasileiro. A importância reside na proposta de um estudo comparativo a que me propus realizar nesse espaço. A partir daqui, passo a comentar outras leituras incorporadas nas discussões em vários momentos dessa dissertação focadas no litoral amazônico, especialmente em produções ligadas ao Museu Paraense Emílio Goeldi.

A socióloga Maria Cristina Maneschy possui uma longa trajetória nos estudos das comunidades pesqueiras, no entanto, com intuito de direcionar as leituras e discussões que foram realizadas no âmbito do meu trabalho comentarei um de seus textos nesse espaço. No artigo intitulado “A mulher está se afastando da pesca?” a autora analisou os papéis desempenhados pelas mulheres nas comunidades pesqueiras do Pará, que se davam no processo produtivo, a pesca, e na manutenção doméstica. Destarte, existe o predomínio de um forte padrão de divisão sexual do trabalho, reproduzido nos discursos dos pescadores em que a pesca é “trabalho de homem”. As mulheres não fazem parte das tripulações das pescarias de mar-alto, mas desenvolvem tarefas importantes em terra como a pesca de subsistência que garante a dedicação exclusiva do homem às lides marítimas de longa distância. Além disso, participam da formação básica das crianças pela transmissão de conhecimento do trabalho. A autora considerou a influencia de várias transformações de notável impacto no trabalho e que levaram a redução da participação das mulheres na pesca, dentre elas pode-se listar: a facilitação do transporte e escoamento do produto, com a abertura de novas estradas; as inovações tecnológicas das etapas de captura e conservação dos peixes, como o gelo; e a presença constante de comerciantes. A redução dos processos pré e pós-captura limitaram a participação

das mulheres, seja no beneficiamento do pescado ou na comercialização.

A antropóloga Lourdes Furtado tem longa trajetória nos estudos da pesca amazônica praticada por grupos variados de litorâneos e ribeirinhos. No artigo “Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará” (FURTADO, 1990), a autora elenca as características das áreas amazônicas que propiciaram a exploração dos recursos pesqueiros, apontando para a diversidade de ambientes como lagos, os rios, igarapés, paranás e o mar. A vocacionalidade da região para a pesca está ligada as condições hidrobiológicas com uma multiplicidade de áreas piscosas e sua diversidade de espécies ictiológicas. No texto também foi abordada a questão da implantação do parque industrial pesqueiro na década de 1970 oriundo de políticas de incentivos fiscais para a Amazônia por vias da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, principalmente para a pesca de mar-alto. Com isso formaram-se várias problemáticas ligadas às empresas industriais como a intensificação da sobre-pesca, e a questão séria do envolvimento da “fauna acompanhante”. A pesca de camarão utilizava de redes de pesca que não permitiam a seletividade da espécie alvo levando à impactos consideráveis nos estoques pesqueiros.

No mesmo artigo a autora trouxe as características gerais da atividade pesqueira artesanal do Pará, cuja produção não se dirige apenas à alimentação doméstica, mas principalmente a sua comercialização. Desta forma o setor pesqueiro foi classificado em pesca industrial e pesca artesanal, se tratando de uma escolha que contemplou a dicotomia organizacional do setor. No que se refere à pesca artesanal e sua organização social, os pescadores foram categorizados como polivalentes e monovalentes. Os primeiros correspondem àqueles que realizam múltiplas atividades produtivas como o roçado, a coleta, o extrativismo, a pecuária e a pesca. No caso dos outros, os monovalentes, existe uma dedicação quase exclusiva ao trabalho pesqueiro. Dito isso, a primeira característica elencada foi a dependência por parte dos pescadores de uma rede de intermediários (atravessadores). Esses compradores do pescado dirigem-se quase sempre aos locais de desembarque, onde acontece a negociação. Os aspectos que levaram a construção dessa relação são as longas distâncias entre os pontos de produção e os centros de mercado, além disso, outro fator relacionado é a crescente aspiração dos trabalhadores pelos bens de consumo da sociedade industrial, de forma que o pescador aumenta a permanência no mar e a frequência das jornadas de pesca fazendo uso de variadas estratégias de produção, valendo-se até de métodos mais predatórios para aumentar a sua produção.

A segunda característica geral da atividade pesqueira nos moldes artesanais é o uso de tecnologias relativamente simples produzidas artesanalmente pelos membros das famílias e dos

grupos de trabalho. As vilas organizadas pelas sociedades piscatórias também podem ser características dessa cultura de trabalho no estado denominadas pela autora de “unidades sociais”. Essas unidades sociais de habitação dos pescadores encontram-se distribuídas às margens de praias, rios, igarapés, entre outros. Entretanto, quase sempre distantes dos pesqueiros. Existe um padrão de distribuição das habitações quando se toma a fisionomia dos agrupamentos, que tende a concentração, mas varia a depender do tipo de produção. No caso dos pescadores polivalentes não se pode identificar imediatamente como vila de pescadores devido a diversidade de atividades desempenhadas pelo grupo. Já no caso dos monovalentes se constata visivelmente os sinais pelas casas, quintais e terrenos pela exibição de instrumentos da pesca, tais como: redes, remos, boias, espinheis e etc.

Os pescadores possuem uma íntima relação com a natureza onde constroem aprendizados de métodos e técnicas de pesca e processamento dos produtos. A depender da região em que vive o trabalhador pode valer-se em maior ou menor grau de recursos de variados ambientes para sua sustentação, tanto do meio aquático, como de florestas, manguezais, campos, entre outros que são modificados em alguma medida.

Furtado (1990) acrescentou seis problemáticas gerais da pesca tradicional no estado. A primeira é a invasão de áreas de atividade artesanal pelas frotas industriais de forma a marcar uma situação geradora de muitos conflitos. A segunda é a ausência de apoio institucional, visto que a atividade artesanal foi tomada como “improdutiva” pela SUDAM implicando na distribuição dos incentivos fiscais que foram encaminhados para as empresas. A terceira é a crescente especulação imobiliária, especialmente no caso da pesca marítima, onde o pescador é induzido pelos visitantes a vender suas propriedades, levando a desarticulação das comunidades e a migração para as periferias urbanas. A quarta se refere à falta de adequação e a fragilidade da legislação em relação as realidades regionais. A quinta é a fragilidade das representações de classe dos pescadores com sérias dificuldades organizacionais. As colônias de pescadores que teoricamente são órgãos de representação desses trabalhadores ainda funcionam nas vias do assistencialismo e paternalismo como herança histórica ligada ao processo de formação da instituição como mecanismo de controle do setor por parte do Estado. A última problemática está ligada a anterior, pois se trata das interferências externas político-partidárias que acarretam na dissidência dos grupos.

As relações entre os pescadores e intermediários foram analisadas por Elio Pantoja Alves (2006) em suas particularidades na Amazônia. A prática de “aviar” é estruturante da cadeia de comercialização do pescado. Esse termo foi criado na região e está relacionado ao fornecimento de mercadorias à crédito. O aviamento se trata de uma prática histórica em

diversos modos de produção no campesinato no Pará e tem como características principais a dependência, especialmente dos pescadores, em receber os insumos para a produção e é ainda a via mais comum de comercialização do produto. Além disso, o financiador, nesse processo, garante a liberdade na fixação dos preços. A manutenção dessa relação é garantida por fatores como o isolamento dos povoados e a distância dos pontos de produção em relação aos centros de comércio, e pela forma como se dá o aviamento que perpassa por noções de “ajuda” e troca de favores. Essas noções criam um sentimento de segurança para a negociação, embora leve ao endividamento do produtor gerando a obrigação da venda para o financiador. O autor trouxe uma classificação dos intermediários para a região de Marudá no Pará: os grandes, os médios e pequenos intermediários. Os primeiros estabelecem locais, tais quais barracões e galerias, para o recebimento do produto e transporte em caminhões e por já possuírem uma melhor estrutura para conservação, conseguem aumentar o volume direcionado à exportação de pescado. Os médios intermediários adquirem seu volume na compra de pescados dos grandes intermediários ou diretamente com o produtor. Os pequenos intermediários visam, quase sempre, o comércio na região, tendo acesso as comunidades pesqueiras de ônibus, lanchas e bicicletas, nos quais realizam o transporte de reduzidas quantidades. A continuidade do aviamento se dá, não só pela possibilidade de crédito procurada pelo pequeno pescador, mas sobretudo pela garantia de um financiador que “ajude” em tempos de baixa produção ou em momentos difíceis.

Dadas essas características gerais da pesca artesanal no Pará, a intenção dessa introdução foi de mostrar como se desenhou o campo de estudos “socioantropologia da pesca” exemplificando a partir de estudos realizados no litoral brasileiro. Os estudos realizados na região do Salgado Paraense, onde está situada a comunidade estudada, foram incluídos no segundo capítulo, no qual tratarei especificamente do tema. Assim, outros aspectos do setor pesqueiro e conceituações utilizadas na análise se encontram no capítulo a seguir.

Ainda nesse espaço, vale uma breve discussão sobre uma noção que norteou esta análise em vários aspectos, especialmente sobre as formas de compreensão do trabalho e do ambiente por parte dos pescadores: a noção de representação social.

A partir de meados dos anos 60 o interesse pelos fenômenos do domínio do simbólico aumentou e a busca por explicações desses fenômenos (ARRUDA 2002). Dessa forma muitos conceitos começaram a surgir, entre os quais estão as noções de representação e memória social.

O termo representação possui vários significados, além de longa tradição e uso. Devido à ambiguidade do termo, que por um lado evoca ausência, por outro dá visibilidade a realidade representada (GINZBURG 2001), tem sido objeto de longas discussões no campo das Ciências Humanas. No entanto para Carvalho & Arruda (2008) o termo vem indicar “‘algo’ que se insere

entre um sujeito e um objeto”. Ao tratar-se de símbolos, ações, expressões, palavras, imagens derivados das diversas interações humanas. Assim, segundo Jodelet (2001) construímos representações pela necessidade que temos em saber sobre a relação com o mundo que construímos e que nos cerca.

Nesse contexto surge a Teoria das representações sociais, cunhada por Moscovici em sua tese, que foi intitulada “*Psychanalyse: son image et son public*”, que busca compreender a significação que os grupos populares atribuíram a psicanálise. Essa obra se torna assim o veículo da noção de Representações Sociais e da ideia de que essas determinam as ações (Abric 2001). Fato este, que fundamenta um novo campo híbrido de estudos, a Psicologia Social. Na perspectiva desse novo campo, vários autores tentam definir o termo representação. Para Abric (2001) a representação se trata de um sistema de interpretação da realidade que influencia diretamente na tomada de decisões dos grupos sociais:

La representación funciona como un sistema de interpretación de la realidad que rige las relaciones de los individuos con su entorno físico y social, ya que determinará sus comportamientos o sus prácticas. Es una guía para la acción, orienta las acciones y las relaciones sociales (ABRIC 2001, p.13).

Jodelet definiu as representações sociais como “fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social”. No entanto observa-se nos diversos trabalhos com o termo representações sociais que a comunidade científica tem acordado uma primeira classificação na qual o termo é considerado uma forma de conhecimento, elaborado e compartilhado socialmente, objetivando aspectos práticos e contribuindo para a construção de uma realidade comum ao grupo social. Da mesma forma, “intervêm em processos tão variados quanto a difusão de conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição de identidades pessoais e sociais, na expressão de grupos e nas transformações sociais” (JODELET, 2001, p. 5).

Para o estudo das representações sociais deve-se considerar o funcionamento cognitivo e o funcionamento do sistema social (JODELET, 2001), além de articular elementos de ordens diversas, como: afetiva, mental, social, de forma que haja também a integração da cognição, linguagem e comunicação. Dessa maneira a análise das representações sociais foi ganhando um caráter particular ao considerar os processos cognitivos, bem como integrá-los ao pertencimento e a participação do sujeito ao meio cultural e social. Na busca de apreender o conteúdo das representações sociais na sua complexidade faz-se necessário responder as perguntas: Quem sabe, e a partir de onde sabe? O quê e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito? Considerando as representações sociais como saberes práticos. No caso dessa

análise foram elencados os conteúdos das representações sociais, e a atribuição de sentido pelos sujeitos, isto é, a dimensão significativa (SILVA, 2000). No que se refere à compreensão do ambiente, a noção de representação social aproximou-se da noção de paisagem, que foi discutida no capítulo seguinte.

No primeiro capítulo tratei de aspectos que apontam para a longa duração da atividade pesqueira, demonstrando, também, os mecanismos de controle da produção e dos trabalhadores a ela vinculados, em diversos momentos históricos. O capítulo traz discussões em torno do que se tem chamado de “atualização da pesca” em estudos sócio-antropológicos em comunidades na atualidade. Este capítulo introduz questões metodológicas da história oral e traz novos aportes bibliográficos.

No segundo capítulo me ocupei da análise das representações construídas sobre a ilha de Quatipuru Mirim, por se tratar da área de estudo, bem como do recorte geográfico para a pesquisa sobre as memórias da pesca artesanal. Para tanto me apropriei de fontes disponíveis nos espaços digitais: o relatório da Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) produzido em 1998 e das memórias construídas em páginas no Facebook relacionadas ao lugar. Depois busquei compreender a forma como os nativos percebem e lembram-se do seu lugar para contrastar com a visão externa. Para tanto se fez necessário localizar os espaços sociais dos sujeitos.

No terceiro capítulo tratei das memórias do trabalho, destacando pontos da forma de lembrar e as informações sobre o cotidiano de trabalho no correr da trajetória de vida. A história oral passou a se centralizar na temática da atividade pesqueira, evidenciando apropriação das novas tecnologias, as relações sociais de trabalho, os perigos e as incertezas que cercam as rotinas no mar e na pesca de beirada.

No último capítulo analisei as memórias relacionadas à reserva extrativista marinha de Tracuateua. Para tanto, acrescentei discussões sobre o processo de formação da reserva, realizadas em outras pesquisas. Nesse espaço abordei, também, as mudanças na ilha e na comunidade como foram percebidas e lembradas pelos pescadores, elencando detalhes ambientais e sociais.

## 2. ATUALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL: ENTRE MUDANÇAS E CONTINUIDADES

### 2.1 Traços de longa duração da pesca

A pesca trata-se de uma das atividades de reprodução social entre as mais antigas na história das populações humanas, remetendo ao período em que as sociedades humanas eram nômades e viviam somente da coleta e extração de elementos da natureza. A descoberta de sítios arqueológicos do tipo “sambaqui” distribuídos pela região litorânea brasileira evidencia a longa duração das práticas pesqueiras, assim como as tradições culturais dos povos pré-históricos que se diferenciavam ainda que em regiões de relativa homogeneidade (KNEIP, 1998).

O historiador Luiz Geraldo da Silva (2001), em seu livro “A faina, a festa e o rito”, trouxe considerações importantes sobre o desenvolvimento da pesca no Brasil a partir do contato interétnico iniciado no século XVI com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Nesse contexto o trabalho indígena no mar ganhou destaque até meados do século XVII em regime de escravidão, calcado na experiência que os nativos tinham do ambiente natural, dos recursos pesqueiros e das artes de pesca, sobretudo por estarem amplamente distribuídos ao longo da costa, embora as indicações exatas dos locais de moradias sejam confusas e imprecisas na maioria das vezes. Essas informações apontam para uma longa tradição de trabalho no mar construída pelas populações nativas antes da colonização.

A composição da tripulação portuguesa em suas empreitadas no mar com intuito de conquistas territoriais para o império português teve nas comunidades marítimas europeias, distribuídas ao longo do litoral, uma importante fonte de marinheiros durante o século XV e XVI, especialmente por se tratarem de comunidades culturalmente marcadas pela maritimidade<sup>1</sup>. As comunidades existiam na região litorânea desde a Idade Média em decorrência de diversas ações da igreja católica no final do período e no contexto do renascimento, como o estabelecimento de “santos protetores, das confrarias e de diversas práticas rituais” (SILVA, 2001, p. 32). Os pescadores portugueses das pequenas vilas eram os mais representativos na cultura marítima de Portugal. E assim como no caso dos nativos da América, observou-se a existência de tradições “às margens” em diferentes regiões do mundo.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado nos estudos antropológicos franceses e empregado na literatura recente no Brasil, referente às práticas e representações de comunidades costeiras e marítimas em relação ao mar.

Entre meados do século XVII, com continuidade no século XVIII, o trabalho indígena deixou de constituir a principal força de trabalho em diversos modos de produção na América portuguesa e uma postura mais extrema da coroa, a proibição da escravização indígena, foi estabelecida com a lei de 30 de julho de 1609. Porém o trabalho indígena permaneceu útil em algumas áreas marginais principalmente pelas condições a que estavam submetidos após um longo processo de destribalização pelos aldeamentos forçados.

A partir do século XVII, a mão de obra africana passa a ocupar lugar de destaque em diversos setores do mundo do trabalho em regime de escravização. Os africanos e seus descendentes tiveram participação significativa na criação do mundo do trabalho no Brasil e de uma cultura marítima. No caso do nordeste, durante o século XVIII estavam entre os principais trabalhadores do mar, seja na pesca ou na navegação. Em relação a essa contribuição cabem as palavras de Silva,

Constitui um fato que algumas das diversas nações ou etnias africanas envolvidas no tráfico atlântico entre os séculos XVII e XIX detinham um arcabouço técnico simples, de pequena escala (armadilhas, redes e embarcações), empregado na pesca marítima e litorânea e na navegação por rios e mar. Num outro contexto, na Península Ibérica ou no Novo Mundo, seus antigos membros pescadores ou canoieiros, agora convertidos em escravos, articularam esse arcabouço trazido de seus pontos de origem aos conhecimentos, instrumentos e embarcações que indígenas e europeus interpuseram entre eles e os meios marítimo ou fluvial locais (SILVA, 2001, p. 61).

Com a apresentação das várias culturas marítimas acima pretendi chamar a atenção às práticas e costumes que diversos grupos humanos mantiveram no período anterior a colonização da América e marcar as origens pluriétnicas que estão na base da sociedade e cultura no Brasil, em contextos de escravidão e resistências, adaptações e criatividade, violência e liberdade, no sentido do que colocou a antropóloga Lourdes Furtado (2006) para a Amazônia, que

Para entendê-la na sua história de longa duração é importante fazer evocação às origens pluriétnicas que estão na base da sociedade e cultura que se formaram na Amazônia, e daí fazer avaliação objetiva das contribuições aos povos do presente, no caso a sociedade e cultura pesqueira contemporânea (p. 162).

No compasso do crescimento demográfico de diversas regiões brasileiras, começam a se formar inúmeras comunidades marítimas depois do século XVIII. Silva (2001, p. 235) apontou que para o caso do Nordeste tais comunidades eram constituídas “principalmente por homens de cor livres, e estes viviam prioritariamente das águas do mar”. Ainda que se tenham muitos modos de vidas se formando nesse período, considerando as dimensões costeiras do



Brasil, até a década de 1960, podem ser caracterizados de acordo com os modos de produção, sobretudo de baixo desenvolvimento das forças produtivas (MARRUL FILHO, 2003).

A partir de então, evidencio algumas transformações instauradas no final do século XIX, e que no século XX se especializaram com mecanismos do Estado para o controle e desenvolvimento do setor pesqueiro. O que leva a uma relevante diferenciação entre os modos tradicionais de pesca e uma emergente pesca industrial.

## 2.2. Mecanismos de controle da pesca e diferentes organizações da produção no setor pesqueiro

No período colonial a pesca estava entre as principais atividades, especialmente na Amazônia, por ser o pescado base da alimentação também de alguns grupos destacados, como a administração colonial. Por sua importância, alguns mecanismos de controle passaram a ser estabelecidos em relação aos pesqueiros reais pois tratavam-se da produção dos indígenas dirigidas aos grupos que estavam no poder, em geral marcados por seu caráter oficial e local (FURTADO, 1981).

O caráter local deve-se ao fato do controle da pesca e suas áreas de interesse estarem a cargo da municipalidade, que interessada em encher os cofres e na preservação de seus recursos passou a delimitar áreas com normativas.

Novos mecanismos de intervenção do governo na vida dos pescadores e marinheiros do Brasil, de caráter mais amplo, foram gerados a partir da independência do país e estabelecimento da Capitania dos Portos (1846). Cardoso fez alguns apontamentos nesse sentido,

Pescadores e marinheiros, embarcações de pesca e de transporte passaram a se submeter à Marinha de Guerra, através das matrículas nas Delegacias da Capitania dos Portos, que guardava para si o direito de recrutar marinheiros e pescadores para compor seus quadros em caso de guerra (CARDOSO, 2009, p. 3).

Somente a partir das primeiras décadas do século XX é que os olhares do governo voltaram-se mais atentos à zona costeira, e a legislação se configura, de fato, mais ampla, representada pela criação da Inspetoria Federal de Pesca em 1912. Em 1919, no intuito de organizar a atividade pesqueira no Brasil o governo federal cria a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, subordinada à Inspetoria de Portos e Costa, sob jurisdição do

Ministério da Marinha (FURTADO, 1981).

Nesse contexto se estabelece uma instituição, muito presente na realidade dos pescadores na atualidade, embora com outra atuação, a Colônia de Pescadores, cuja história está relacionada com uma expedição marítima organizada em 1921. Como resultado da criação da Diretoria de Pesca e Saneamento no Litoral foi realizada uma expedição pelo litoral brasileiro conhecida como “Missão Villar”, assim chamada por ser comandada por Frederico Villar, capitão de corveta. O objetivo de tal empreitada era a catalogação dos pescadores e suas práticas, que acabou gerando um relatório que baseou o regulamento da diretoria recém-criada, para fins de orientação dos assuntos da pesca no Brasil (FURTADO, 1981). Dessa forma, Frederico Villar impressionado com a situação dos pescadores completamente esquecidos pelo governo estabeleceu ao longo do litoral, nas regiões habitadas pelos pescadores, as Colônias de Pescadores. Segundo Furtado (1981), a função das Colônias para Villar era

(...) um meio de congregar todos aqueles que viviam das lides do mar, através das quais poderiam socializar-se e instruir-se. Segundo ele a rivalidade que provavelmente poderia surgir entre elas, consistiria numa maneira de estimulá-los à prosperidade (p. 32).

Com o intuito de organizar a produção pesqueira, a Colônia de pescadores une uma série de outros projetos como a preservação dos recursos biológicos e a segurança naval do país. A partir dos nucleamentos dos pescadores seria inculcada a filosofia do bem servir a pátria (FURTADO, 1981), sendo uma forma de envolver os pescadores na fiscalização da zona costeira e dos mares nacionais por vias da difusão do civismo e do amor a pátria, isso devido aos deslocamentos feitos pelos pescadores em várias áreas, o que criava um potencial na averiguação de embarcações suspeitas.

No processo de consolidação do Estado-nação a criação da Marinha é um aspecto central na formação de mecanismos de controle após a metade do século XIX, sobre os pescadores de mar, com objetivo de constituição de uma reserva naval (SILVA, 2001). A materialização desse interesse está nas matrículas nas capitânicas dos portos das províncias, tornando os trabalhadores do mar, como canoeiros, pescadores e marinheiros, presas fáceis para o recrutamento. Diante do recrutamento forçado para a fiscalização da zona costeira e marítima nacional com os prejuízos daí oriundos para a economia dos marinheiros, a resistência tornou-se comum. Tais mecanismos iniciados com a criação da Marinha, e que são de extrema relevância na construção do Estado-nação, compartilharam com mecanismos anteriores a forte influência do liberalismo,

Apenas homens livres nacionalizados, passíveis de serem recrutados deveriam ser alvo daquelas políticas; ademais, fazia-se premente destruir seus modos de

vida e suas culturas tradicionais, pois elas estavam intimamente associadas ao vício, à dissipação, ao trabalho não morigerado, supostamente propiciado pelo “tempo natural” que reinava em suas formas de produção artesanal. Uma forma industrial, a grande pesca, baseada na existência de empresas, deveria emergir, ensejando o tempo do relógio, o trabalho regular, a disciplina requerida não apenas ao novo profissional do meio marítimo, mas também ao marujo militarizado, submetido à hierarquia de bordo dos vasos de guerra (SILVA, 2001, p. 236).

Ainda na atualidade, os pescadores se mantêm atrelados à marinha. Esse contexto apresentado também contribuiu para a inoperância de várias colônias, e a complexidade das relações entre o Estado, os dirigentes e as associações. Ainda que posteriormente à conquista de status de organização sindical independente, com a promulgação da constituição de 1988 (CARDOSO, 2009).

Outro momento fundamental para o entendimento de alguns fatores que atribuíram complexidade ao setor pesqueiro da atualidade foi à criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) nos anos 1960, no período da ditadura civil militar. Essa instituição pode ser pensada como um mecanismo de controle “na medida em que, através de suas portarias, controla a atividade pesqueira nas áreas de sua jurisdição, cujo cumprimento se dá efetivamente pelas colônias de pescadores” (FURTADO, 1981, p.39).

Iniciou-se, então, um forte processo de “modernização” e industrialização do setor pesqueiro pela SUDEPE, e a criação de políticas de fomento e manutenção de uma pesca empresarial e industrial no Brasil (CARDOSO, 2009). Com a intensiva atividade em alto mar, com uso de tecnologias avançadas para a localização do pesca e alta predação, em relativamente pouco tempo têm-se praticamente exauridos os recursos de alto valor econômico por meio da sobre pesca.

Diante de tal situação as indústrias de pescado, geralmente vindas do sul, voltaram-se às regiões mais próximas da costa, em especial na região norte, na busca por regiões férteis, isto é, áreas reconhecidas pela diversidade, contendo absolutamente 90% dos organismos produtivos, e por ser local de reprodução de muitas espécies. Têm-se com isso um conflito bem marcado com a pequena pesca. Diegues (1999) expressa essa situação na seguinte citação,

Esse processo de modernização e pilhagem da natureza, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subseqüentes numa violência nunca antes constatada nesse país. Se num primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies voltadas a exploração (camarão, piramutaba, etc.) num segundo momento passaram a explorar também as áreas de reservas para a pequena pesca ( p. 366).

Com o fim da SUDEPE, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Renováveis (IBAMA) passou, a partir de 1980, a cuidar das políticas federais voltadas a atividade pesqueira (CARDOSO, 2009). Os mecanismos de controle da pesca desde o período colonial com seus pesqueiros reais no âmbito da municipalidade já consideravam o controle dos estoques pesqueiros, assim como no processo de criação das colônias de pescadores também foi considerado. Com as políticas pesqueiras sob cuidado de uma instituição ambiental a preocupação com os estoques aumentou consideravelmente. A partir de 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e pesca (SEAP) pelo governo brasileiro, e em 2009 passa a se constituir o Ministério de Pesca e Aquicultura (CARDOSO, 2009).

O século XIX trouxe para o setor pesqueiro no Brasil fortes marcas de diferenciação de modos de produção, principalmente pela criação de uma pesca empresarial e industrial, pautada na desarticulação das formas tradicionais. Polanyi (2013) referindo-se a Europa Ocidental no século XVIII trouxe apontamentos que ajudam a pensar o caso da pesca no Brasil, mais especificamente quando o autor trata da desarticulação catastrófica nas vidas das pessoas comuns a partir do progresso nos instrumentos de gestão da produção com vistas ao lucro, o que, para o caso da agricultura, está exposto a seguir,

Em retrospecto, nada pode parecer mais claro do que a tendência de progresso econômico da Europa Ocidental, o qual objetiva eliminar uma uniformidade artificial das técnicas de agricultura, faixas de cultura entrelaçadas e a instituição primitiva das áreas comuns no campo (POLANYI, 2013, p. 39).

Ainda que situações limites entre os modos de produção capitalista e artesanal tenham levado à completa extinção ou desarticulação de populações costeiras, frequentemente o que se tem encontrado é a coexistência, uma negociação marcada pela desigualdade, em que o modo capitalista “se apropria da produção e da mão de obra artesanal, sem necessariamente desorganizá-lo por completo” (DIEGUES, 2004). Em muitos casos conduzindo ao empobrecimento dessas populações assim como ao empobrecimento ambiental.

Diante do que foi exposto parece necessário caracterizar o que se tem chamado de pesca empresarial e industrial (capitalista) e pesca artesanal, mesmo que a segunda já se encontre imersa nas teias complexas da economia de mercado. A pesca nos moldes empresariais se organiza de forma vertical quando a empresa é a proprietária dos instrumentos de produção, possuindo diversos setores, “como o da captura, de comercialização, industrialização e etc.” (DIEGUES, 2004, p. 137). Nesse sentido a hierarquia nos barcos empresariais passa a ser mais bem delineada, tendo como marca a ressignificação da função de mestre, tornando-se intermediário entre pescadores e empresa. O assalariamento dos trabalhadores também caracteriza a pesca empresarial e. nesse contexto o pescador vinculado à empresa perde, em

parte, o seu poder de decisão sobre os locais de pesca e em relação ao tempo de trabalho. O mestre vai desempenhar esse controle da equipe.

Diegues (2004) em seu ensaio de tipologia da produção pesqueira divide o setor em três grupos gerais: a pesca empresarial, já comentada neste trabalho; a pesca de subsistência realizada na atualidade por poucos grupos humanos na região da Amazônia; e a pequena produção pesqueira mercantil subdividida em “pescadores-agricultores”, aqueles que tomam a pesca como atividade complementar; e os pescadores artesanais, com os quais nos ocuparemos agora, por interesse do presente estudo.

### 2.3. A pesca artesanal: mudanças e permanências na trama do atualização

Para se entender as condições atuais do trabalho no mar nos moldes da pesca artesanal é necessário pensar os processos que se instauraram e continuam a avançar com a inserção dessa atividade cada vez mais intensa na economia de mercado no Brasil. Aqui adotei a noção de “mudança social” pelo seu potencial para a compreensão das estratégias históricas de resistência dessa forma de organização da produção marcada por características particulares, resumidas nesse trecho de Diegues (2004),

(...) o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-a-vis* do intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão) são elementos que caracterizam ainda “a pequena pesca mercantil” (p. 137).

Quando utilizei a noção de mudança social tentei fugir de uma abordagem determinista na qual as formas pré-capitalistas tendessem a uma transformação completa para os moldes capitalistas. Não acredito numa lógica determinada de sucessões dos modos de produção, no sentido de um “determinismo diacrônico” (BARROS, 2013), pois não há uma ruptura abrupta de uma forma de produção para outra, isto é, “não há necessariamente uma evolução de uma forma de organização para outra” (DIEGUES, 2004, p. 138) no contexto pesqueiro. O que se tem é a coexistência conflitiva de diferentes formas de produção marcando uma relação de dominação por parte daquela em que o desenvolvimento das forças produtivas é maior.

Existe um modo de produção dominante, o empresarial capitalista, mas resistem traços marcantes de outras formas de produção, os da “tradição”. Para tanto, junto à noção de mudança, fez-se necessário a reflexão sobre características mais amplas da pesca enquanto trabalho humano. Ocupando lugar central em muitos estudos das culturas marítimas (SILVA,

2001; DIEGUES, 2004; MALDONADO, 1993; CUNHA, 2000), como ponto de articulação para o entendimento das formações identitárias das populações costeiras e litorâneas, devido à importância político-social do trabalho nas sociedades humanas, isto é, como atividade intrínseca à gênese humana e reprodução e história do homem em sociedade, orientando representações e relações sociais, organizações de produção, léxicos próprios e territorialidades.

Uma outra característica a se ressaltar sobre a pesca é o seu caráter extrativista, dito de outra forma, as organizações de produção na fase de extração dos objetos de trabalho, no estágio inicial de qualquer produção, no contato direto com a natureza como metabolismo. Trata-se do momento em que as forças produtivas sociais se confrontam com as forças produtivas da natureza onde acontecem os processos de produção e reprodução dos elementos naturais que prescindem da participação humana, como a reprodução de estoques pesqueiros, e a manutenção das comunidades planctônicas (DIEGUES, 2004).

Por muito tempo os estudos das sociedades pesqueiras fizeram uso de “conceitos e metodologias extraídos de análises das sociedades camponesas” (DIEGUES, 2004), como as noções de parceria, mutirão, assalariamento rural, etc. No entanto, ancorado nos estudos de Diegues (2004), pode-se colocar em discussão o alcance dessas categorias para pensar comunidades pescadoras, em especial as com grande tradição marítima que “desenvolveram formas de apropriação sócio-econômicas e culturais do meio marítimo” (DIEGUES, 2004) e litorâneo-costeiro apontando para uma crescente “separação” entre “comunidades da terra” e “comunidades do mar”.

Em se tratando da noção de pesca artesanal e de seu potencial para o estudo das populações costeiras duas noções devem ser consideradas, são elas: tempo e espaço. Em torno da noção de espaço frequentemente estão as discussões sobre a territorialidade, esse deve ser entendida como “os processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes” (MALDONADO 1993), construção de lugares, acesso aos recursos e se somam às discussões dessa noção os dois meios (terra-mar) e a indivisão do espaço marítimo, isto é, a não divisão material do mar. Cunha (2009) acrescenta complexidade pela perspectiva tridimensional do espaço, terra-céu-mar, “considerando que terra-mar-céu integram os saberes e a prática pesqueira de modo interconectado, evidencia-se no universo do pescador artesanal uma noção tridimensionada do espaço compondo sua territorialidade” (p. 60).

No seio das discussões espaciais alguns instrumentos passam a permear a discussão, como o barco, nas palavras de Maldonado (1993) o bote, que além de um meio de transporte de acesso aos pesqueiros, dos lugares interessantes para se pescar, trata-se também “(...) ao seu

uso e funcionamento é essencial que haja um grupo humano que tenha nele um espaço ‘firme’ para pisar em pleno mar e que o movimento para pescar (p. 72)”. Espaços que se constroem e se mantêm de formas muito particulares por grupos pesqueiros como limiar entre vida e morte, e que diz muito das relações sociais dos quais se constituem, tema que será discutido em outro capítulo.

A partir do avanço do modo de produzir das sociedades urbanas e sua imposição aos pescadores da “tradição”, Cunha (2000) propõe pensar o tempo na pesca artesanal através de seus atravessamentos por no mínimo duas ordenações, o tempo natural e o tempo do relógio. Baseada nas postulações de Thompson (1998) sobre a cultura popular pré-capitalista, a autora marca a presença de formas de ordenações temporais que atravessam a realidade no trabalho e no cotidiano do povoado pesqueiro de Barra da Lagoa em Santa Catarina. Há a presença da linearidade do tempo do relógio, que se trata do tempo mercantil capitalista, e há a presença da expressão cíclica do tempo da natureza, que nas dinâmicas do presente mantém relações de convivência ou de domínio, se “conjuntam ou disjuntam de modo estrutural” (CUNHA, 2000).

Embora o tempo na pesca artesanal se conforme particular pela interação desigual entre tempo natural e tempo do relógio, pontuou-se características de cada forma de ordenação isolada. A primeira ordenação de tempo, isto é, o tempo natural é o das chamadas pequenas sociedades domésticas, onde a vida diária é regulada pelas tarefas de trabalho, em que há o encadeamento das atividades e a divisão dos papéis sociais, que por lidas seculares com o ambiente expressam suas regularidades. De modo geral à pesca se “impõe a temporalidade determinada também pela articulação do movimento das espécies (o tempo de cada peixe)” (CUNHA, 2000), ao ciclo dos cardumes, de forma que em muitas populações pesqueiras são construídos verdadeiros calendários anuais com base na sazonalidade e importância dos recursos. Fazendo referência ao passado do povoado que estudou, Cunha (2009) acrescentou que “anteriormente, sem uma medida abstrata e externa de tempo, o ritmo do pescador estava integrado à atividade pesqueira marcada pelos movimentos próprios da natureza”. Essa marcação abstrata e externa faz referência ao tempo do relógio, metáfora que nos permite pensar ainda os trabalhadores das águas nas feições do presente quando mesmo inseridos nos processos modernos e articulados nas teias sociais dominantes o tempo natural persiste e de forma simultânea pulsa no dia a dia, “nos intervalos dos afazeres que integram trabalho e vida, na alternância da pesca em seus ciclos internos” (CUNHA, 2009). A temporalidade da natureza acrescenta ritmos dissonantes do ritmo urbano-industrial, principalmente ao tomar a disciplina das fábricas como referência.

Na ordenação capitalista (do relógio) o valor do tempo é reduzido ao dinheiro, onde o capital pressiona a atividade por dentro de forma a estender o tempo de permanência no mar, fazendo a regulação da produção. Nessa lógica, “a medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica” (CUNHA, 2000), assim como a compreensão do tempo, criando um “cosmos”, necessário para o desenvolvimento da economia capitalista (BOURDIEU, 1983).

As proposições de Cunha (2001) sobre a dimensão temporal na pesca artesanal, em suas notações naturais e capitalistas corroboram com aquilo que Bourdieu (1979) apontou em seus estudos da sociedade cabila na Argélia, que

Para compreender o processo de adaptações à economia capitalista, e mais precisamente, para explicar suas lentidões e suas dificuldades, parece ser necessário analisar, mesmo que sumariamente, a estrutura da consciência temporal que está associada à economia pré-capitalista (BOURDIEU, 1979, p. 19).

Além disso, tais proposições confirmam as inquietações de Thompson (1998) de “... até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso do tempo afetou a disciplina de trabalho e até que ponto influenciou a percepção interna dos trabalhadores?”. De forma a mostrar que as relações sociais, a organização do trabalho, o cotidiano dos trabalhadores e a cosmovisão local estão relacionadas às mudanças na notação interna do tempo na pesca artesanal.

Acrescenta-se ao conjunto das discussões caras à mudança social (espaço, tempo), a noção de mercadoria, entendida como “objetos produzidos para a venda no mercado”, e, nesse processo, quando produtos passam de valor de uso para valor de troca há uma mudança na motivação do trabalho. De modo que a “transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2013, p. 44). Ao tratar da pesca artesanal, Diegues pontua algumas permanências na manutenção de uma produção parcial dos meios de subsistência por parte dos pescadores.

Ao lado da quase total produção levada ao mercado, os camaradas levam para casa a mistura ou o peixe consumido como prato de base da família. A produção dos valores de uso é, no entanto, limitada, concentrando-se os pescadores artesanais na produção da mercadoria. O peixe é aí um valor de troca, mas o trabalho não se transformou ainda em mercadoria, em objeto de compra e venda (DIEGUES, 1983, p. 259).

Ainda que os pescadores passem mais tempo no mar, o autor acrescenta não existir a extração da mais valia absoluta.



Em situações limites, bem comuns ao contexto costeiro brasileiro, a ruptura da unidade “espacial e territorial, bem como dos ritmos temporais próprios do universo costeiro, engendrada por forças exógenas” (CUNHA 2000), tem levado à desarticulação dos modos de vidas tradicionais. É uma característica marcante do desenvolvimento do sistema capitalista na expansão de mercados em diversos momentos históricos. Polanyi (2013) referindo-se a Inglaterra do século XVIII, no contexto da revolução industrial, mostra como a catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns acompanhou o progresso nos instrumentos de produção.

Embora a desterritorialização e a desarticulação das populações pesqueiras sejam reais, na maioria dos casos notou-se o que antropólogos e sociólogos chamam de “atualização da pesca artesanal” (SILVA, 1998; MALDONADO, 1993). Uma recombinação localizada do saber fazer tradicional com instrumentos e aparelhos modernos, evitando a completa pauperização e proletarização. Sugere-se com isso, que, por vias do diálogo desigual entre tradição e mudança a pesca artesanal vai escapando da lista de ofícios em extinção, embora se reconheça que a mudança projetada pela economia de mercado se impõe fortemente como um “moinho satânico” (POLANYI, 2013). Entretanto deve-se fugir de abordagens que tratem os pescadores como vítimas, segundo Silva (1998)

Assim sendo, queremos aqui enfatizar, em primeiro lugar, que os pequenos pescadores não foram apenas vítimas da “penetração das relações capitalistas no setor pesqueiro”, nem tampouco que eles apenas sofreram os “males inevitáveis” de um processo de desenvolvimento (p. 227).

O autor traz como exemplo os pescadores de lagosta de Olinda e Pau Amarelo, do litoral pernambucano, que encontraram uma alternativa na fabricação de petrechos tradicionais, como o covo de alto-mar, empregando o trabalho de “diversas pessoas de distintas faixas etárias e de ambos os sexos subsidiariamente àquela atividade marítima” (SILVA, 1998, p. 227).

Na lógica do movimento histórico da pesca artesanal, e no que se temo chamado de “atualização da pesca” é importante marcar os elos de pertencimentos que atravessam a lide no mar pelos trabalhadores, expressados em relações sociais que também se atualizam, embora apontem para traços de tradições pré-capitalistas, como bem coloca Ramalho (2017),

Construir estratégias de sobrevivência na pescaria artesanal é apoiar-se, fundamentalmente, nos laços de parentesco e amizade. Portanto, os elos de pertencimento tornam-se a base essencial da organização produtiva na pesca, e isso acontece por diversos motivos. Para suportar os caminhos das águas, dos ventos e as condições de sorte e azar, é necessário pescar com compadres e familiares.

Os laços pessoais, portanto, minimizam o enfrentamento das desventuras e alimentam, por outro lado, as possibilidades de sucesso no mar (p. 48).

Ou seja, os “vícios” que precisavam ser eliminados para o fortalecimento de uma pesca empresarial se mantêm (SILVA, 2001).

A solidariedade é percebida em Quatipuru-mirim no período de escassez dos primeiros meses do ano quando os pescadores voltam-se as atividades em terra, e a pouca produção é direcionada ao autoconsumo e comercialização local. É comum ver a negociação do pescado entre vizinhos, e até a doação, a depender da proximidade entre eles, mesmo que a produção seja reduzida. Nesse contexto o lucro deixa de ser prioridade por um momento e se expressa uma ética comunitária, em que todos os trabalhadores se veem na mesma condição, frente à “maré fraca”. Ramalho (2012) trata os pescadores artesanais de Pernambuco como uma corporação, visto que assim como em Quatipurú- mirim, em Pernambuco o “trabalho cooperado, voluntário, é a base estruturadora desse sistema de produção, desse sentimento de corporação” (p. 9), partindo da premissa que os pescadores se veem como possuidores de uma profissão, “(...) esse sentimento de corporação faz com que os pescadores sintam-se “quase uma corporação, com linguagem e hábito próprios, os homens do mar formam um grupo à parte” nos locais em que moram e trabalham” (p. 9).

No fazer-se classe social o sentimento de corporação se produz e é produzido pelo costume (RAMALHO, 2012); no que diz respeito aos pescadores de Quatipurú- mirim, menos no sentido de um “espírito comunitário de luta”, tomando emprestadas as noções de Raymond Willians (2011, p. 148) do estudo sobre os “Cercamentos, terras comunais e comunidades”, e mais como “hábito tradicional local”, como “mutualidade de pessoas que vivem nas margens ou à margem de um sistema globalmente opressivo”. Nesse sentido, Ramalho (2012) acrescenta: “é o fazer-se coletivo e individual do ato de ser pescador artesanal, recriando-se no tempo e no espaço como valores pertencentes a uma determinada fração da classe trabalhadora” (p.10).

Com isso, darei enfoque às práticas tradicionais que constroem a identidade do trabalhador do mar. Assim se podem considerar as redefinições do espírito comunitário como estratégias para sobreviver (WILLIAMS, 2011), postulações que muito se aproximam do que foi discutido como “atualização da pesca artesanal”.

Diante dos marcadores de mudanças e continuidades aqui expostos na organização da produção artesanal (tempo, espaço, relações sociais, motivações – mercadoria), lanço mão da memória dos trabalhadores para entender como vivenciam o cotidiano de trabalho.

#### 2.4. Lembrança do trabalho no mar: um diálogo entre história social do trabalho e história ambiental

A história social é a perspectiva de análise (PETERSEN, 2016) que busquei para entender uma forma de organização da produção no setor pesqueiro, que nas impressões da pesca artesanal particulariza-se em sua forma de produzir. A pergunta norteadora foi sobre a experiência dos pescadores em sua organização real na atividade pesqueira, na direção de um diálogo entre o conceito e o empírico, fundamento do materialismo histórico, como bem coloca Thompson (1981, p. 67), “o discurso da demonstração da disciplina histórica consiste em um diálogo entre o conceito e dado empírico, diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, por um lado, e investigação por outra”. Ao marcar a perspectiva de análise, lancei mão de conceitos e noções distribuídos em vários momentos do texto.

O conceito de experiência é caro para nessa análise para se pensar os modos de produção em sua complexidade, de forma a se considerar as perspectivas locais e o contexto mais amplo, isto é, as questões culturais, políticas e econômicas nos dois âmbitos. Pensar a classe de pescadores que se formou no processo histórico do Brasil requer considerar como as pessoas experimentam as relações de produção, para assim tomar consciência da exploração a que estão submetidas. O historiador Luiz Geraldo Silva (1993) em referência à duas culturas marítimas, jangadeiros e caiçaras, mostrou, no trecho seguinte, as tensões entre o contexto e experiências em diferentes regiões do país, além de marcar relações de dominação e resistência,

Em decorrência da criação ou adaptação de técnicas, instrumentos, embarcações e conhecimentos ao meio natural que exploravam, os sujeitos históricos em questão fizeram emergir, ao longo do período de constituição de suas comunidades, uma noção de trabalho própria, ora situada nos marcos de uma cultura também específica (SILVA, 1993, p. 4).

Atentos ao movimento histórico, busquei a memória de trabalhadores para construção de uma história social do trabalho, no cotidiano pesqueiro, em que o controle da atividade, seja em relação ao tempo, ou ao espaço, não se baseiam em documentos escritos, isto é, não existe uma regulamentação de trabalho de acordo com os contratos da legislação trabalhista. Logo, para se construir um conhecimento histórico mais próximo aos protagonistas, faz-se necessário tomar as lembranças de tais trabalhadores como matéria-prima.

Considerada aqui como fonte para a história, a memória é concebida a partir da perspectiva social de Halbwachs (1990) em seu conceito de memória coletiva, em que ela é

estruturada a partir da força de diferentes pontos de referência (POLLAK, 1989), se tratando de uma versão individual do passado respaldada pelo ambiente social.

A memória é sempre uma reconstrução do passado por indivíduos suscitada por questões do presente e apoiada por quadros sociais, como família, amigos, clube, instituições, entre outros (POLLAK, 1989). E é a base das discussões da identidade pela vontade de coesão e de sentido para determinado grupo. A complexidade da memória se expressa na relação entre o individual e o social. A recordação, seja consciente ou suscitada por componentes afetivos, é sempre individual; entretanto é o indivíduo, enquanto integrante de um grupo que lembra (HALBWACHS, 1990). E a lembrança em muito diz sobre o lugar desse indivíduo na sociedade, marca seus pertencimentos, pois em consonância com esses fatores uma versão do passado é construída.

Como visto, operei com a história oral como metodologia de construção das fontes, que consiste na “realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005 p. 155). Sendo o projeto de pesquisa com suas questões o delineador do material produzido a partir da experiência de entrevista.

Existem duas formas mais gerais de classificação dessa metodologia: a história oral temática e a história de vida, facilmente discernidas em momentos específicos da entrevista. Porém é comum, mesmo para os temas específicos, partir-se da história de vida para questões mais específicas, embora essa alternativa seja dispendiosa ao exigir as diversas fases da pesquisa, além de se estender por várias sessões a fim de conhecer a trajetória dos indivíduos, de forma a aprofundar em temas de interesses da pesquisa que forem surgindo (ALBERTI, 2005).

A entrevista deve ser tomada em suas tensões, considerada como um momento de construção das fontes a partir da relação entre entrevistador e entrevistado, pois de acordo com Bourdieu (1997) é uma relação social marcada por uma dissimetria ligada à distância social, isto é, aos diferentes lugares sociais dos sujeitos em contato durante a entrevista. Isso é corroborado por Alberti (2005) ao mencionar que a entrevista é uma relação “entre pessoas diferentes, com experiências diferentes, e muitas vezes gerações diferentes”. Nesse sentido, a diferença de idade, os diversos pertencimentos do pesquisador e do pesquisado (classe, raça, gênero, geração) constituem parte da complexidade das entrevistas.

Dessa forma, ao marcar os lugares dos sujeitos envolvidos atentei para os diferentes interesses nessa relação entrevistado/entrevistador, isto é, as intenções e expectativas em torno da pesquisa por parte dos dois, configurando um jogo de interesses, mesmo antes da entrevista

propriamente dita, e para as negociações que aí acontecem (BOURDIEU, 1997). Essa situação evidenciou algumas limitações da pesquisa com fontes orais.

De acordo com determinado projeto de pesquisa se entrevista um determinado número de pessoas. Portelli (1997) aponta para a diversidade da história oral na elaboração de diversas “verdades”, e a necessidade de confrontação dessas versões, em especial para os estudos que utilizam apenas fontes orais. Para isso se fez necessário um olhar atento e certa habilidade dialógica derivada do uso reflexivo dos conhecimentos sobre a temática da pesquisa, pois como Cléria Costa (2014) acrescenta sobre a análise das narrativas, “ao adentrar a interpretação, eu fazia uma viagem dialógica pelo cotidiano do mundo afetivo, social e cultural do outro- o narrador” (p. 48). A autora se refere a um personagem específico de seu estudo, situação que difere em relação à pesquisa aqui proposta com várias trajetórias, muitos cotidianos para se viajar e dialogar, embora haja um contexto comum. Essa reflexão demonstra a potencialidade da memória para o estudo da experiência de trabalhadores.

Nesse sentido, Delgado (2003) apontou que as “narrativas, tal como lugares de memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições” (p. 21). Nos relatos os sujeitos indicam seus lugares na história e reafirmam identidades. Assim, mesmo que se identifiquem diferenças nos relatos, há também pontos de contatos entre eles, como demonstra o estudo de Lopes e Nodari (2012), “O que é da natureza não se mexe: memória e degradação ambiental na Lagoa de Sombrio-SC (1960-2010)”, sendo “o passado de fartura e prosperidade, a degradação e suas causas e a incerteza do futuro” eixos que se repetiram em diversos relatos.

Outra potencialidade da história oral seria o resgate das paisagens pretéritas e suas transformações por meio da sobreposição de imagens do lugar no passado e no presente, além do aparecimento de características físico-químicas e organismos biológicos do ambiente nos relatos. Nesse caso, um diálogo da História Oral com as ciências naturais é profícuo para acurar o olhar a esses elementos discursivos.

Partindo da premissa de que nem a natureza, nem as culturas são estáticas, a história oral por meio da construção das trajetórias dos sujeitos possibilita um diálogo entre esses dois conceitos tendo como base a mudança. Refiro-me às vivências e experiências em momentos históricos e das dinâmicas ambientais e sociais como parte integrante desses meios. Possibilitando com isso uma aproximação entre a história social do trabalho e a história ambiental. Nas últimas décadas do século XX a História passou a incluir no seio de suas discussões as relações entre as sociedades humanas e o meio ambiente de forma sistemática, no sentido de deslocar a natureza do plano de fundo dos acontecimentos sociais, colocando-a como

mais uma força de grande influência na história humana. Movimento marcante em direção a essas discussões começou nos Estados Unidos a partir dos anos 1970, e paralelamente na Europa, principalmente na influente escola dos Annales.

Regina Horta Duarte (2005) apontou algumas obras da primeira década do século passado, e a preocupação dos autores com as condições ambientais e suas transformações, entre eles podemos destacar: Fernand Braudel, Marc Bloch, Georges Duby, Jacques Le Goff, e no Brasil, João Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior e Sergio Buarque de Holanda. Em relação aos três autores brasileiros a autora acrescenta,

Os autores citados discorreram sobre os rios, as matas, os animais, a diversidade da vida, e os desequilíbrios gerados pela destruição. Ao contrário de muitos dos homens de sua época, não se renderam a discursos ufanistas, declarando de forma vazia as belezas do Brasil, nem se gabavam da grandeza do território num espírito nacionalista eivado de orgulho, nem se perderam num elogio constante e vazio de uma “natureza nacional”. Analisaram o território como um espaço constituído pela história, numa perspectiva de interdependência entre o homem e o seu meio (DUARTE, 2005, p. 93).

Por outro lado, Stefania Gallini em seu artigo “História, ambiente, política: El camino de la historia ambiental en America Latina” reivindica estudos com perspectivas históricas que ultrapassem os estudos de mudanças ambientais, de forma que contemplem também,

(...) forma y los métodos que se han utilizado para estudiar e interpretar los fenómenos ambientales y la naturaleza (es decir la construcción histórica de las ciencias ambientales), las ideas y representaciones de la naturaleza, las respuestas sociales y culturales que cada sociedad y grupo humano han dado a los ecosistemas que se transforman (GALLINI, 2009, p. 93).

De forma geral, os estudiosos latino-americanos da história ambiental têm percorrido três caminhos em seus trabalhos,: 1) as questões teóricas e metodológicas da história ambiental; 2) “cómo la cultura –entendida como los múltiples modos em los cuales las sociedades se expresan– y el medio ambiente están interrelacionados y se transforman mutuamente” (GALLINI, 2009, p. 94); 3) e a história das transformações dos ecossistemas latino-americanos pela força da economia mundial durante o século XIX e XX.

Com o desenvolvimento do setor pesqueiro implicado em sua crescente força produtiva e com o aumento da demanda proveniente dos centros urbanos, a organização da pesca nos moldes artesanais diminuiu o ritmo da produção em virtude das relações de produção estarem amarradas à “tradição”, com tecnologias simples, e por se manter relacionada ao tempo da natureza. A história ambiental contribui para pensar a relação do homem em suas organizações e o ambiente com sua dinâmica, segundo Pádua (2010),

A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, repetindo, é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos. Tal postura aberta deve significar, em sentido fundamental, o abandono da visão catastrófica e do “homem devastador” que a voz das ruas costuma exigir (PÁDUA, 2010, p. 97).

A noção de paisagem, cara a história ambiental, ajudou a pensar as transformações no território das comunidades pesqueiras, entre o rol de mudanças na organização da produção. A noção paisagem entendida como um diálogo entre memórias, materialidades e sentidos atribuídos, nas palavras da historiadora Dora Shellard Corrêa (2012), é histórica e determinada por uma série de especificidades culturais locais. A mesma autora afirma que por seu caráter polissêmico, e pelo uso em vários campos do conhecimento, a definição do conceito só pode ser momentâneo, “... o espaço físico percebido pelos olhos e representado seja em documentos escritos, pinturas, mapas ou fotografias” (p.49).

Assim, para o estudo das paisagens pretéritas seguiu-se a perspectiva de Corrêa (2012), da paisagem como representação,

Enfim, investigar e descrever paisagens pretéritas a partir de um documento, seja em qual suporte for – escrito, fotográfico, cinematográfico ou cartográfico - é ter em conta que ela nos chega por meio de uma representação. Este é o ponto de partida necessário para começarmos a refletir sobre nosso objeto: a paisagem (p. 69).

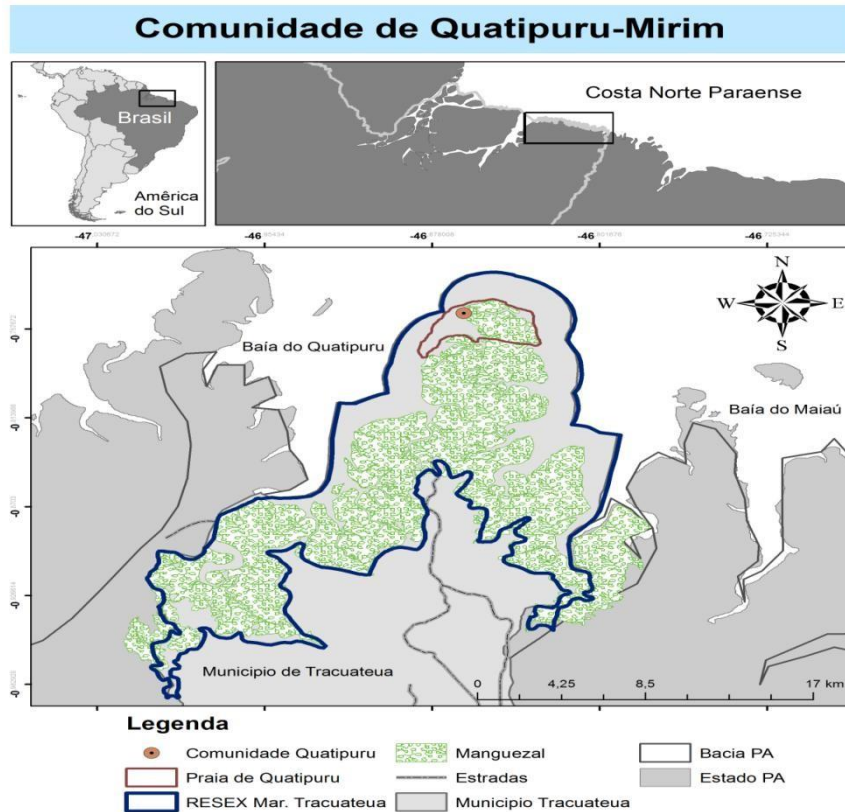
Como os trabalhadores do mar lembram de sua trajetória de trabalho? Quais mudanças e permanências aparecem em suas narrativas orais de memória? E como são articuladas, entre acontecimentos-chaves elegidos pelos pescadores, na situação de entrevistas? E por último, quais mudanças na paisagem e nos elementos naturais são percebidas pelos sujeitos? Essas são as indagações que estruturam essa pesquisa.

### **3. TRABALHADORES/AS, A ILHA E O MAR**

#### **3.1. Quatipurú Mirim: memórias em outras fontes**

A comunidade de Quatipuru Mirim localiza-se na parte oriental da Amazônia Brasileira, precisamente no município de Tracuateua, integrante da microrregião bragantina junto aos municípios de “Bonito, Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua,

Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo e São Francisco do Pará” no estado do Pará (ALMEIDA E SILVA, 1998). O município foi criado a partir de um vilarejo de mesmo nome, formado às margens da ferrovia Belém-Bragança, inaugurada em 1908, com a intensificação da vinda de trabalhadores oriundos da região nordeste do Brasil para essa parte do estado (DOS REIS, VIEIRA, 2016).



Mapa da faixa litorânea do Pará destacando a localização do município de Tracuateua, e a ilha de Quatipuru Mirim. (Autor: ALVÃO, Alan).

Em 1998 a Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial e da Superintendência Regional de Belém em parceria com os municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Tracuateua realizou um diagnóstico dos potenciais turísticos da região, no âmbito do Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (PRIMAZ), no qual detalhou a localização do município de Tracuateua considerando as suas fronteiras,

O município de Tracuateua, que tem como sede municipal a cidade de Tracuateua, limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, começando na baía do Maiaú, e seguindo à oeste pela costa envolvendo todas as ilhas e praias, até a foz do rio Quatipuru; a Leste com o município de Bragança; a Oeste com os municípios de Capanema e Quatipuru; e ao Sul com os municípios de Santa Luzia do Pará e Ourém. O acesso à cidade de Tracuateua pode ser feito



somente por via terrestre, a partir da BR-316, na cidade de Capanema, e daí pela PA-242, até atingir a cidade de Tracuateua (TAVARES et. al. 1998).

Esses dados contribuem para a compreensão da região a partir de sua conformação geográfica e política, que discutirei adiante.

O diagnóstico acima colocado está inserido em um conjunto de publicações realizadas na região com um viés marcadamente desenvolvimentista, amparado no programa de municipalização do turismo, realizado no âmbito do PRIMAZ. Com devidas precauções, começo a discutir alguns dados dos relatórios para pensar as mudanças ocorridas nos 21 anos corridos, considerando os dados dos diagnósticos e de outras fontes.

O município de Tracuateua foi criado pela lei estadual nº 5.585 de 24 de setembro de 1994, a partir de seu desmembramento de Bragança (PARÁ, 1994), à vista disso é considerado novo do ponto de vista administrativo. O PRIMAZ, que realizou suas atividades na área nesse ínterim, apresenta um panorama político do período em que o novo município ainda não se encontrava dividido em distritos,

O Poder Executivo está representado pelo prefeito, Sr. Jonas Pereira Barros, tendo como vice-prefeito o Sr. Chaquim Fonseca Casseb, eleitos para o período 1997- 2000. O organograma administrativo é composto atualmente por seis secretarias municipais, procuradoria jurídica e chefia de gabinete (TAVARES et al. 1998).

Na conjuntura da primeira gestão eleita no pleito municipal em 1996 com o primeiro prefeito empossado em 1997, e junto a ele também nove vereadores compondo o poder legislativo, é que o PRIMAZ objetivou com seus estudos fundamentar a “formação de políticas (públicas e privadas) e ao ordenamento das diretrizes de incentivos ao turismo, visando produzir resultados econômico-sociais a curto e médio prazos, através da geração de empregos e do aumento da distribuição de renda na região bragantina” (TAVARES et al. 1998). A importância desse esclarecimento, primeiramente, foi de marcar os cuidados com a leitura dos relatórios do programa de integração mineral (PRIMAZ) tomados como fonte, o qual tem no seu conteúdo dados que apresentam o panorama político da sua elaboração e publicação; segundo, foi contemplar o contexto referenciado pelos pescadores (os governos, datas, acontecimentos), em uma perspectiva coletiva, percebidas em outros tipos de fontes, com o propósito de vislumbrar as várias dimensões do tempo que se entrecruzam nas narrativas de memória,

Na dinâmica do lembrar, estimulado por sinais exteriores, o homem memorioso reconstitui referências tais como: no tempo do rádio, na década de 1960, na época dos Beatles, quando eclodiu a grande guerra, quando as famílias temiam o comunismo, quando a prefeitura construiu aquela ponte, no tempo em que cortaram as árvores da cidade, quando os bondes enfeitavam as

ruas, na época da guerra do Vietnam, quando os pacifistas saíram às ruas (DELGADO, 2003, p. 19).

Jonas Pereira Barros (PMDB) esteve na gestão do município por dois mandatos consecutivos (1997-2000 e 2001-2004), e foi sucedido por Waldeth Costa (PTB) nas eleições de 2004 atuando no período de 2005 à 2008. Em 2008 Jonas Barros voltou a ganhar as eleições e se seguiram anos de grande instabilidade nos cargos. Nas eleições de 2016, foi eleito Tamariz Cavalcante (PR) governando até março de 2018. Esse é um resumo da trajetória de administração do novo município de Tracuateua, que aos poucos vai passando a ser referência para a vila de Quatipuru Mirim, ainda fortemente ligada ao município de Bragança.

A população do município, segundo os dados publicados pelo PRIMAZ em 1998 retirados do censo de 1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 17.815 habitantes (ALMEIDA e SILVA, 1998). Em contraste com os dados fornecidos no censo de 2010 cuja população era de 27.455 habitantes (IBGE, 2010), nota-se um aumento na população, no curso de quatorze anos, de 9.640 habitantes, o equivalente a aproximadamente 54% a mais. Dessa forma, os dados da densidade demográfica são os seguintes, 23 hab/km<sup>2</sup> em 1996 e 29,39 hab/km<sup>2</sup> em 2010. A análise dos dados populacionais apresentados nos relatórios do Primaz foi considerada por mim nesse estudo, pois é com base nela que foram feitas uma série de proposições concernentes ao desenvolvimento do município.

Quanto ao alvo do estudo, Quatipuru Mirim apareceu nos diagnósticos do programa em vários momentos, com denominações como: praia, vila e povoado. Na publicação intitulada “Socioeconomia do município de Tracuateua” tem-se, no parágrafo referente ao serviço de saúde, a denominação “praia de Quatipuru Mirim” (p. 13) como o lugar que recebeu um dos quatro postos de saúde, em funcionamento, distribuídos na área municipal. Posteriormente, no mesmo relatório, voltou a aparecer no quadro de principais localidades do município em uma lista com 102 nomes, entre vilas, sítios e cidades, como “povoado Quatipuru Mirim” (p. 23) com uma população de 829 habitantes. Novamente, no decorrer do texto, aparece no sub-tópico “esporte, turismo e lazer” como “praia” (p. 27), uma categoria que pretendeu alcançar as variedades ecológicas disponíveis como potencialmente turísticas.

Na publicação “Diagnóstico do potencial turístico” (TAVARES et al. 1998) a denominação predominante é “praia de Quatipuru Mirim” evidenciando as características ambientais e ecológicas do lugar, “praia aberta, possuindo dunas, areias claras e finas, e ondas fortes” (p. 25). A escolha da denominação não poderia ser outra, tomando-se em conta o tópico no qual está inserida, “atrativos naturais”, e o objetivo do relatório em relação ao turismo na região. Esse é a primeira sugestão que apresento para pensar no Quatipurú Mirim visto de fora,

isto é, por representantes do Estado na elaboração de políticas públicas relacionadas à localidade.

A segunda tentativa nesse sentido é buscar as representações sociais de Quatipuru Mirim nos jornais digitais e nas redes sociais relacionadas com a localidade e seus moradores. Escolhi tais fontes pela acessibilidade, e essa experiência vale ser comentada, pois produzir uma pesquisa tem suas exigências, e uma delas, quase sempre é a exigência geográfica. Este estudo foi realizado no âmbito de um projeto vinculado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e os sujeitos pesquisados estão em um recorte geográfico por mim definido, a comunidade de Quatipuru Mirim em Tracuateua no estado do Pará. A distância é considerável, e para transpô-la seria necessário um alto investimento financeiro e de tempo, dificilmente viáveis em uma pesquisa de mestrado. Para que o estudo se tornasse realizável necessitou-se fazer algumas escolhas inerentes ao trabalho acadêmico, foram elas: primeiro, aproveitar as oportunidades das viagens (que foram duas) para o levantamento de fontes orais, isto é, realizar as entrevistas e as exigências de tal atividade (selecionar os entrevistados, transcrever as entrevistas, revisar e analisar); segundo, aproveitar os contatos feitos na localidade para aquisição de fontes e privilegiar os documentos digitais de acesso online.

Se inicialmente a escolha dos documentos digitais foi por alternativa para as necessidades da pesquisa, depois passou a ser atenção às demandas do tempo presente. Quando percebi que era difícil ignorar o impacto desse meio de acesso a informações no delineamento da pesquisa passei a me acercar das poucas discussões na historiografia sobre o uso de documentos digitais como fontes. Em um artigo intitulado “O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas”, o historiador Fábio Chang de Almeida (2011) atenta para o fato de que ao ignorar as fontes digitais, negligencia-se um conjunto de relações sociais e práticas próprias do nosso tempo,

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Com a rápida evolução de novas tecnologias é compreensível que o historiador não as acompanhe devido à efemeridade dos produtos tecnológicos e as demandas dos consumidores, mas não se pode negar os impactos sociais daí provenientes, e o convite urgente que se coloca aos pesquisadores das ciências humanas e sociais à uma adaptação (ALMEIDA, 2011).

A consulta aos acervos digitais, às plataformas de produção científica, e aos jornais de acesso online, isto é, as mídias digitais de forma geral, já são uma realidade, majoritariamente sem uma reflexão teórico-metodológica, como no meu caso no início do estudo. No entanto, como com qualquer outro documento-fonte, os digitais devem ser analisados de acordo com metodologias específicas considerando questões como a materialidade, a conexão, o acesso, entre outros. Miskolci (2011) traz uma conceituação sobre mídias digitais, que considera parte desses aspectos,

Mídias digitais é uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material. Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado (p. 12).

Dito isso, um horizonte abre-se para os estudos das sociedades humanas, pois assim como a internet possibilitou um ambiente de consultas a informações e documentos escritos também se tornou com o que se tem chamado de advento da Web 2.0, um ambiente de interações sociais em tempo real, “na prática, a web 2.0 significou uma mudança de mentalidade dos desenvolvedores de sites da Internet. A partir da aplicação de conhecimentos técnicos preexistentes, passou-se a valorizar a interatividade entre os usuários e os sites” (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Os produtos dessas interações são múltiplos, posso citar: a criação de contas pessoais, coletivas, o compartilhamento de fotos, a reutilização e reelaboração de informações, comentários, textos de populares, etc.

Nas ciências sociais, nossos olhares costumam se voltar para as relações entre as pessoas e delas com a sociedade. Se agora essas relações se iniciam, são expandidas ou mantidas pelo uso de mídias digitais precisamos começar a reconhecer seu papel na experiência de nossos sujeitos tanto em termos sociais quanto subjetivos (ALMEIDA, 2011, p. 13).

É nesse âmbito que se inserem as redes sociais nas quais direcionei minhas análises. Ocupei-me de uma rápida apresentação do meu entendimento sobre as redes sociais e da análise, diria até inicial por conta do objetivo do tópico, de algumas interações sociais em páginas e em grupos do Facebook relacionados ao Quatipuru Mirim.

O Brasil está entre os países com mais usuários, contando com 67 milhões usuários ativos de um total mundial de 845 milhões. Desde sua criação a rede social passou por algumas alterações, como a criação e alimentação de uma “linha do tempo” adicionada à rede social em 2011, podendo-se acrescentar fotos e fatos relevantes da vida, com a finalidade de possibilitar

um espaço para as memórias e histórias, dos usuários (HENRIQUES; DODEBEI, 2015). A linha do tempo converte a rede social em um espaço de memórias à medida que o usuário disponibiliza momentos selecionados da vida, em fotografias, textos, vídeos, etc.

Foi nesse sentido que direcionei a minha abordagem de algumas contas nessa rede social, como um espaço de produção de memórias, isto é, como as memórias relacionadas a Quatipuru mirim são produzidas, disponibilizadas, socializadas, comentadas.

Essas informações, entendidas por muitos/as como algo não importante, pode ser vista pelo historiador/a de outra maneira. Nós nos referimos ao proliferar de memórias, sejam elas individuais ou coletivas (CEZARINHO; SOCHODOLAK, 2016, p. 95).

Para tanto, selecionei duas páginas do Facebook, são elas: Tracuateua Turismo e História, Praia de Quatipuru Mirim. Atentei mais para o movimento de formulação das memórias no espaço da rede social do que para o alcance do público ou a veracidade.

Tracuateua Turismo e História, resumidamente é categorizada como uma cominade, possuindo 56 curtidas e 55 seguidores. A primeira postagem data de três de março de 2015 e trata-se de um pequeno resumo da história do município de Tracuateua, sua formação ligada à construção da ferrovia Belém-Bragança, e a formação das comunidades anteriores à vila de Tracuateua, de populações Quilombolas e indígenas. Não há citação de nenhuma fonte bibliográfica sobre tal texto, mas considerando aspectos como a primeira postagem e a última, que se trata de uma frase postada em dezessete de junho de 2017, “da emancipação a atualidade”, e as fotografias que são basicamente o conteúdo de todas as outras postagens de 2017 de atividade da comunidade virtual, supõe-se que o administrador/a e alimentador/ da página possui um conhecimento acurado do município, e ainda acesso a um arquivo com fotografias de vários momentos da história da cidade. Essa pessoa, munida dos registros, passou a divulgar informações para a promoção do turismo no município. Para tal, ela faz uma releitura, reorganiza os arquivos de memória, socializa e modifica a temporalidade das memórias em outros meios.

No que concerne a Quatipuru Mirim, três postagens foram feitas nos meses de agosto e novembro de 2015. Quanto ao conteúdo das publicações, são todas constituídas de fotografias com legendas curtas, escritas no momento da postagem. As condições das fotografias, as pessoas e as paisagens nelas capturadas, supostamente indicam que as fotografias foram feitas no mesmo dia. “Assim era a estrada do Porto da Alemanha” é a legenda que acompanha as primeiras fotografias relacionadas à Quatipuru Mirim, abaixo apresentadas.



Fonte: Tracuateua Turismo e História (página do Facebook)

As duas imagens mostram os percalços encontrados por aqueles que decidiam ir à Quatipuru Mirim e pelos moradores da comunidade, pois a estrada leva ao porto da Alemanha<sup>2</sup> o único acesso aos barcos que levam da cidade à ilha. A memória das dificuldades relacionadas a travessia até o porto, por amplas áreas alagadas, está fortemente marcada nas lembranças das mudanças elencadas pelos moradores de Quatipuru Mirim em suas entrevistas, e serão discutidas no próximo tópico.

Outra publicação, com cinco imagens, foi feita no dia 13 de novembro de 2015, com a seguinte legenda “1992 viagem a quatipuru mirim entrega de presentes”, mas com as pessoas fotografadas já na embarcação:



Fonte: Tracuateua Turismo e História (página do Facebook)

A última publicação relacionada ao tema foi no mesmo dia da anterior, e já mostra a

<sup>2</sup> Esse é o porto que possibilita o acesso à ilha de Quatipuru Mirim. Pois está na extremidade do município de Tracuateua em direção a ilha, e no ponto final da única linha de ônibus.

chegada à ilha, veem-se na imagem os coqueirais, as casas de madeira, as embarcações, que são detalhes paisagísticos percebidos por quem chega ao local.



Fonte: Tracuateua Turismo e História (página do Facebook)

É possível que a função das fotografias, quando produzidas, era a de capturar o momento de uma ação social ou a visita de um parente com presentes, situações bastante comuns, mas o/a administrador/a dispôs as imagens em uma página temática na rede social, voltada a promoção do turismo, as organizou entre imagens de outras partes “atraentes” do município, e selecionou-as, provavelmente de um arquivo pessoal, ressignificando-as para uma demanda mais recente. É a partir do apelo ao turismo que as memórias de Quatipuru Mirim, dispostas na página da rede social, vão sendo reconstruídas. Memórias essas que focam na “natureza” ou nos “atrativos naturais”, denominações dos relatórios do Primaz, desfocando, em certa medida, a população residente.

A página “Praia de Quatipuru Mirim” reúne postagens de outras páginas e contas individuais a partir da localização. É definida como “praia- concessionária de serviços públicos”, pois foi produzida, entre as categorias de páginas do Facebook, como “negócio local ou lugar”. No processo de cadastro nessa categoria é possível incluir dados como endereço com CEP, telefone, o status, entre outros, visto que é voltada para negócios locais como restaurantes, bares, lojas, e etc.



Fonte: Praia de Quatipurú Mirim (página do Facebook)

Como se pode observar, a página conta com 49 curtidas e 415 visitas notificadas. Destaca-se que a página funciona como um aglutinador de publicações de acordo com as marcações de localização feitas pelos usuários. Diante disso, classifiquei as postagens em dois grupos segundo o conteúdo e a proveniência.

O primeiro grupo de publicações está relacionado aos visitantes da ilha, sejam eles turistas e familiares de moradores que, em resumo, acrescentam à página agradecimentos, promessas de retorno, fotografias de momentos da estadia, etc. Além disso percebe-se as motivações das visitas, como:

#### 1. Férias:

Uma Praia excelente onde eu me criei saudades da minha terra (10 de maio de 2016).

A natureza preservada, pena que a energia de gerador polui, a água potável é transportado da cidade por barco pipa, mas a beleza do lugar e a hospitalidade dos moradores da vila de pescadores foi inesquecível! (23 de julho de 2017).

uma beleza natural e muito maravilhoso espero ter mais uma oportunidade de voltar nesse lugar q parece um paraíso (19 de julho de 2016).

Conhecendo a Praia de Quatipuru Mirim. Verdadeiro paraíso (2 de agosto de 2017).

Fim de férias. Mais um ano que o mês de julho se torna inesquecível. Amei !!!! (31 de julho de 2017).

#### 2. Atividades em instituições locais, como as igrejas e escolas:



FELIZ AQUELE QUE TRANSFERE O QUE SABE E APRENDE O QUE ENSINA..! Mais uma semana de trabalho na comunidade praia quatipuru mirim tracuateua ministrar disciplina com minha parceira de trabalho Cássia Ribeiro SISTEMA MODULAR DE ENSINO (25 de março 2017).

Esse final de semana foi ótimo.... além de fazer a obra ainda fui passear na praia...esse DEUS e maravilhoso mesmo obg SENHOR (24 de julho de 2018).

### 3. Eventos locais, como o festival do xote:

Amanhã irei curtir pela primeira vez a tradicional festa do xote na praia de Quatipuru –mirim (29 de julho de 2016).

Festival do xote em Quatipuru mirim. Foi bom demais (31 de julho de 2017).

As narrativas acima expostas demonstram como as memórias são usadas e produzidas a partir de regras, normas, formas narrativas, “dialetos” próprios das redes sociais, no entanto, atravessadas por representações sociais que excedem as redes sociais e estão, em conformações diferentes, em outros meios de comunicação, como os jornais, as programações televisivas e no cotidiano da região. Contudo não se pode deixar de considerar que essas outras mídias são fagocitadas pelas redes sociais, e “reformadas” de acordo com o caráter dos grupos, páginas e usuários. A relevância de considerar as narrativas produzidas nas páginas de facebook está no possível contato entre as representações dos visitantes e as dos moradores. A produção desse contraste mostrará expectativas de diversos atores sociais para o lugar.

A primeira motivação das visitas a ser considerada é “férias”, não por ser a mais recorrente, mas pela ordem das publicações na linha do tempo da página. No conteúdo das postagens pode-se notar uma série de expressões sobre a ilha, provenientes de experiência dos visitantes, “praia excelente”, “natureza preservada”, “beleza natural”, “paraíso”, todas referentes à percepção do lugar, o Quatipuru Mirim a ser visitado. Ao falar de si, e na escolha do que falar sobre as férias para valorizar-se, o usuário contribui para a manutenção da imagem de Quatipuru Mirim vinculada ao turismo, ao mesmo tempo em que é influenciado por tal imagem. É o delineamento de uma memória coletiva que se pretende oficial (POLLAK, 1989).

As instituições locais estão no segundo conjunto de motivações elencadas. A escola na comunidade é dividida em duas casas, uma para a educação infantil e outra pra o ensino fundamental. O usuário, que se refere ao tema e fala de um modelo de educação, pertence a comunidade e as escolas da zona rural do município de Tracuateua. Os professores não residentes na ilha, frequentemente, chegam durante a tarde de segunda feira, e retornam para suas casas no sábado pela madrugada, isto é, passam a semana na comunidade. Os horários dos profissionais da educação seguem os horários de deslocamento de barco dos moradores, diretamente ligados às dinâmicas das marés. A rotina do professor/a na escola e na casa de

hospedagem deve mudar em alguns aspectos como a alimentação, a paisagem, as pessoas, o comércio, entre outros. A exigência do trabalho em uma comunidade com acesso relativamente restringido pelo mar certamente impacta as memórias da comunidade. Em outro momento voltarei ao tema. As igrejas, uma evangélica e outra católica, também recebem visitantes, pois mantêm vínculos com as suas correspondentes na zona rural e na sede de Tracuateua, realizam reuniões (cultos e missas) com a participação de populações cristãs de outras comunidades.

No último conjunto de motivações estão os eventos locais, dos quais o mais conhecido é o festival do xote que acontece no último sábado do mês de julho. É uma programação fixa no calendário dos comunitários e divulgada nas mídias locais, inclusive nas páginas vinculadas ao Facebook. Um exemplo é a publicação de 24 de junho de 2013 na página do Jornal de Tracuateua, onde se chama a atenção de seus leitores para os atrativos turísticos de Tracuateua disponíveis no período de férias que se aproximava, “Com certeza teremos programação com festas, também teremos o festival da pipa, garota verão, festival do xote em Quatipuru-mirim”<sup>3</sup>. Os dois comentários dos usuários da página Praia de Quatipuru-Mirim referentes ao evento foram no mesmo sentido, falando de si, das experiências pessoais, trazem Quatipuru-Mirim como recomendação para os que visualizam a página. Sejam em suas reações após as visitas ou em no compartilhamento de experiências programadas.

As páginas analisadas têm o seu perfil não oficial, isto é, não estão vinculadas a uma instituição, ou a uma secretaria do governo municipal. Situação que poderia sugerir uma falta de confiabilidade das fontes, devido a questões como as levantadas por Cezarinho e Sochodolak (2016),

Milhões de fotografias postadas diariamente no Facebook pelas pessoas remetem a uma série de possibilidades. Muitas delas possuem relações familiares, ou seja, lembranças de antepassados falecidos e de pessoas que ali rememoram. Fotos de práticas culturais também são constantes. Porém, muitas delas não dispõem dos simples dados, como: autoria e data (p. 97).

As publicações geralmente estavam compostas por imagens e textos, sem os mínimos cuidados com as referências utilizadas nas postagens. Esse é o risco de documentos que são construídos por populares, ligado à efemeridade das memórias nas redes sociais. Por outro lado, representa também a sua riqueza, pois a partir dessas interações “despreocupadas” de pessoas comuns ligadas à necessidade de visibilidade no presente, apreende-se o funcionamento, a

---

<sup>3</sup> JORNAL TRACUATEUA. Tracuateua/ PA. Disponível em : <https://m.facebook.com/jornaltracuateuasite/posts/396393067148297>

construção e a manutenção de memórias, e a construção de representações articulando diversos âmbitos, mídias e saberes.

Na lógica das linhas do tempo das páginas não me apego às datas de postagens disponibilizadas automaticamente pelo Facebook, pois frequentemente divergem das datas de produção, sejam de imagens, textos, links para sites, etc., e nem dos autores em absoluto. Atenho-me as conformações das postagens, ao conteúdo, a disposição em uma página temática, e as representações nelas contidas. Os autores, citados abaixo, explicam essa questão para os historiadores,

Para nós historiadores (as) a data se torna elemento focal na formação da narrativa histórica. Se tomássemos essa foto como absoluta, inscrita no momento em que foi compartilhada, poderíamos perder as possíveis rupturas e acontecimentos em detrimento de uma percepção linear dos fenômenos sociais. Nesse sentido, transportar as problematizações que sempre fizemos sobre qualquer tipo de fontes para o contexto online se faz necessário e imprescindível (CEZARINHO; SOCHODOLAK, 2016, p. 98).

A página “Praia de Quatipuru-Mirim”, embora não seja oficial, recebe vários compartilhamentos de páginas oficiais ligadas à Prefeitura de Tracuateua, são elas: a “SEMMA Tracuateua” que é um sítio da internet vinculado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; a página “semas Tracuateua” ligada à Secretaria Municipal de Assistência Social; a página da Prefeitura de Tracuateua. Assim, tornou-se um espaço de divulgação e socialização das ações realizadas dentro dos objetivos de cada departamento ou secretaria do governo municipal. Isso, implica no aumento do alcance de publicações relacionadas à Quatipuru Mirim.

As ações do governo municipal divulgadas, as visitas de populares compartilhadas em publicações, os aspectos históricos revisados como atrações turísticas, nas duas páginas analisadas, reforçam a imagem de um lugar aberto ao turismo. Nessa mesma direção seguiram os encaminhamentos feitos pelos relatórios do Primaz. A imagem de Quatipuru Mirim cada vez é mais associada ao turismo local, com o fortalecimento de um discurso amparado nas características ecológicas da região contrapondo-se às problemáticas comunitárias que não dialogam com essa demanda turística, como a falta de água potável, a ausência de saneamento básico, a inexistência de pousadas, um fraco comércio local, e nos últimos anos, um longo período de escassez de pescado restringindo, no limite, a alimentação dos moradores. Outro aspecto relevante é que entre as postagens populares não há referência a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, suas imposições e objetivos.

O que pretendi com esse tópico foi mostrar a construção de uma imagem de Quatipuru Mirim fortemente vinculada às demandas de desenvolvimento regional iniciado em programas

como PRIMAZ no final do século XX, e que se solidifica nos discursos populares na conformação, mesmo que inconsciente, de publicações realizadas nas redes sociais. Aspecto que em muito se diferenciara das representações que os pescadores têm do seu lugar, objetivo do tópico a seguir.

### 3.2. Quatipurú Mirim: a comunidade de pescadores e pescadoras

Com todos os pescadores que conversei eram comuns algumas expressões como “eu nasci e me criei aqui na praia”, “o pessoal que nasceu comigo”, “morador daqui mesmo, todo tempo”. Elas deram sentido a tudo que foi falado sobre a origem da comunidade e sobre viver na ilha, pelo menos para eles que, ao me ouvirem falar em produzir uma história dos pescadores e pescadoras de Quatipuru Mirim, se disponibilizaram e valeram-se dessas expressões para fundamentar o que falavam. Não questiono a veracidade das narrativas, mas, ao menos inicialmente, entendi esse recurso discursivo como o que Pierre Bourdieu denomina de ilusão biográfica,

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo *retrospectiva* e *prospectiva*, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (p. ).

Como se verá em outros capítulos desse estudo, essas expressões citadas acima são os pontos iniciais de histórias que foram amarrando acontecimentos-chaves e construindo uma coerência com ambição de verdade.

As origens da comunidade são incertas, e as entrevistas apontam para algumas gerações anteriores. Para essas discussões tomei dois relatos como centrais, a conversa com a dona Marilena Ferreira da Silva e com o senhor Raimundo Espírito Santos. Os dois possuíam 50 anos e 76 anos, respectivamente, no período das entrevistas.

Os primeiros moradores da ilha foram os bisavôs de Dona Marilena, que se chamavam Maria Júlia Ferreira e seu esposo Pedro. Criada pela avó, dona Marilena por inúmeras vezes ouviu as histórias dos primeiros moradores, em particular da bisavó Maria Júlia,

Era Maria Júlia Ferreira. Não, ela chegou aqui ela era nova. Num sei quantos anos, porque quando ela chegou por aqui já tinha a mamãe, que é minha avó, ela já tinha o Capitão. Era o filho dela também que é meu tio. Tinha o

finado Galego, que morava em Bragança. Tem até uma filha lá que o nome dela é Ana Júlia (Dona Marilena, 52 anos).

A moradora relata que a bisavó Maria Júlia chegou à ilha adulta, e acompanhada do esposo e dois filhos. Provenientes da região nordeste do Brasil, Maria Júlia do Maranhão e Pedro do Ceará, eram pescadores de camarão. Esse tipo de pesca foi sendo substituída com o tempo de residência na ilha, como nos conta, “de camarão minha vó falava, aí depois já passaram a comprar outros material de rede pra pescar de peixe”. Conforme o relato nota-se a migração de pescadores artesanais para essa região do Pará, e a adaptação dos mesmos aos pescados e ambientes de Quatipuru Mirim, como um dos indícios da formação da população residente da ilha. No entanto, essa seria a trajetória de uma parte da sua família, a família Ferreira. Quando a questiono sobre a família da mãe biológica, tomando em conta que dona Marilena foi criada pela avó paterna, e que a mãe é residente na comunidade, ela conta o seguinte, “das gente da minha mãe eu num sei porque nunca ela me falou, e a minha vó, se eu morava com a minha vó ela nem falava”.

Nesse ínterim, vale considerar o que me contou o senhor Raimundo, pois sua história está relacionada à parte da família de dona Marilena que ela desconhece a história de origem, isto é, a família da mãe. Seu Raimundo, primo de dona Odete (mãe da dona Marilena), relatou que seus familiares foram os primeiros a morar na ilha conhecida como Quatipuru Mirim. Ele também tem como referência a bisavó, que migrante do estado do Maranhão, acompanhada pela família, chegou ao Pará e fez residência, inicialmente, em uma ilha próxima de Quatipuru Mirim, chamada de Peruquara, “aí eles tivero morando muito tempo lá e findaro num se acostumando, se mudaram pra cá. Aí foi... foi fazer o familhão aí né. A família aqui é grande, grande, grande”. De acordo com seu Raimundo, após a mal sucedida residência, sua bisavó e familiares mudaram-se para Quatipuru Mirim. Esse seria a história da formação da família Ramos da comunidade.

As duas histórias possuem pontos de contato, que valem a pena ser elencados no intuito de pensar o funcionamento da memória. O primeiro poderia ser a referência às bisavós, com isso evidenciar uma possível questão de gênero marcada pela experiência das duas mulheres narradas em suas migrações do Maranhão para o salgado paraense. São histórias que, por tradição oral, são contadas em referência a atitude das duas mulheres pensadas a partir do presente, e que os entrevistados, dona Marilena e senhor Raimundo, fazem referência direta. Como o intuito é apenas elencar os pontos de contato das histórias, entre eles a referência as bisavós, não me aprofundarei nas discussões de gênero, embora eu esteja atento as

naturalizações e essencializações das análises binárias (memória feminina e masculina) (KOFES et al., 2011).

As gerações referenciadas pelos dois como a chegada dos primeiros moradores da ilha é muito próxima, situação que sugere várias possibilidades como: as duas famílias podem ter chegado juntas à ilha, ou em um mesmo período, isto é, poderia haver um movimento de migração. Se o segundo caso for considerado, é possível correlacionar com as migrações relacionadas à construção da ferrovia Belém-Bragança no final do século XIX, vale citar um trecho sobre o projeto de colonização desse período,

Nas décadas iniciais do século XX os administradores do Pará ainda reclamavam a necessidade de investimento na colonização a partir da imigração estrangeira, especialmente porque supunha-se serem os europeus mais modernos, com técnicas agrícolas baseadas na ciência, em que pese o fato de estarem presentes na ocupação da região um considerável contingente de nordestinos, sobretudo vindos do Ceará e do Maranhão ( LEANDRO et al., p.16).

Além de dona Marilena e do senhor Raimundo, apenas outro entrevistado falou da origem dos primeiros moradores, disse o seguinte: “Eles ero mesmo daqui, desses outro lugazinho por aí. Aí viero assim faz... desses lugazinho mais próximo sabe aí, aqui como era maior aí viero se mudando aqui” (Jurandir Ramos, 65 anos). Ele refere-se à migrações locais. Poderia ser um contexto bem próximo ao da chegada da bisavó do senhor Raimundo, que migrou de ilha por conta da não adaptação. Vale mencionar que os dois são primos.

O pesquisador Jaime Pantoja (2015) em seu estudo “Pesca artesanal: Olhares sobre o trabalho e relações intergeracionais de pescadores e pescadoras na comunidade de Quatipuru Mirim-Tracuateua-Pará” apresenta um período aproximado referente a origem da comunidade, que seria a década de 1950. Segundo o autor, os pescadores usavam a ilha inicialmente como apoio pesqueiro com estadias variadas durante as safras de pescados como a tainha (*Mugil spp*), pescada gó (*Macrodon ancylodon*) e a pescada amarela (*Cysnoscion acoupa*), posteriormente levaram a família para a área para ajudar nas atividades,

Onde eram construídos ranchos (espécies de construção feita com madeira e coberta de palha) que serviam para guardar o pescado que era salgado e secado ao sol até a data da viagem de volta. Com o passar do tempo esses pescadores começaram a levar suas mulheres e filhos para ajudarem na tarefa de limpeza e secagem do pescado e, posteriormente, fixaram residência no local (PANTOJA, 2005, p. 41-42).

Tal análise apoia-se também nos relatos dos moradores da comunidade, isso só acrescenta mais alternativas às possíveis origens dos primeiros moradores.

Depois de um pequeno investimento no passado vale a pena investir em conhecer as percepções dos pescadores sobre a viver na ilha hoje. Não são somente as narrativas sobre um passado em comum que dão um sentimento de coerência aos pescadores e pescadores que residem em Quatipuru Mirim. O “apelido” ou nome comunitário é utilizado para o reconhecimento de sujeitos na comunidade:

Não encontra, porque aqui tem muito por aí né, rapaz tem muito João aí, agora não sei qual é o João né. Agora se for Carne Assada até esses garotinho informa né, é mesmo que o Bode ali, o nome dele é Lorival né, se perguntar quem é Lorival tem um aqui, tem outro pra acolá. Se perguntar quem é o Bode todo mundo informa. (João Alves, 58 anos).

Só por apelido. Tú vai pra um lugar rapaz? fulano de tal aqui... se for pelo nome mesmo coisado... Agora se for pelo apelido conhece todinho aqui... As vezes eles dão o nome da pessoa a gente fica pensando aqui, quem é? É que nem, olha, meu nome é Jurandir, o outro filho meu é Jurandir Filho (Jurandir Ramos, 63 anos).

A gente mora aqui no lugar não conhece muito pelo nome. Não sabe pelo nome, só pelo apelido. (Francisca Miranda, 78 anos).

Trata-se de um elemento da coesão social e de manutenção do sentimento de pertença existente na comunidade de Quatipuru Mirim. É uma característica comum a algumas comunidades de pescadores/as no Pará, como evidenciado por Morais e Reis (2011) na comunidade ribeirinha de Taperaçu-Porto no município de Bragança. Vale ressaltar um trecho do estudo de Lima (2007) referente a esse tema no contexto de migrações de pescadores para a região urbana de Belém do Pará,

Na comunidade, é comum entre os pescadores tratar-se por apelidos que são ‘nomes de pesca’, recebidos no cotidiano de suas atividades pesqueiras ou na infância. Sem conhecer estes nomes de pesca, é difícil o pesquisador localizar-se no trabalho de campo (p.37).

Em campo, certa vez, tive dificuldades para localizar um pescador indicado por uma pessoa da comunidade, mesmo usando o apelido, pois havia necessidade de vários complementos, tal situação foi publicada como um caso,

- Onde mora o senhor chamado Bode? Perguntei.
- Qual Bode? Uma senhora respondeu.
- Como assim qual Bode? Fiquei sem entender e voltei a perguntar.
- Porque aqui na praia tem o Bode, Bodinho, Bodão, o Cabra, Cabrito e o Bode que mora perto do Cabra. Qual o sinhô tá procurando? (ALVÃO, 2016, p. 146).

A memória vinculada aos aspectos elencados anteriormente (origem comum e o uso de apelidos) pode ser considerada como um elemento importante na construção e manutenção de

identidades. Nos relatos referentes à vida na ilha, as narrativas de memória trazem em si inscrições próprias do presente, com suas incertezas e inseguranças, e nas palavras de Pollak (1992),

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (p. 4).

As evidências desse aspecto estão na forma narrativa de oposição entre viver na ilha e viver na cidade. É uma forma de fortalecer o sentimento identitário diante das migrações de moradores para as áreas urbanas, a escassez de pescado essencialmente base da alimentação dos moradores da comunidade, a intensificação das visitas turísticas, a expansão do narcotráfico e do uso excessivo de drogas pelos jovens, a inserção de novas tecnologias na pesca artesanal, entre outros. O acesso aos meios de comunicação, principalmente a televisão, também marca as memórias na medida que as informações de outros lugares, frequentemente das cidades, são comparadas com a realidade local pelos moradores. É marcando suas diferenças em relação a realidade urbano-industrial e afirmando sua identidade que os moradores de Quatipuru Mirim entrevistados falam sobre a vivência na ilha, no sentido da colocação seguinte:

No tempo presente, no mundo marcado pela cultura virtual e pela velocidade muitas vezes descartável das informações, tendem a desaparecer os narradores espontâneos, aqueles que fazem das lembranças, convertidas em casos, lastros de pertencimento e sociabilidade. Nessa dinâmica de velocidade incontida, desenfreada, perdem-se as referências, diluem-se os substratos da vida, reduzem-se as possibilidades de construção do saber (DELGADO, 2003, p. 22).

Diante disso, vale destacar alguns dos relatos analisados:

Passa cinco seis aí sai aí só mulher aí, uma hora eles tão voltando aí, num tem esses saquinho de cebola, eles traz é saco daqueles chapado amarrado na boca. É farto cara, vou te dizer que tudo é farto, o cara aqui passa fome se ele tiver preguiça, se ele num tiver. Aqui chega um barco ali, tem uma rabeta pescando, tu vai lá, ê fulano me vende uma bóia, eles ainda te dão, toma leva pra ti comer. Numa cidade faz isso? (Jurandir Ramos, 63 anos)

Porque aqui é muito bom, a gente come de graça. Todo esses tempo eu tô comendo, ainda num comprei um quilo de peixe (Raimundo Espírito Santos, 76 anos).

Foi. Foi muita gente, Boa Vista e aí, Quatipuru vila. Esses um já foro daqui morar pra lá mesmo (Edcarlos Ramos, 38 anos).

Nós comremo mesmo só os coqueiros, que aqui na praia ninguém compra terreno (José Silva, 70 anos).



É possível destacar vários aspectos merecedores de análise dos trechos acima, como a percepção local dos recursos naturais e os regimes de propriedades, que serão discutidos no último capítulo deste estudo. O destaque nesse capítulo será dado ao relato do morador Edcarlos Ramos (37 anos) que se refere ao movimento de saída dos moradores nos últimos anos e suas motivações, componentes indissociáveis das lembranças do lugar. A relevância disso está na relação entre lugar e memória, apontada por Seemann (2002), “Afinal de contas, memória e espaço são indissociáveis: a memória produz o espaço, mas o espaço também produz a memória” (p. 51).

A migração de moradores, segundo os relatos, está relacionada as principais dificuldades dos residentes, sendo a falta de água e a limitação na formação educacional. Em 1998 o abastecimento de água para a comunidade estava entre as proposições de um dos relatórios do PRIMAZ,

Atualmente, é prioridade a construção de um sistema de abastecimento d’água para atender a vila de Quatipuru-Mirim, com uma rede de 1.000 metros, 02 (dois) poços artesianos de 90 metros de profundidade e um reservatório com capacidade para 20.000 litros, para atender uma população de mais de 1.000 habitantes (ALMEIDA; SILVA, 1998, p. 35).

Os moradores utilizam de várias estratégias para suprir essa necessidade,

Porque naquele tempo a população era mais pouco, sabe, aí se cavava... queria que tu visse o poço de tirar água de beber era longe cara (Jurandir Ramos, 63 anos).

O problema é a água doce que tem que vim [do porto da] da Alemanha. Se num vim da Alemanha... Aí na pancada também dá agua doce, nessa pancada aí, se cavar um poço aí nessa pancada aí dá agua beleza mesmo, bem limpinha e azulzinha mesmo a água, bem boa. Na pancada... (Raimundo Espírito Santos, 76 anos).

As veze no verão que não tem água, é esse poço tá seco (Terezinha Ramos, 60 anos).

As alternativas para o abastecimento de água são temporárias e/ou exigem que se tenha um barco para o transporte. No primeiro caso, as temporárias, são os poços perfurados nas dunas próximas as áreas de alcance das marés, que por serem rasos logo se esgotam, exigindo alguns minutos e até horas para se alcançar o nível de água para a retirada com os baldes. Essa estratégia de obtenção de água é comum nos períodos chuvosos uma vez que no verão é alcançada pela salinidade. Outra alternativa desse período é a utilização de água da chuva, que é conduzida para recipientes por calhas improvisadas. Ao esgotar estas possibilidades recorre-se ao poço perfurado próximo ao porto da Alemanha, porém é necessário possuir uma

embarcação, o que não se trata da realidade de todos os moradores. Diante dessa condição, geralmente, conta-se com a solidariedade do vizinho para acrescentar alguns recipientes a mais no seu barco. Segundo Pantoja (2015) também acontece o pagamento de barqueiros para o transporte de água. Algumas iniciativas para perfurar poços profundos na comunidade foram tomadas, porém, segundo os relatos colhidos por Pantoja (2015), a água não é própria para o consumo, “dizem que a ilha localiza-se sobre uma rocha que as “brocas comuns” não conseguem perfurar pra atingir lençóis freáticos localizados abaixo da tal rocha com água de qualidade potável” (p. 44).



Sistema de captação e armazenamento de água para uso doméstico (fevereiro/2018)  
Foto da pesquisa (ALVÃO, Alan)

A educação dos/as adolescentes também foi evocada como uma das razões da saída de moradores da ilha, uma vez que o ensino nas escolas locais concentra-se nas séries iniciais do ensino fundamental e em poucas turmas do fundamental maior (6° a 9° ano) implantadas nos últimos anos,

Agora esse...? Tem ... nova, tem muita gente, nasceu foi muita gente, e já foi embora um bocado estudar aí. Já foi um bocado pra estudar. Um bocado. É pra estudar, que o estudo aqui num, num tem o estudo que eles querem. Porque o camarada estuda até, até quando ele se formar né, e aqui num tem formar, aqui se formar, num se forma aqui, só se forma em Tracuateua. Tracuateua e ali no Quatipuru, a vila ali, Bragança né, aqui num se forma não. Aqui ele estuda, estuda, estuda, estuda, quando ele tá, pra se formar ele vai, eles boto eles pra lá. Aí se formo pra lá (Raimundo Espírito Santos, 78 anos).

Então os menino vão ficando rapaz eles quiere estudar e aqui num tem professor, e aí vão saindo pra cidade, o pessoal indo embora daqui por problema de água, problema de estudo pros filho (João Alves, 58 anos).

Orra, e muito, muita gente, foi embora, muita gente já morrero. As vez eles quiere ir mesmo botar os filho pra estudar (Terezinha Ramos, 60 anos).

Uma vez elencadas as razões, vale considerar as condições de mudança, de forma que a aposentadoria é a mais referida. A relativa estabilidade da aposentadoria para pessoas que trabalharam com a pesca artesanal, e experimentaram de uma vida de instabilidade financeira na pesca artesanal sem uma renda fixa, é uma produtora de possibilidades na comunidade, e uma delas é a migração para diversos lugares da região. Os municípios e lugares citados como destino foram: Boa Vista, Quatipuru, Bragança, Tracuateua, Castanhal, Abade, Pirabas. No entanto ao se tratar do ensino Tracuateua e Bragança são os principais. As jovens, em sua maioria, e os jovens saem para casa de conhecidos e parentes, e entre essas referências é comum os avôs que são trabalhadores e trabalhadoras que se afastaram da pesca com a aposentadoria e que compraram casas em diversas partes dos municípios citados.

Na comunidade também existem pessoas que se ocupam de outras atividades como o pequeno comércio, os serviços relacionados a escola e ao posto de saúde como servidores públicos. Nesses casos, as possibilidades para as filhas e os filhos variam. Há casos em que esses profissionais compram casas para a estadia dos filhos/as, e é bem comum que eles/elas se estabeleçam nos lugares, não retornando a residir na comunidade.

Ao falar do lugar, os moradores/as também falam de chegadas. De acordo com os relatos os novos residentes da ilha chegaram a ilha por vários motivos: o trabalho na pesca, os relacionamentos, e para se refugiar da polícia pelo uso de drogas ilícitas.

É comum encontrar pescadores de outras regiões que chegam a Quatipuru Mirim em busca de trabalho, se aproximam das tripulações dos barcos como ajudantes, em seguida, caso sejam aceitos, passam a fazer parte da tripulação, e um aspecto facilitador da aceitação é a relação com uma mulher da comunidade, “esses novatos vem aqui pescar e depois arranja uma mulher, fica por aqui mesmo é assim” (Antônio Gomes, 46 anos).

Devido a evasão escolar dos homens relacionada a limitação do ensino nas escolas locais e a prematura inserção na pesca, é perceptível a quantidade de homens solteiros na comunidade. Esses relacionam-se com mulheres da região, por intermédio dos eventos na comunidade ou fora dela, de diferentes orientações (festas, reuniões religiosas, jogos, etc.). Como resultado percebem-se muitas mulheres entre os novos moradores de Quantipurú Mirim.

Os pescadores também relatam que muitas pessoas, a maioria composta por homens, escolhem a ilha para morar devido aos problemas com a polícia, prevalecendo os relacionados com narcotráfico. O difícil acesso e o policiamento quase inexistente favorece tal situação. Com o advento do narcotráfico na comunidade fortaleceu-se na comunidade um sentimento de insegurança e desconfiança, que será discutido em sua relação com o trabalho no próximo capítulo.

Assim, lembrar-se da vida em comunidade, na ilha, é recordar das chegadas e partidas, e principalmente da permanência, pois muitos, mesmo com oportunidade escolheram ficar, como o senhor José Silva já aposentado e com possui uma filha que reside em um dos municípios nas redondezas, disse “não, daqui eu posso ir quando eu for duma vez logo”.

O contraste cidade e praia foi notado nas narrativas analisadas, tanto nas publicações do Facebook, quanto nos relatos dos pescadores. No primeiro caso, tendo a cidade como referência de desenvolvimento, voltam-se para a praia destacando os aspectos naturais, enaltecidos em discursos de apelo turístico, em certa medida, no sentido da ideia do mito moderno da natureza intocada,

Nesse conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável existem elementos claros que reportam ao pensamento empírico-racional, como a existência de funções ecológicas e sociais da natureza selvagem (o conceito de biodiversidade, por exemplo), dos processos ecológicos do ecossistema. De outro lado, existem nesse neomito elementos míticos claros que reportam à ideia do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada (DIEGUES 1996, p. 61).

No segundo caso, se tem a cidade como referência de insegurança e desigualdade, ao mesmo tempo em que é a direção de fuga das dificuldades e da busca de formação por alguns moradores. Não sugiro com isso que os pescadores e pescadoras possuem uma relação harmônica ou uma simbiose com a natureza e têm repulsa pelas novas tecnologias, pois seria recair no mesmo mito, direcionando as comunidades tradicionais como “bons selvagens” (DIEGUES, 1996). Ao contrário disso, tentei mostrar como as memórias são reconstruídas pelas dinâmicas das comunidades em contato com os adventos da modernidade, como os meios de comunicação, a modernização da pesca, as migrações de jovens para as áreas urbanas, e que embora recebam visitantes “turistas” na comunidade não expressaram interesse no turismo como fonte de renda, mesmo complementar.

### 3.3. Os pescadores/as narradores/as: quem são os sujeitos do estudo?

Nesse momento do trabalho, resolvi partir de uma breve descrição do contato inicial com os pescadores a fim de demonstrar como percebi durante a pesquisa de campo o cotidiano dos sujeitos do estudo.

A imersão em campo se iniciou no final de tarde da segunda sexta-feira do mês de janeiro de 2018. Depois de uma longa viagem da sede do município de Tracuateua, atravessando a região dos campos, chega-se ao porto da Alemanha, de onde a viagem passa a ser de barco. A partir de então, o horário da viagem foi redefinido por forças maiores, isto é, da própria natureza. Foram aproximadamente duas horas e meia de espera no porto, até que a maré atingisse uma marca em uma antiga construção de alvenaria que revestia o poço de uso comum, para a saída da embarcação que fazia o transporte dos passageiros.

A embarcação encontrava-se abarrotada de pessoas, por ser sexta feira o dia em que os moradores de Quatipurú Mirim comumente deslocam-se ao centro, para fins de saúde, negócios, e visitação dos familiares e retornam no mesmo dia. Tratava-se de um dia de sol escaldante. As mulheres iam sentadas sobre a cabine do barco com seus lenços, sombrinhas, pedaços de tecidos para proteção dos raios solares. Os homens estavam mais relaxados, jogados sobre a mercadoria. Sobrepondo-se aos altos ruídos do motor do barco, ouviam-se também as risadas e as anedotas que contavam.

Após 45 minutos de navegação pelos rios margeados por manguezais, cheguei à área de frente ao mar. A superfície ocupada pela comunidade de Quatipuru-mirim, que possui aproximadamente dois quilômetros de área, banhada pelo rio Quatipuru ao norte e oceano Atlântico ao leste, nos outros lados encontram-se pequenas ilhas (PANTOJA, 2015) que servem de apoio pesqueiro.

A vários metros da ilha, ainda na embarcação, já se avistavam pessoas reunidas a espera do “horário”<sup>4</sup>. Estavam pequenos comerciantes, alguns encarregados do transporte de mercadorias, mulheres que aguardavam suas encomendas enviadas por familiares, entre outros. Crianças corriam de lá para cá. Tratava-se de um momento de alegria. Todos ansiosos, diante da demora do barco, ao obedecer a outra temporalidade, a “hora da maré bater”, esta denominação é atribuída ao momento em que a maré alcança a altura ideal para o deslocamento de barcos médios, caso da embarcação do “horário”.

A chegada de um pesquisador parece sempre um motivo para silêncios, mesmo tratando-se de uma pessoa conhecida dos comunitários. De imediato fui encaminhado para a casa de dona Marilena Ferreira Ramos e seu Sebastião Pereira (seu bodinho) para guardar as bagagens e para o almoço, um tanto tardio. Como a chegada era esperada, o tão famoso “avuado”<sup>5</sup> já estava pronto.

---

<sup>4</sup> Embarcação que faz o transporte diário da população.

<sup>5</sup> Peixe assado em uma pequena fogueira improvisada ou fogões à lenha.

Os primeiros dias foram de observação e de escuta. Tratavam-se de dias chuvosos, marés altas, e águas difíceis de pescar. O seu Sebastião andava ansioso, preocupado, porque “nem o da bóia”<sup>6</sup> estava conseguindo pegar. Com frequência ouvia-se falar de “umas tais águas escuras”, que arrastavam o peixe para o oceano. Nesses dias de escassez do peixe, voltam-se a pesca do siri (*Callinectes bocourti*, *C. ornatus*), um tipo de crustáceo comum na região. Embora se veja homens com seus baldes, acompanhados por adolescentes, saindo para “siriar”, frequentemente são as mulheres que saem à captura, com seus paneiros<sup>7</sup>.

Os caminhos que cortam a comunidade são margeados de casas, de um lado e outro, todas voltadas com a frente para a passagem. O contato entre vizinhos é comum, todos os dias, seja na frente das casas, durante as tardes, seja como visita para um cafezinho. Todos se conhecem, das igrejas, dos festivais, como o festival do xote em julho, das reuniões comunitárias ou dos encontros da Resex<sup>8</sup>, mas principalmente do trabalho. Os pescadores conhecem o trabalho do outro, conhecem os que “pescam direito”.



Rua principal da vila de Quatipuru Mirim, em direção ao porto de embarque e desembarque (Fevereiro/ 2018) - Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan).

Durante a primeira semana de estadia a chuva cessava durante as manhãs, mas a observação do pesquisador e o trabalho dos pescadores não paravam. A casa de seu Sebastião fica localizada na entrada da comunidade, próximo ao local de desembarque. Tratava-se também do local de reforma e manutenção das embarcações, onde homens trabalhavam por horas a fio, mesmo nos momentos de chuva intensa. Outros chegavam e se punham a carregar

---

<sup>6</sup> Alimentação diária.

<sup>7</sup> Cesto artesanal de fibra vegetal.

<sup>8</sup> Reserva extrativista marinha de Tracuateua.

as varas<sup>9</sup> para o ponto de armazenamento até o período de construção dos currais, que são armadilhas fixas em regiões inundáveis próximas da praia. Após a chuva, nos finais de tarde viam-se as mulheres com baldes de água na cabeça, e outras com baldes nas mãos.

Não é comum ver pescador parado durante o dia, seu Sebastião é um bom exemplo desta mobilidade: ao terminar uma tarefa qualquer em casa, como o conserto de áreas da casa onde a madeira soltava-se, voltava para a manutenção das redes, ou para a canoa. Já no final do dia, reuniam-se as mulheres de um lado, e os homens de outro, para “prosear”. Com frequência a pesca aparecia na conversa.

O período de permanência na comunidade foi de trinta dias, divididos em duas etapas, primeira parte do mês de janeiro e a parte final de fevereiro com extensão até março. Foram entrevistados oito homens e quatro mulheres. As entrevistas variam de conteúdo e duração. A localização dos entrevistados se deu pelo método “bola de neve” (VINUTO, 2014), além de se aproveitar oportunidades informais que foram surgindo, geralmente entre pescadores já conhecidos por mim.

A primeira lista de indicações foi dada por seu Sebastião, primeiro pela aproximação que já tínhamos, em virtude da hospedagem, e em segundo por se tratar de um pescador experiente e morador antigo da comunidade. O método consiste em solicitar de cada entrevistado uma lista de nomes de possíveis entrevistados, na medida em que se avança com as entrevistas, cria-se uma hierarquia a partir das repetições dos nomes citados. Os que mais se repetirem serão os próximos.

Os sujeitos do estudo são pescadores artesanais, definidos de acordo com Silva (2001),

(...) é o sujeito histórico que, por um lado, apropria-se de determinados modos do ambiente marinho e, por outro, utiliza nessa apropriação conhecimentos, instrumentos e embarcações oriundos de um mundo social e histórico no qual predominavam as tradições oral e artesanal (p. 87).

O contexto de utilização dessa definição pelo autor é para os pescadores marítimos artesanais que, como sujeitos históricos, atuavam tanto como homens livres quanto como escravos no século XIX (Silva 2001). Ao considerar a abrangência de tal definição entendi que os pescadores e pescadoras artesanais de Quatipuru Mirim podem ser por ela contemplados, a medida que os saberes patrimoniais pesqueiros e a tradição oral ainda são centrais para o desenvolvimento da atividade pesqueira e no cotidiano da comunidade. Essa característica os coloca sob fortes estigmas,

---

<sup>9</sup> Caules de árvores médias, com semelhante espessura e comprimento.

Essas populações foram e continuam sendo, na maioria das vezes, consideradas anômalas, atrasadas, arcaicas e, do ponto de vista do capital, precisariam se adequar aos modos de vida do universo capitalista, sob a pena de serem expurgadas do mapa da vida latino- americana (RAMALHO, 2017, p. 17-18).

Ao contrário da ótica capitalista, o que se têm são populações que buscaram e buscam alternativas para resistir, muitas vezes assimilando os traços modernizantes de forma muito particular.

Depois de uma perspectiva coletiva, passo nesse momento a apresentar os sujeitos da pesquisa individualmente, isto é, o perfil dos entrevistados considerando seus lugares, pertencimentos e trabalho na comunidade:

Jurandir Ramos, 65 anos. Entrevistado no dia 17 de janeiro de 2018 em sua residência. Reconhece-se como pescador embarcado aposentado. Atualmente investe parte do tempo na manutenção das redes e em pescarias próximas à costa. Relata que passou seu cargo de mestre de barco para o filho mais velho, o qual administra a embarcação da família. Na entrevista o senhor Jurandir relatou vários conflitos oriundos do seu cargo local de líder comunitário. Nativo da comunidade, é localmente conhecido como seu Juranda.

Raimundo Espírito Santos, 76 anos. Entrevistado no dia 18 de janeiro de 2018 em sua residência. Reconhece-se como pescador de beirada<sup>10</sup>, embora tenha trabalhado boa parte da juventude em embarcações. Aposentado, investe parte do tempo na manutenção de redes para a pesca de autoconsumo na beira durante os primeiros anos da aposentadoria. Agora encontra-se impossibilitado de realizar tal atividade devido aos problemas de visão. Os recursos para a subsistência dependem dos filhos que moram na comunidade e da renda da aposentadoria. Nascido na comunidade é conhecido localmente como Cotia.

Francisca Miranda, 78 anos. Entrevistada junto com o senhor Raimundo no dia 18 de janeiro de 2018. É reconhecida pelo trabalho com artesanato de barro na produção de panelas, alguidares, e outros utensílios de cozinha. É dona de casa, e outrora foi marisqueira. Na comunidade é conhecida como dona Chica.

Sebastião Pereira, 53 anos. Entrevistado no dia 26 de janeiro de 2018 na própria residência. Reconhece-se como pescador de curral, atividade que toma parte do ano correspondente a safra da pescada gó<sup>11</sup>. Possui uma embarcação pequena, localmente chamada de rabeta utilizada para o transporte de pessoas, de madeiras para a construção dos currais, de

---

<sup>10</sup> Atividade pesqueira realizada na praia e áreas contíguas, com uso de tipos diversos de petrechos e estratégias de captura: pesca de linha, pesca de emburateua, pesca escorada, pesca de curral, etc.

<sup>11</sup> *Macrodon ancylodon*.



água em tempo de estiagem, mariscagem, entre outros usos. Durante muitos anos utilizou uma praia nas proximidades, Otelina, como apoio pesqueiro, passando vários dias no rancho lá construído. O seu Sebastião é conhecido na comunidade como Seu Bodinho.

Celso Alves, 64 anos. Entrevistado no dia 30 de janeiro na própria residência. É um pescador aposentado que continua as atividades na beirada para o autoconsumo. Investe parte do tempo diário na manutenção de redes para a pesca local. Nascido na comunidade, é conhecido localmente como Carro velho.

Tereza Ramos, 64 anos. Entrevistada no dia 30 de janeiro de 2018 na própria residência em uma entrevista conjunta ao senhor Celso. Dona de casa e marisqueira, diz ter vindo para a comunidade quando criança, oriunda de uma comunidade nos campos de Tracuateua. Conhecida localmente como dona Tereza.

José Silva, 70 anos. Entrevistado no dia 26 de fevereiro de 2018 na própria residência. Reside na casa mais afastada da comunidade. Reconhece-se como pescador artesanal de beirada, e é possuidor de rancho em uma ilha vizinha a Quatipuru-mirim. Possui experiência na pesca embarcada, mas diz ter preferência pela pesca na beirada onde possui maior autonomia. É aposentado, e investe parte do seu tempo, atualmente, na manutenção de redes de trabalho do filho. Localmente o senhor José é conhecido como Zé escurinho.

Marilena Ramos, 50 anos. Entrevistada no dia 28 de fevereiro de 2018 e em outubro do mesmo ano, na própria residência. Dona de casa, mas atuante na salga do pescado no período da safra, principalmente, da pescada gó. Reconhece-se marisqueira pela atuação na atividade durante a juventude. Segundo dona Marilena o abandono da atividade se deu pela idade avançada e pelo medo que possui do mar. Nascida na comunidade, é conhecida na comunidade como Marilena.

João Alves, 58 anos. Entrevistado no dia 01 de março de 2018 na própria residência. Reconhece-se como pescador embarcado e de beirada. Possui embarcação, e pescava com os familiares (filhos e sobrinhos), sendo o mestre do barco. Nascido na comunidade é conhecido localmente como Carne Assada.

Edcarlos Ramos Ferreira, 38 anos. Entrevistado no dia 8 de março de 2018 em sua própria residência. Reconhece-se como pescador artesanal do tipo pesca de beirada escorada<sup>12</sup>. Nascido na comunidade, e conhecido localmente como Fedêgo.

Maurinete Costa, 34 anos. Foi entrevistada junto com o Edcarlos Ferreira, no dia 8 de março de 2018. Ocupa-se na pesca, na maioria das vezes, no período da safra da pescada gó.

---

<sup>12</sup> Tipo de pesca de beirada caracterizada pelo uso de redes aderidas em estacas de madeiras fixadas no solo da praia. A região dessa pesca fica parte do dia submersa.

Faz parte da equipe do curral do seu Sebastião Pereira. Além disso, afirma ocupar-se boa parte do tempo diário com a produção de artesanato de crochê. Na comunidade é conhecida como Velha.

Lorival Saraiva, 53 anos. Entrevistado no dia 09 de março de 2018 em sua residência. Pescador e pequeno comerciante, divide seu tempo de trabalho entre a manutenção das redes para a pesca de beira e nos rios que atravessam os manguezais e no comércio, em geral de alimentos e fumo. Nativo da comunidade, é conhecido localmente como Bode.

Essas foram as pessoas que compartilharam comigo suas histórias, seus trabalhos, suas casas e em todas as visitas um bom café. Concordaram, de forma própria, com os objetivos de construir uma história da pesca artesanal de Quatipuru Mirim, dispostos a relembrar de diversos momentos de suas vidas e de familiares.

#### **4. O TRABALHO NO MAR, AS MEMÓRIAS E OS QUE LEMBRAM**

##### **4.1. A primeira pesca: a infância e as motivações para a inserção na pesca**

De tudo que foi dito pelos pescadores e pescadoras sobre o trabalho a iniciação na pesca é um ponto importante utilizado nas narrativas para a construção de sentido nas histórias de vida. Relacionada à continuidade da atividade, que também foi dos pais, mães, tios e outros parentes, tratando-se de um aspecto muito ressaltado, principalmente pelos homens pescadores, de forma que, por algumas vezes, os relatos da inserção pareceram os mesmos. Posto isso, Pollak (1989) acrescenta que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (p. 3). Observei coerência em alguns aspectos das narrativas dos pescadores como: o trabalho infanto-juvenil, a primeira pesca (a de zangaria<sup>13</sup>), o destaque a uma figura masculina que ensina, o caráter ajudante da pesca, o mau desempenho e falta de interesse na educação escolar.

Esse tópico debruça-se na infância e na juventude lembrada, entrelaçada ao tema

---

<sup>13</sup> Tipo de pesca descrita por Costa (2014) em que “para cada uma ou duas braças de rede, é enfiada uma estaca para servir, como na tapagem, de apoio para a rede, verticalmente, da borda inferior até a superior. A zangaria é colocada com a maré seca, margeando o curso d’água, no sentido de uma meia-lua, suas extremidades ficam na croa e sua extensão alcança o meio do curso d’água ou, como dito no local, a meia maré (p. 216).

trabalho a partir de algumas perguntas motivadoras: Quando você começou a pescar? O que o motivou? Vale ressaltar que a infância é produzida em memórias fortemente vinculadas ao presente, isto é, os que lembram são pessoas que possuem toda a trajetória de vida envolvidas no vai-e-vem próprio do trabalho no mar, com “visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história” (DELGADO, 2017, p.10). Considerando que, a depender do acontecimento narrado, as condições de fala dizem muito das demandas do presente em relação ao passado (POLLAK, 1989).

O trabalho é entendido por sua extensão por todas as etapas da vida, com suas variadas significações, motivações, entre ação e observação, como coloca Streck e Frison (1999),

Assim, o trabalho pode ser visto como meio de sofrimento e/ou prazer; estar relacionado ou não com o recebimento de um equivalente monetário; pode ou não exigir esforço, ter caráter físico e/ou intelectual, significar fonte de sobrevivência ou de obtenção de bens, bem como status social. O trabalho ainda pode ser visto como ajuda em determinados contextos; como oposição ao lazer e ao ócio; ou como forma de sobrevivência digna, em contraposição a outras formas de sobrevivência contrárias à moral vigente (p. 111).

A inserção na atividade pesqueira se dava em um momento de duplo turno de trabalho em que os pescadores, quando crianças e adolescentes, se dividiam entre ir à escola e acompanhar outros pescadores nas pescarias de beirada. Essa divisão tornava-se mais tensa nos períodos de safra da pescada gó (maio a julho) em que a demanda do trabalho familiar aumentava, e os currais necessitavam de mais mão de obra para o processamento local do pescado (evisceração, lavagem e salga). Ao lembrarem-se da combinação dos dois turnos, as memórias da escola são negativas, relativas à falta de vontade de estudar, ao mau desempenho e comportamento, e às limitações do ensino na escola local. Essa postura frente ao ensino escolar se coloca como oposição ao trabalho na pesca.

Eu comecei por quem? Ah sim, a história é essa assim, eu estudava e pescava, aí eu fui pegando o dinheiro né e deixei o estudo pro lado, que nesse tempo o estudo aqui era atrasado né, num era que nem assim... nesse tempo pelo Quatipuru Vila, as veze por Bragança, mas num era por aqui era por fora, aí era mais atrasado (Antônio Gomes, 46 anos).

Foi... Que escola, já ia pra ficar em pé em cima da mesa atentando. Porque era filho do dono da pescaria e ia pescava (Terezinha)

Ah comecei pescar na idade de quinze ano, é que nosso trampo aqui é pesca, parou de estudar é pescar (João Alves Ramos, 58 anos).

Os pescadores estavam sempre bem humorados ao falar da primeira pesca, lembravam-se de uma infância ansiosa em começar a acompanhar os pais e os outros homens da família

nas viagens pesqueiras. Essa expectativa do período da infância estava imbricada à figura masculina como trabalhador, aquele que passará adiante as atividades, instrumentos e ensinamentos da pesca no compartilhamento das experiências. Tem-se que considerar que o campo de possibilidades de um menino ou rapaz na comunidade era reduzido, de forma que repetidas vezes os pescadores tomaram a pesca como destino, exemplo disso é o relato abaixo:

Porque aqui, a gente aqui o pai da gente num tem uma condição boa né, e a gente acabou de estudar tem que ir pescar, as vez a gente quer ganhar o dinheirinho da gente e num tem emprego num tem nada. Nosso emprego aqui é pescar. Todos somos empregado é na pescaria (João Alves Ramos, 58 anos).

Com uma vida escolar sem êxito e com forte referência no trabalho, no caso o pai ou outro homem mais velho, a trajetória na pescaria iniciava-se cedo. Além de se tratar de um recurso narrativo na construção de sentido para suas histórias tem-se que considerar que a identidade do indivíduo é definida principalmente pela multiplicidade de pertencimentos sociais, de sorte que quanto mais amplos são os círculos sociais mais se reforça e se refina a identidade individual (GIMENEZ, 2018). Sendo assim, os pescadores faziam parte de círculos sociais relativamente limitados, de forma que a pesca colocava-se como a principal alternativa de trabalho. Pode-se constatar isso no questionamento feito aos depoentes sobre o aprendizado do trabalho, isto é, com quem aprenderam a pescar, e as respostas foram: os pais e os tios. Com o ensino escolar limitado e as oportunidades de migração para as cidades direcionadas as mulheres, os rapazes voltavam-se a pesca como profissão a ser seguida.

Ah sim, a história é essa assim, eu estudava e pescava, aí eu fui pegando o dinheiro né e deixei o estudo pro lado, que nesse tempo o estudo aqui era atrasado né, não era que nem assim... nesse tempo pelo Quatipuru Vila, as vezes por Bragança, mas não era por aqui era por fora, aí era mais atrasado. Aqueles que tinha condição, mandava logo... mas era mais fêmea que ia, saia pra cidade né, aí nesse tempo era só eu de homem, eu e o meu irmão, aí ele era menor e eu era maior, e era só o papai, naquele tempo não tinha ajuda de governo né, não tinha ajuda de bolsa família, bolsa verde, num tinha essas coisa, aí era só da pesca que vivia, aí pronto larguei o estudo (Antônio Gomes, 46 anos).

Diante disso e da constatação de que os homens mais velhos da família já estavam envolvidos nas lides do mar, são raras as alternativas para evitar a pesca. Portanto, também se percebia junto ao tom humorado do narrar à infância um tom de resignação e conformismo no lembrar do tempo de criança e adolescente. Vale salientar que as versões parecidas do processo de inserção na pesca marcam o contato da memória individual com a memória coletiva, são derivadas da seletividade da memória demarcando uma base comum de reconstrução das memórias de acordo com Halbwachs (1990),

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (p. 12).

Ainda que sejam poucos os casos em que os homens saíram da comunidade para trabalhar em regiões urbanizadas ou na pesca empresarial, os pescadores não os mencionaram diretamente. Contudo ao falar das próprias trajetórias no trabalho alguns deles se referiram às experiências na pesca fora da ilha, como narra o senhor Jurandir Ramos quando se referiu à vida na comunidade:

Doido é quem larga, digo mesmo eu não moro em Bragança ah porque eu não tive condição não. Eu, quando eu trabalhei em Bragança, pesquei lá nos barco de lá, tive condição de comprar uma casa, de altos e baixo, tava com dinheiro no bolso...

Essas tensões mostram as armadilhas da memória quando, ao narrar, o pescador constrói verdadeiras ilusões biográficas alimentadas pela versão coletiva da memória eliminando as exceções em prol do fortalecimento da identidade (BOURDIEU, 1996). Quando estive na ilha conheci alguns rapazes que migraram para os centros urbanos para continuar a formação escolar e para trabalhar em outros ofícios. São filhos de pescadores experientes, e ainda, filhos dos pescadores, por mim, entrevistados. Foram os que narraram a versão coletiva sobre a permanência dos rapazes na pesca. O que chamou a atenção é que mesmo mantendo contato com esses rapazes que “fugiram” da pesca, eles mantêm a versão de que os homens sempre pescam e que as mulheres são as que migram. Há de se diferenciar os momentos históricos da juventude atual e da juventude lembrada, porém vale considerar que a migração mais frequente dos jovens para os centros urbanos nos últimos anos não foi mencionada. Com isso, evidenciam-se os cortes que a memória dá na formulação de narrativas individuais e suas fronteiras com a memória coletiva, no sentido de Thomson (1997).

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais (p. 57).

Nas lembranças da primeira pesca o homem é o detentor do conhecimento e é o que possibilita a entrada dos mais jovens pelo compartilhamento dos saberes e experiências concernentes ao trabalho. São os pais, tios, padrinhos e vizinhos os que ensinam, enquanto a pesca das mulheres é lembrada como atividade de lazer, sempre produzidas nas narrativas de

forma humorada.

A figura masculina como a que ensina está fortemente relacionada à pescaria de “zangaria”, denominada como uma prática do passado. A “zangaria” foi um tipo de pescaria muito lembrada quando o tema era a primeira pesca. Localiza-la no passado, possivelmente, tem relação ao seu status de pesca proibida de acordo com o plano de uso da reserva extrativista de Tracuateua por se tratar de um apetrecho predatório e por se caracterizar como “rede de cercar garapé”.

A criação das normas de uso dos recursos naturais, e a sua apropriação pelos pescadores foram levadas em consideração nesse estudo por suas impressões nas memórias do trabalho. Ainda que os pescadores mantivessem a atividade diante das restrições ocasionadas pelas normas, eles não exporiam ao interlocutor, portanto fazem referência ao passado, ou seja, a um período anterior a criação reserva extrativista, mesmo que marcadamente repleto de conflitos com os órgãos ambientais. Os relatos deixam a sugestão de que a forte pressão para o abandono da “zangaria” levou ao abandono do uso. Na relação passado-presente que envolve dinâmicas de reconstrução de memórias, as novas experiências “ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão” (THOMSON, 1997, p.57), em conformidade com as mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Assim, viver em uma reserva extrativista requer a elaboração de narrativas de memória que acompanhem o contexto.

Numa maresada aí, foi proibida e acabaram. A justiça pra lá... Negócio de IBAMA e tudo... sabe como é tudo isso é IBAMA, IBAMA que tem esse enxerimento...

Ninguém pesca mais porque proibiram a pescaria da zangaria. O IBAMA proíbe e o pessoal também proíbe. Assim né, o pessoal de fora de longe né, porque matava muito peixe naquele tempo, aí o cara fazia uma zangaria fazia estrago, não dava conta fazia estrago, dava muito peixe né, e o cara também pegava muito peixe miudinho. Aí é assim. (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

A ligação com o passado também pode estar relacionada aos materiais de confecção frente às modernas redes plásticas de linhas de náilon. Encontram-se apontamentos para tal sugestão nos seguintes relatos:

Antigamente é, e agora também não tem mais gente assim pra tá trabalhando em zangaria, caboco agora, os caboco novo quer pescaria mais moderna, não quer cair n'água de noite essas coisa, porque tinha que cair na água a noite né, com a água aqui, tinha que cair na água pra levantar a rede, se não levantasse num pegava nada, que a rede tava lá no chão, aí tinha que levantar ela pra cercar o peixe. Ela também não tem nem chumbo nem cortiça, ela é ficada na terra né na areia até aqui, só a parte de baixo, a parte de cima o cara levanta e bota na estaca, estaca se dá na grossura dum cabo de vassoura mais grosso um pouquinho de que um cabo de vassoura, da grossura desse pau aqui. Aí faz

aquelas zangaria daqui pra aquele fim de mangal acolá, pra cercar o peixe, quando era mais hora o arrais chamava né, chamava pra cair na água pra levantar a rede.

No trecho citado acima, percebe-se como os traços modernizantes na pesca são percebidos pelo pescador, e como a dinâmica na pesca de zangaria é tomada como “não moderna”, uma vez que exige que o pescador esteja na água para desenvolver o trabalho, tanto na armação da rede como para “levantar a rede”, além da ausência de chumbo, de cortiça, como descrita no relato, caracterizada como uma modalidade simples, desprezada pelos “caboco novo”. Em sua sociologia da mudança social, Pior Sztompka (1998) postula sobre as marcas deixadas na personalidade humana pelas condições modernas, e que se tratam de requisitos para o funcionamento eficiente da sociedade moderna, dentre elas vale destacar: “A pronta disposição para a realização de novas experiências e abertura para inovação e mudança” (p.145). A colocação do autor é muito profícua para se pensar o desdém dos pescadores pela “zangaria”, pois eles têm acesso às tecnologias que atribuem certa praticidade e agilidade ao trabalho, e cogitar o uso de instrumentos simples nas atuais condições coloca em evidência as mudanças ocorridas nas formas de pescar, principalmente pelo distanciamento cada vez maior da região de residência. Entre os mais jovens a disposição para o uso de novos instrumentos de pescaria foi ainda mais evidente.

Junto aos dois fatores apontados como possíveis definidores para essa modalidade de pesca ser entendida como primeira pesca ou pesca do passado, deve-se somar um outro aspecto, a conexão com o pescador do passado, pois sempre trataram como a pescaria do pai, dos tios e de outros homens. Esse aspecto contribuirá para o entendimento do caráter de “ajudante” nos primeiros passos dos pescadores na atividade pesqueira. Como mencionado anteriormente, o homem mais velho é tomado como aquele que possibilita a inserção na pesca. É com um pescador experiente que os rapazes aprendem sobre o trabalho, e é responsabilidade dele a transmissão dos saberes pesqueiros. Essas narrativas evidenciam um elemento estruturante da cultura pesqueira na região, calcado nos papéis de gênero, totalmente inscrito no caráter profissional do trabalho. Nesse âmbito desponta o trabalho da mulher, quase sempre tomado como não profissional, que será discutido em outro capítulo. Vale ressaltar que a negação da mulher no processo de socialização dos filhos na profissão de trabalhador da pesca está inscrita nas memórias dos depoentes. A despeito destas representações, é evidente a participação das mulheres na apresentação e integração dos mais novos nas pescarias, como postula Ramalho (2017) para o caso de duas localidades no litoral pernambucano,

Isto se dá de dois modos: na pesca marítima de Suape, os filhos ajudam as

mães na venda de pescados e no conserto das redes; já na pesca estuarina itapissumense, vários meninos pescam com as mães antes de ir para o barco trabalhar com o pai, fazendo com que, além de ajuda-las, as crianças estivessem ao alcance dos seus olhares e sob os cuidados maternos no decorrer da jornada de trabalho da mariscagem (p. 39-40).

O caso de Quatipuru Mirim é mais próximo ao de Itapissuma, quando também se tem como prática comum de as mães levarem os filhos para o trabalho nos manguezais na pesca de mariscos.

O que pretendi com esse direcionamento foi demonstrar como que, ao se denominarem “ajudantes” na lembrança de inserção no trabalho, os pescadores delimitaram um estágio na trajetória de trabalho, isto é, a primeira pesca. O trabalho do pescador iniciante era ajudar em pequenas tarefas relacionadas à manutenção dos petrechos de pesca na água, assim com na retirada dos pescados capturados. Além de tudo, acompanhar o pescador experiente, pois a pesca de zangaria era realizada, geralmente, por pequenos grupos formados pela família, entre dois e quatro companheiros. O caráter de pescador acompanhante está relacionado à geração de renda, à manutenção de pescados para a alimentação familiar e à subordinação ao pescador experiente. O que se percebe é que a geração de renda, quase que estritamente, passa a definir o pescador profissional com o passar dos anos, em acordo com a inserção da pesca artesanal na economia de mercado.

A mudança de pescador acompanhante para pescador “de profissão” é percebida pela transformação na motivação do trabalho. A infância ansiosa pelo trabalho do pai foi cedendo espaço para a obrigação de trabalhar pela família. Nas narrativas foi possível demarcar, relativamente, o próximo estágio que se aproxima em que o trabalho torna-se, gradualmente, mais profissional. O evento chave para tal mudança foi definido pelos pescadores como “arrumar família”.

Sempre malhava de zangaria mais meu pai, pesquei, pesquei um bocado com meu pai, aí depois que arrumei a família, eu arrumei a família com dezessete ano, aí eu já fui trabalhar assim por conta minha mesmo sabe... passar assim a tomar de conta do barco dos outro, os outro falava comigo... (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Rapaz, que eu me lembro mesmo quando eu comecei pescar com o meus tio eu tinha uma faixa de doze ano, doze ano eu comecei a pescar com os meus tio, aí arranjei família com quinze, aí daí pra cá direto na pescaria (Sebastião Pereira da Silva, 53 anos).

Foi nítido nas falas acima como os pescadores diferenciavam os dois momentos: a pesca com o pai e a pesca para a família recém-constituída. Com a construção de seus relacionamentos com suas parceiras a motivação muda passando a uma pesca apartada do pai quando passa a



adquirir renda para o próprio núcleo familiar. É comum na pesca embarcada a parceria entre pais e filhos, porém os rendimentos passam a ser divididos. O filho a partir de então passa a ganhar seu pagamento.

Esse estágio de trabalho na pesca que se iniciou com a construção de matrimônios só finaliza quando a pesca passa para outro plano complementar, sendo o mais nítido a aposentadoria. Ao narrar a vida os pescadores construíram laços lógicos de acontecimentos-chaves, sendo: a primeira pesca (de caráter “ajudante”), a pesca profissional (iniciada com os laços matrimoniais) e a pesca complementar (com a aposentadoria). Com essa ordenação cronológica da memória nas narrativas, por sua vez bastante consolidada, os indivíduos constroem uma noção de continuidade e um sentimento de coerência social definindo os seus lugares sociais e a relação com os outros (POLLAK, 1989).

#### 4.2. Saberes pesqueiros em atualização: o trato com as tecnologias

A zangaria como uma pescaria do passado é um indício da apropriação das novas tecnologias por parte dos pescadores. Foi na narrativa de memória que se percebeu, no caso desse estudo, a organização da pescaria frente aos traços modernizantes próprios da inserção da atividade no mercado pesqueiro da região. Nos relatos dos pescadores mais experientes não apareceu a pesca de longa distância, ou seja, eles iniciaram as trajetórias de trabalho nas áreas marítimas contíguas à ilha, sem grandes deslocamentos.

Com o advento do barco motorizado é que a pesca artesanal começou a organizar-se para viagens cada vez mais longas. O relato de uma moradora nos ajuda a entender essas mudanças na ilha: “era muitos barcos que pescavam de primeiro aqui, uma hora dessa eles chegavam, passavam todinho, de pano em pé ai...” (Maurinete Costa, 34 anos). A moradora descreveu como eram as tardes na ilha antes da chegada dos barcos motorizados, ela recordou das velas içadas que passavam em direção ao porto da ilha.

Com trajetos curtos, os pescadores dos barcos à vela de vários lugares da região utilizavam a ilha para, assim como em outros portos, descansar e para manutenção das embarcações. O barco é o meio de transporte que possibilita o acesso aos espaços produtivos do mar. À depender do tamanho e das tecnologias articuladas a ele, como as redes, anzóis, linhas, espinhéis se garante um nível de autonomia e eficiência. A antropóloga Simone Carneiro Maldonado em sua obra “Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima” discutiu vários aspectos dos barcos na pesca artesanal do litoral paraibano e sua relação com a identidade

de comunidades pesqueiras. A estudiosa pontuou que as embarcações mais simples, que pescam na região costeira têm jornadas curtas que variam de um a sete dias, situação que difere dos pescadores estuarinos que em poucos casos ultrapassam um dia. Essa colocação somou-se ao relato da moradora que se lembra dos muitos barcos que chegavam ao porto, pois em casos de viagens curtas podiam atracar em portos de outras comunidades.

Nessa lógica de permanência contínua no mar vinculada à estrutura e mecanização das embarcações, a autora trouxe apontamentos interessantes para a discussão das identidades de pescadores e pescadoras, cujo primeiro ponto é o distanciamento da terra que se dá em níveis e intensidades diferentes. Desse ponto de vista, esse afastamento implicará nas relações pós-pescarias, isto é, nas relações com o comércio e com a família.

Concordo com a autora que em um primeiro momento as embarcações são, ao mesmo tempo, meios de possibilidades e de limitações. São de acordo com os barcos que se organizam as jornadas de pesca. Tendo em vista que em suas análises os pescadores utilizavam embarcações movidas “à pano” (à vela) e com motores de popa à diesel (deslocamento de 18 a 20 milhas náuticas da praia) desde meados da década de 1970.

Em Quatipuru Mirim já não se encontram barcos à vela, são utilizadas pequenas embarcações como as canoas, motorizadas ou não, para acessar as áreas de manguezais ou ilhas que servem de apoio pesqueiro, assim como barcos motorizados de portes maiores para as jornadas mais longas. Os menores são denominados “rabetas”, pois possuem motores na parte traseira com um suporte para a hélice, também para deslocamento até áreas de pescas próximas. As embarcações maiores são todas motorizadas e possuem espaço para conservação do pescado em caixas térmicas, mais uma cabine para descanso da tripulação e proteção do sol e da chuva nos momentos de espera da rede.



Embarcações de maior tamanho existentes na comunidade de Quatipuru Mirim, utilizadas em pescarias de mar alto aportadas em um canal maré (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVÃO, Alan).



Canoa motorizada conhecida localmente como “rabeta”, utilizada em pescarias na região e como meio de chegar ao curral (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan)



Canoa movida a remo, utilizada em curtos deslocamentos por canais em áreas de manguezal (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan).

Embora o processo de substituição de barcos simples por embarcações motorizadas não seja datado nos relatos, é possível perceber como os pescadores apreendem as mudanças em que estão inseridos.

Mudou, mudou. Mudou foi muito. Ficou pior, agora pega muito fora, se some aí de mato, ninguém enxerga esses mato aqui não , porção de mato aí, só enxerga água e céu, o peixe. Pra você vê que tão pegando na Bóia já, pro norte. Pro norte, já tão buscando do norte já, tanto pessoal de Bragança, como o

peçoal de Boa Vista, e o peçoal aqui da praia. Mudou, mudou (Raimundo Espirito Santo, 76 anos).

Esse trecho é uma observação do seu Raimundo, um pescador aposentado, que hoje acompanha as conversas de pescadores que ainda estão em atividade. A longa distância percorrida e conseqüentemente a longa jornada dos pescadores é um apontamento recorrente, estritamente ligado à estrutura cada vez mais mecanizada dos barcos. A implicação disso está na maior dependência das novas tecnologias quando o pescador afirma que os pontos de referências, no caso a floresta de mangue, se perdem de vista. O pescador que antes recorria à memória para percorrer as complexas configurações marítimo-fluviais da região volta-se para as tecnologias para se localizar em alto mar e produzir de forma eficiente, embora articule aos modernos instrumentos os conhecimentos do tempo e do mar (DIEGUES, 1983).

Para perceber a recorrência da percepção dos pescadores em relação à distância percorrida vale colocar outro relato:

A gente pescava aí, de primeiro a gente pescava só aqui nesse canal daqui, as vez que a gente ia lá fora pegar cação, mas era, eu ia com esse homenzinho que foi embora pra Bragança, nós morava lá no Mata boi (praia próxima), nesse tempo a rocinha era grande ali, faz muitos ano. Pra vê, tô com setenta anos (José Silva, 70 anos).

O “lá fora”, como diz o senhor José, tornou-se a regra. O que antes era eventual passou a ser exigência para uma pescaria bem sucedida, de forma que a pesca no mar alto tomou novas proporções desde a juventude do senhor José. O relato acima foi sobre a sua experiência na pesca embarcada, Senhor José, também se encontra aposentado e a experiência na embarcação a longa distância não o agradou, situação que o levou a investir na pesca de beirada.

Olha, sim eu pesquei no tempo que o homem morava lá... ele mora até em Bragança. Ele morava lá, ele me convidou pra ir duas maré, mas eu num gostei não. Eu num gostei, eu gostei porque era pescadeira e nós fumo e pegamo só uma chula lá fora (risadas), aí eu larguei, num fui mais.

Foi plausível sugerir que o pescador habituado às dinâmicas da pesca de beirada, em que seus saberes e a diversidade de petrechos amenizavam as conseqüências da incerteza própria da atividade, não soube lidar com a imprecisão do mar alto. E depositar sua confiança nas tecnologias e, em alguma medida, sair dos domínios de seus conhecimentos criou certo desconforto. Por se tratar de um pescador mais velho e que muito investiu em pescarias na proximidade percebe as tecnologias com certa desconfiança. Sobre o potencial da motorização dos barcos na pesca artesanal, Maldonado constatou no caso da organização pesqueira de três comunidades paraibanas (Tambaú, Ponta de Mato e Camalaú) que não houve expansão do

âmbito produtivo acessível, contudo a modificação pelo uso de motores teve um impacto maior sobre o tempo de pesca,

... sem afastar os pescadores da sazonalidade ou do tempo natural que informam a sua lógica produtiva, o uso do motor lhes permitiu contornar reveses trazidos pelo vento e pela chuva que outrossim os impediriam de sair ou lhes acarretariam riscos e dificuldades nas jornadas de pesca (MALDONADO, 1993,p. 67).

Entre as tripulações paraibanas estudadas por Maldonado (1993), os pescadores adquiriram maior rapidez e segurança na forma de propulsão, porém não necessariamente foram mais longe em termos de milhas. Diferente do caso de Quatipuru Mirim, em que a motorização articulada a outros aparelhos eletrônicos, tratados adiante nesse texto, possibilitou o afastamento gradativo das jornadas de trabalho em relação à comunidade.

A partir daqui, vale diferenciar os dois tipos de pesca que ocorrem na ilha: a pesca de mar alto e a pesca de beirada. Jaime Pantoja (2015) trouxe essa diferença em seu estudo com base na legislação brasileira (Decreto-Lei nº 221 de 1967 e Lei nº 11.959 de 2009): a) a pesca de mar: aquela que é praticada em uma embarcação motorizada e a vela, com tripulação de três ou quatro pessoas denominadas de “pescadores embarcados” com jornadas de duração variadas (entre oito a quinze dias); b) a pesca de beirada: Denominada como pesca de subsistência, por ser prioritariamente para o consumo familiar, envolvendo diversos tipos de petrechos como “curral, puçá, tarrafa, espinhel e malhadeira ou rede de emalhe de pequena extensão” (p. 29), também engloba a extração de mariscos.

Essa distinção fez-se necessária por suas impressões nas lembranças do trabalho, isto é, nas duas modalidades de pesca artesanal o contato com a modernização do trabalho se deu de formas diferentes. Na pesca embarcada os pescadores relataram conversas com trabalhadores da pesca industrial e o contato com tecnologias ainda não introduzidas na pesca artesanal. Essa troca foi interessante na medida em que os pescadores tornaram-se ansiosos por esses novos aparelhos. A ansiedade foi evidente quando o assunto era a localização dos pesqueiros. Os entrevistados mencionaram uma tecnologia, por eles definida, como navegador. Essa tecnologia foi recentemente introduzida nas embarcações da ilha, os pescadores conhecem suas funções e reconhecem as possibilidades por ela proporcionadas.

Agora tudo facilitou, esse negócio de aparelho, que antigamente pra ti entrar, assim vamo dizer, tu puxou tua rede cinco horas da tarde, antigamente ficava ferriado pra correr de dia né, e hoje não, hoje se tu arrancar o ferro lá... aonde for, cinco hora, quatro hora, o pau tora de lá pra cá, tú vem amanhecer na tua casa, porque tem o navegador... por onde tu foi o navegador vai marcando. Que quando tu vim de lá, tu já vem por ele, a curva que tu fazia lá, vem fazendo

aqui, entra em qualquer canal desse num bate num quebra, num trepa em curral num faz nada, aí facilitou. Ficou bom agora, só que tá caro pra porra. (O relato se encerra com risadas) (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Não, ninguém usava nada e só era por cima da cabeça era calculando negócio de maré era essas coisa né, ele marca óleo, ele marca data, ele marca essas coisa aí ele marca, ele marca tudo. Se tu mete uma posição que tú vem entrar aqui a noite debaixo de uma chuva, tú tá lá forão uma faixa de daqui em Bragança a distância pra fora, se tu puxar o motor lá teu motor lá tú vai entrar na praia hoje tal hora, ele sabe que hora que tú, na velocidade que tú sai de lá ele sabe que hora tú tá aqui debaixo de chuva tudo ele marca. Vem certinho, só se ele tiver bronquiado pra ele num coisar, pra ele num coisar ele vem (Antônio Gomes, 46 anos).

Os benefícios do aparelho segundo os relatos acima são múltiplos, sendo eles: o controle relativo do tempo, a determinação da localização, uma navegação segura. No âmbito de uma atividade que paulatinamente vem se inserindo na lógica do mercado esse aparelho contribui para a eficiência da pesca, aumentando certa autonomia em relação à dinâmica ambiental. Os dois relatos foram de pescadores envolvidos na pesca embarcada, tanto que possuíam suas próprias embarcações.

Com uma inserção recente nas pescarias de Quatipuru Mirim o navegador frequentemente foi coordenado por pescadores mais jovens, quase sempre pelos filhos. Uma maneira de dar continuidade a atividade de forma adaptada as novas demandas que foram criadas.

No bojo da modernização da pesca artesanal embarcada surgiu nos relatos outro aparelho “moderno”, provavelmente a partir do contato com barcos de outros lugares, e até da pesca industrial, denominado de “sonda”. A função dessa tecnologia está relacionada a localização de cardumes em mar alto. A pesca artesanal da ilha não dispõe desse aparelho, mas os pescadores alimentavam o imaginário com essa possibilidade.

Tem a sonda também, tem a sonda, a sonda é que a gente vê o peixe lá no fundo né, aqui ninguém ainda num tem sonda, ainda num tem sonda, mas esses barcos de Bragança tem sonda (referência a pesca industrial). Esses barco que trabalha de pesca pra lá longe tem sonda, é tipo uma televisãozinha né, ela é ligada num coisa, num aparelho aqui embaixo no fundo do mar, o que tá se passando lá no fundo tá vendo aqui na televisãozinha (Antônio Gomes, 46 anos).

A “sonda” é esperada pelo pescador como uma promessa de superar as imposições naturais, isto é, a imprevisibilidade e o caráter invisível dos recursos pesqueiros<sup>14</sup> (DIEGUES,

---

<sup>14</sup> São pontos de pesca com abundância de pescados, constituintes da territorialidade dos pescadores, pois exigem acurado conhecimento da região. “Cada um deles, a depender da espécie que oferece, pede um tipo de instrumento ou uma tecnologia específica. Usa-se vários tipos de linhas ou redes” (MALDONADO, 1993, p. 107).

2004). Essas condições são constitutivas dos saberes patrimoniais pesqueiros ainda fundamentais para a pesca artesanal, isto é, é no confronto com essas características da atividade pesqueira que os pescadores e pescadoras construíram um conjunto de saberes relacionados a territorialidade. A expectativa pela introdução da sonda na pesca apontou para a formação de uma racionalidade própria da economia de mercado. A essa altura do texto é possível argumentar o meu entendimento sobre a atualização da pesca artesanal.

Trato a atualização aqui como um processo constante na atividade pesqueira artesanal que se deu no contato com os processos modernizantes, que envolvem uma lógica própria das sociedades urbanizadas e um forte projeto de mecanização. Assim trata-se de uma estratégia de resistência das populações pesqueiras a partir de múltiplas assimilações, e da permanência de práticas tradicionais. A atualização da pesca artesanal refere-se a conformações diversas, sínteses incoerentes e produções de existências e resistências, na articulação do saber-fazer pesqueiro com as inovações tecnológicas (MALDONADO, 1986). Posto isso, os pequenos pescadores não foram apenas vítimas dos avanços do capital no setor pesqueiro, nem somente sofreram com os “males inevitáveis” de um projeto de desenvolvimento (SILVA, 1998).

Dito isso, retomo as tecnologias mencionadas pelos pescadores nos relatos e a percepção a respeito delas. Como discutido anteriormente, a sonda somente alimenta a imaginação dos pescadores de Quatipuru Mirim, e tornou-se conhecida nos contatos com pescadores da tripulação empresarial, frequentemente nos portos da região, que são espaços de sociabilidade na pesca embarcada. A tecnologia utilizada pelos entrevistados é a que eles denominam de “prumo”, um instrumento composto por um objeto pesado suspenso por um fio habitualmente usado para determinar a profundidade do mar sob a embarcação,

A gente mede, a gente mede, a gente joga o prumo, uma corda no prumo, aí a gente mede trinta braça, aí quando a gente voltar no outro dia a gente já sabe, eu tava aqui nessa posição, aí a gente lança a rede na mesma posição. Agora não, agora é no aparelho, a sonda (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

É porque tem os nó, tem os nó, cada uma medida é um nó de quatro braça é quatro braça, cinco braça, seis braça, sete braça, oito braça tudo tem um nó, é assim que é a história (Antônio Gomes, 46 anos).

No entanto, outra função do “prumo” é conhecer a composição do solo, e uma vez que se conhece a ecologia dos pescados pode-se inferir a localização dos pesqueiros a partir da amostra de substrato, na próxima citação o senhor Jurandir usa a palavra “tijuqueiro” para se referir a um solo lamacento. Essa é uma situação em que o uso do navegador já é uma realidade nos barcos da comunidade, mas os pescadores mantêm o uso do prumo em conjunto com o conhecimento ecológico local que compõem os saberes patrimoniais da pesca artesanal.

Aí num é reconhecer, aí é porque vamo dizer assim,... aqui a guia da gente é o prumo... Um pedaço de chumbo assim (demonstra com as mãos e com o gravador), tipo assim... Que nem esse bicho aqui (Pega o gravador na mão), entendeu como é, ele é maior. As vezes é mais grosso, a gente pega com uma corda aqui na cabeça dele, aí tu vai correndo... corre corre, êh rapá joga o pruma aí, a gente vai jogar... aí vamo dizer dá dez braça, mas rapá aí no que a gente joga o prumo quando a gente puxa, a gente puxa o prumo, a gente olha na cara dele aqui, se tiver lama, tu já sabe é no tijuqueiro... aí se num tiver, num tem rapá vum bora, a gente corre mais outro pedaço, aí corre aqui, quando vê deu dez braça, aí joga o prumo de novo, aí jogou quinze braça... aí repara ... rapaz é lama, então é aqui memo, boto ela pro fundo... (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

O primeiro trecho sobre o “prumo” é do relato do senhor Sebastião, um pescador de beirada que alterna diversas formas de pescaria, tendo como principal a pesca de curral (armadilha fixa localizada nas proximidades da ilha). O seu repertório sobre o uso do “prumo” parte principalmente da pesca de beirada no intento de localizar os espaços produtivos da região costeira, tem nesse instrumento e a memória do espaço e dos recursos necessários para tal empreitada. Enquanto o relato é do senhor Antônio Gomes, pescador embarcado, que alterna o uso do “prumo” e do navegador, o domínio do segundo aparelho é responsabilidade do filho. Nesse caso juntam-se tecnologias e gerações diferentes de pescadores para aumentar a eficiência das pescarias.

As redes de pesca são diversas e foram mencionadas pelos pescadores com detalhes. Desde já cabe o esclarecimento de que não fiz um levantamento dos petrechos de pesca, o que pretendi foi analisar os instrumentos que foram mencionados e sua inclusão nas memórias do trabalho. Em nível de citação as redes mencionadas pelos pescadores foram: “pescadeira”, “taineira”, “gozeira”, “serreira”, “caiqueira”, “malhadeira”, “ferriadeira”, “cinquenta”, “sessenta” e “setenta”. É bem provável que nessa lista alguns nomes refiram-se ao mesmo tipo de rede, mas a nomeação desses instrumentos evidenciou um conjunto de léxicos locais ligado a essa cultura de trabalho, relacionado às espécies de pescado alvo como a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), a taíinha (*Mugil ssp*), a gó (*Macrodon ancylodon*), o peixe serra (*Scomberomorus brasiliensis*) e a caíca (*Mugil ssp*), assim como às características próprias dos instrumentos como as medidas da malha que podem ser de cinquenta, sessenta e setenta milímetros. Todas as redes citadas são de material plástico comercialmente conhecido como rede de náilon. É comum a compra das linhas de náilon para confecção da rede na comunidade.

Os tipos de redes surgiram quando os pescadores foram questionados sobre a pesca praticada por eles, a partir da seguinte questão: Qual é a sua pesca? De imediato utilizaram os instrumentos de pesca e os pescados para definir o trabalho.



Aqui a gente pesca de todas linha pra quem tem o traste né, eu pesquei muito de serreira, serreira e setenta, foi muitos ano eu pesquei na Otelina de serreira e rabiola, serreira e setenta. Aí de lá pra cá comecei botar curral, botei curral, mas sempre pescando com a rede, agora a caiqueira é vinte por trinta (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

Pescava toda pesca, pescava de serreira, pescava de caiqueira, pescava de malhadeira, de tudo pescava (Raimundo Espirito Santos, 76 anos).

Aqui nós aqui semos pescadores da marca do peixe que aparecer nós temo que pescar ela. Tá entendendo? Porque tem tempo que dá a gó, tem tempo que dá a caíca, tem tempo que dá a pescada. Gozeira, pesco de pescadeira, tudo quanto é tipo de rede eu pesco (João Alves Ramos, 58 anos).

Os pescadores definem o seu trabalho a partir da diversificação das pescarias, com isso a pesca artesanal se mantém em contrapartida à lógica de especialização do trabalhador, própria das produções estritamente capitalistas. Ainda que a formação da comunidade não esteja atrelada a agricultura, como os caiçaras na região sudeste, isto é, os pescadores e pescadoras não trabalham também com o cultivo de espécies vegetais, não se reduz ou simplifica a pesca artesanal. No processo histórico construíram variadas formas de pescarias voltadas aos diferentes pescados com instrumentos diversos, embora sejam exclusivamente pescadores. Sobre a formação da organização pesqueira no Pará, tendo como base o que foi denominado de “origens pluriétnicas”, Furtado (2006) acrescenta:

Em suas comunidades guardam atualmente acentuados traços do passado colonial e pré-colonial; detendo saberes em relação ao meio ambiente, aos seus recursos e formas de manejá-lo; saberes em relação ao uso social do patrimônio natural e a gerenciamentos de recursos e de solução de conflitos a que estão sujeitos (p. 170).

Vale o destaque dos saberes indígenas, e de tecnologias como o curral de pesca. Isso poderia ser definido como resistência à expansão capitalista, no entanto não isenta das pressões do mercado que alcançaram a pesca artesanal da região, um exemplo disso é a valorização de determinadas espécies de pescado. Quando uma espécie é mais bem aceita no mercado impacta diretamente a atividade pesqueira, pois os investimentos dos pescadores se voltam a esse tipo de pescaria. Percebi que a pesca embarcada é mais suscetível a essas pressões, pois os pescadores lançavam-se ao mar para a captura do pescado mais bem valorizado. Os peixes de outras espécies que foram capturados foram encaminhados para a mesa da família. A organização econômica capitalista necessita de um clima de “racionalização”, acrescentando noções de cálculos e previsões como hábitos e crenças no trabalho em comunidades pré-capitalistas, como postulou Bourdieu (1979) para o caso dos camponeses argelinos,

De fato, agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar a economia monetária às custas de uma re-ivencção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva. Nisso eles estão mais próximos do empresário das origens do que dos agentes econômicos das sociedades capitalistas. A medida que evolui, a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas ... (p. 15).

Ao referir-se sobre a ordenação do tempo na pesca artesanal na Barra da Lagoa no Estado de Santa Catarina, Cunha (2000) acrescentou que houve uma re-configuração em diversos âmbitos da atividade artesanal quando o pescado passou a ter o valor de mercadoria, estipulado pelo mercado,

Têm-se aí o tempo do capital expresso na integração da atividade pesqueira nas malhas da produção mercantil e industrial. Embora o relógio não esteja inscrito na produção como medida de tempo, traduz a lógica capitalista no controle da circulação do pescado nas mãos do intermediário e das grandes empresas e da aparição do não- trabalhador no processo produtivo, o qual extrapola o tempo de quem produz, rompendo com a secular relação de parceria (p. 103).

No trabalho de beirada o excedente é que vai ser comercializado, ainda que se tenha definido a espécie de pescado que se quer capturar, é comum que a prioridade seja o autoconsumo. É provável que a permanência dessa racionalidade esteja ligada as dimensões da produção, ou dito de outra forma, à capacidade de captura da atividade. Os principais apetrechos de pesca constituem-se entre “o uso de espinhel, pesca de linha, malhadeira ou rede de malhar, puçá, tarrafa e curral” (PANTOJA, 2015, p. 66). O pescador de beirada tem noção das limitações da sua pesca, e se vê muito envolvido nas mudanças ocorridas na atividade, dentre elas a escassez do pescado.

Eu acho que mudou né, por causa, naquele tempo que eu me entendi, tinha muito... o peixe a gente pegava saia daqui, as vez a gente passava cinco dia, acabava cinco saca de sal, era isso, era muito peixe né, e agora não, passa semana pra pegar cinquenta quilo de peixe (José Silva, 70 anos).

As mudanças na pesca artesanal não foram percebidas pelos pescadores apenas em seus aspectos tecnológicos, a escassez dos pescados foi um ponto forte nas narrativas. O relato do seu José mostrou esse caso quando os pescadores de beirada deslocavam-se a outras praias da região para produzir. Eles construíam e constroem pequenas casas, denominadas de ranchos, para as estadias durante as pescarias, e esses lugares não possuem população residente por serem utilizados como ponto de apoio pesqueiro. Distante da comunidade em que moram eles jogam as suas redes, fixam-nas a beira da praia seguindo a própria dinâmica das marés. A cada

baixa da maré a rede é visitada, os pescados capturados são retirados e a rede é conferida, se necessário, são feitas as reparações e repete-se o processo.

A diminuição da captura de pescados implica na permanência dos pescadores por mais tempo nos ranchos, e conseqüentemente fora de casa, pois se os recursos pesqueiros diminuem e os petrechos de pesca são limitados, aumenta-se o esforço físico. Os pescadores voltam rapidamente a casa com a família para deixar parte da produção para o consumo familiar e retornam, no mesmo dia, para os ranchos. A convivência com a família em casa se reduziu enquanto o convívio com os outros pescadores nas ilhas de pescaria foram se estendendo e intensificando.

É, porque lá no rancho a gente se ajunta, as vez lá no rancho do homenzinho... filho de uma mulher que mora bem ali a Bernadete, ele, a gente se ajunta as vez, tá lá todinho é de dez pra frente. Enche, enche o rancho que você entra assim pela porta né, pra se deitar assim o senhor vai imprensando na rede, nas rede lá, e o rancho é grande, ih é maior de que essa casa lá o rancho dele lá, eu fiz esse outrozinho da parte daqui (José Silva, 70 anos).

Os ranchos são espaços de socialização e de trabalho, e no que se refere à memória é um espaço de corporificação de lembranças, no sentido vivo da memória escrito por BOSI (2003), “a comunidade familiar ou grupal exerce uma função de apoio como testemunha e intérprete daquelas experiências. O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos de escolha e rejeição ao que será lembrado” (p. 54). Os pescadores, além da conversa, percebem-se nas mesmas condições em que a intensificação do trabalho é uma realidade. O relato acima trata do momento de descanso quando os pescadores estavam no rancho, ocupando-o quase completamente com suas redes de dormir.

Eram nesses espaços que aconteciam as salgadas dos pescados. O seu José fala da quantidade de sal que ele e seus parceiros gastavam para a conservação do pescado. Os peixes eram “aviados”, denominação local para o processo de evisceração, e depois salgados e armazenados nos ranchos. Além do tempo na rede de pesca, investia-se tempo na preparação do pescado para a conservação.



Rancho de pesca construído de palha, para armazenamento do pescado processado na “salga” e na “secagem” e para descanso dos pescadores de beirada (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan).



Beneficiamento do pescado pela “salga” e secagem, e armazenamento nos ranchos de pesca (Fevereiro de 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan).

A extensão do tempo de convivência criou um espaço reflexivo para os pescadores, e pude observar isso na medida em que os pescadores conversavam e reconheciam-se nas situações e nas de outros trabalhadores de beirada. Um aspecto percebido por eles foi a mudança na conservação do pescado. Quando a pescaria do sal cedeu espaço para a pescaria do gelo.

É porque a gente comprava o sal... assim como eu vou lhe dizer. Porque a gente comprava o sal e salgava o peixe né, de primeiro o que tinha era isso. A gente pegava o peixe, retalhava, aí ia lavava, depois ia salgar, e eu cansei de fazer isso também antes de ir trabalhar com gelo, tirando disso... (José Silva, 70 anos).

A pescaria do sal exigia uma série de processos no tratamento do pescado para a

conservação e com isso um tempo maior até a sua comercialização que, com a introdução da conservação pelo congelamento, mudou bastante. Tais processos possibilitaram mais tempo para manutenção dos petrechos de pesca e para investimentos em outras atividades, como por exemplo, uma rede extra. Uma vez que os pescadores, agora, apenas lavam o pescado e o depositam em uma caixa térmica com gelo industrial.

A compra do gelo fortaleceu a dependência dos pescadores de beirada a uma relação bastante tensa, e que discutirei em outro momento do texto, com o “marreteiro”, o equivalente a um atravessador. Pois o trabalhador de beirada não vai comprar seu gelo, o que normalmente acontece é que o “marreteiro” o compra e cede-o ao pescador como garantia de negociação da produção, e ainda com a cobrança da metade dos custos para a aquisição do gelo. Posto que o pescado salgado tenha menos saída no mercado, os pescadores de beirada se veem pressionados por uma mudança que os submeteu à situações de exploração.

Na pesca embarcada o uso do sal também foi abandonado por caixas isotérmicas de acondicionamento de gelo, evidente no relato do seu Antônio Gomes “é, a pescaria do sal é o seguinte quando o cara num... mas é difícil agora. É porque tem o gelo né, aí num precisa mais do... fazer a pescaria do sal”. A salga do pescado deixou de ser prioridade e passou a ser uma estratégia para evitar desperdícios, pois no mercado a aparência do pescado é um critério importante para a comercialização. Os peixes marcados pela rede, e que perderam partes do corpo, são direcionados para a salga, assim como aqueles que não são de interesse econômico, ou alvos da pescaria:

Do sal é o seguinte, com esse tipo aí de rede a gente pesca com sal, mas é o peixe fraco, é muito peixe assim mole, aí que é do gelo é do gelo o que é do sal é do sal, mas num se faz a pescaria mais do sal, aí eu vou pescar com sal, mas num pesca mais com sal né, pesca com gelo (Antônio Gomes, 46 anos).

O que o pescador definiu como “peixe fraco” e “peixe mole” foram os pescados que não possuem escamas, e que no contato com as redes ficaram marcados. O pescador defronta-se com outra dinâmica imposta pela lógica do mercado, isto é, a aparência dos produtos. Uma pesquisa desenvolvida na cidade de Belém onde estão concentrados os maiores volumes de transações de pescados do estado do Pará afirma que 75,6% dos consumidores de feiras e 63,5% dos consumidores de supermercado priorizam a cor e a aparência dos peixes na decisão de compra (BOTELHO et al. 2017). O que acontece, no caso do pescado, é que as marcas do trabalho desfavorecem a comercialização, é a redução da mercadoria à simples aparência ou a uma “coisa”. Marilena Chauí (1984) em seu livro “O que é ideologia” trouxe uma leitura de Marx sobre a noção de mercadoria e o “valor de uso e de troca” que não estão à vista,

Vemos, assim, que o valor de troca da mercadoria, o seu preço, envolve todos os outros tempos anteriores e posteriores ao tempo necessário para produzi-la e distribuí-la. No preço da mercadoria está incluído o gasto (físico, psíquico e econômico) para produzi-la. Ela não é uma coisa, mas trabalho social concentrado (p. 50).

A relevância de trazer a “pescaria do sal” está na adaptação dos pescadores as demandas do capitalismo. Uma pesca para evitar os desperdícios que se conformam no confronto com uma estética do produto próprio ao mercado. Existe uma formação na pesca artesanal que, em parte, está voltada para o aproveitamento do pescado na embarcação, e foi nomeada pelos pescadores de “cabrita”. Agora passarei a falar dela.

#### 4.3. A “cabrita”: Uma conformação solidária da pesca

As entrevistas com os pescadores, na maioria das vezes, foi tensa, devido à imposição de traços de pertencimentos dos sujeitos, no caso o pesquisador (eu) e o pescador (eles), mais ou menos, flexibilizada pela personalidade de cada um. Refiro-me à traços provenientes da formação e geração, principalmente. Assim, o momento mais difícil era o início das entrevistas após a minha apresentação e a conversa sobre os objetivos do estudo. O tema que tratei nesse tópico foi um facilitador nas situações de entrevistas em que encontrava dificuldade para iniciar as perguntas ou manter a conversa.

O tema “cabrita” me surgiu em um momento de espera pela embarcação no Porto da Alemanha na zona rural de Tracuateua. Enquanto aguardava comecei a escutar a conversa entre dois homens que ali estavam. Eles discutiam sobre uma situação em que o dono de um barco e dos petrechos de pesca cobrou uma parte dos rendimentos de uma jornada de pesca. Até aí parecia normal, pois é assim que acontece na partilha dos rendimentos de uma produção, geralmente. Porém estranhei muito o tom de um dos homens ao fazer a seguinte afirmação para o outro: “Ah então isso não é cabrita”.

Tomei o caderno de anotações em mãos e escrevi a palavra “cabrita” e segui em direção a ilha, chegando lá, em outro momento, cheguei próximo ao seu Sebastião e em uma situação informal perguntei do que se tratava. O mesmo me explicou em um tom humorado. A partir desse momento tomei esse tema como estimulador nas entrevistas, e em diversos momentos foi fundamental para a continuidade das conversas com os pescadores.

A cabrita é uma organização momentânea da pesca artesanal em Quatipuru Mirim produzida em situações específicas: quando os pescadores estão ociosos, ou para garantir as

refeições diárias estando em terra. Presume-se que essa denominação tenha relação com a expressão "fazer uma vaquinha", cujo significado é juntar dinheiro em grupo para alguma finalidade. O pulo da expressão "fazer vaquinha" para "fazer uma cabrita" pode estar associado às questões como: o contato muito próximo dos pescadores com caprinos que são criados em grande quantidade na ilha; o tamanho e a qualidade da pescaria, tratando-se de uma pesca nas áreas próximas à praia, com tripulação e suprimentos limitados, dando a ideia de pequeno, isto é, menor que uma "vaca", logo uma "cabrita". De forma que os pescadores se surpreendem quando capturam uma grande quantidade de pescados.

Porque a cabrita é assim, se disser aí, quando não diz: Êh rapaz, umbora fazer uma vaca? Diz umbora. Aí é assim, aí muitos aqui diz assim: bora fazer uma cabrita, muitas vezes é cabrita gorda. É porque é assim, a gente faz uma cabrita gorda, a gente diz: ah, é uma cabrita gorda. É porque pega bem o peixe. E quando a gente num pega nada, diz: Ah pô, a cabrita tá devagar, cabrita magra (risadas) (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

Ah cabrita é o seguinte, porque aqui tem as marés do peixe sabe, como eles já sabem aqui, aí tu tem teu barco, tá parado aí no porto aí, eu digo: êh fulano umbora lá fazer uma cabrita? Eles falaram na cabrita né, a cabrita é assim, aí eu digo: êh fulano umbora lá fazer uma cabrita? Aí ele diz: umbora, aí nós vamos. Vamos nós três, vamos lá, aí porque é bem aí perto mesmo aí né, as veze a gente joga a rede aí e pau tece, quando a maré enche a gente puxa. Aí nos vamos lá. Aí vamos dizer assim, vamos lá jogamos a rede puxamos vinte pescada, quinze pescada, lá quanto for, isso é uma cabrita. É só entre nós três (risadas) essa que é a cabrita (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

O ponto alto dessa tema “cabrita” está relacionado ao tom humorado com que é tratado o tema pelos pescadores, por se tratar de uma conformação da pesca artesanal em que as hierarquias são suavizadas, a divisão do produto é orientada pela solidariedade e a pela amizade, importante na composição das parcerias. Uma situação em que os traços capitalistas da atividade foram confrontados. Assim, é só no âmbito de confronto com uma produção já inserida na lógica da economia de mercado que essas memórias divertidas passam a ser criadas. Pois a produção seja dividida de forma igualitária entre os parceiros, quando o mestre também torna-se parceiro, essa prática também passa a ser considerada como possibilidade de uma renda extra por eles, e vista pela tripulação como um trabalho isento de obrigações de uma pescaria de longa distância.

De acordo com os relatos foi possível dividir a prática da “cabrita” em duas formas gerais: uma dessas formas acontece durante uma jornada de pesca para a comercialização, comumente, financiada por um patrão externo, quando os pescadores recolhem os pescados capturados que não são alvos e os que foram marcados pelas redes (perderam partes do corpo), e geralmente, salgam para venda externa aos rendimentos da produção da embarcação. Dessa

forma eles evitam o desperdício dos peixes e constituem uma renda extra, quase sempre, sem o conhecimento do financiador da pescaria. Além disso, todos os tripulantes são incluídos na divisão do produto com a finalidade evitar inconvenientes com o “patrão”.

Vão trazer pro patrão, o peixe que tô dizendo que eles salgam é aqueles que sai da rede estragado porque o gelo condena né. E no gelo eles condenam o peixe estragado não levo não, aí eles salgo pra vender, não tá muído, as vezes é a cabeça que sai, as vez a barriga tá feia, aí eles tiram pra retalhar (Terezinha Ramos, 60 anos)

Não porque a cabrita é assim, que tu... quando o cara vai falar contigo assim, fora do patrão, tu vende negócio de dez quilo, quinze quilo, esse que é a cabrita, que é por fora do patrão. Vende e recebe na hora (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

A segunda forma geral da “cabrita” acontece quando os pescadores estão na comunidade, com o barco atracado no porto. Eles se reúnem em pequenos grupos de dois a quatro parceiros, sendo que um deles deve possuir os petrechos necessários e embarcação para a pescaria. Por esse motivo, é comum, a presença do mestre na parceria. O seu João Alves Ramos (58 anos) que é um mestre e dono de uma embarcação relatou o seguinte: “Ah, a cabrita que a gente faz quase toda semana tem que fazer pra agradar os companheiro da gente”. Nesse depoimento é evidente que o mestre, em muitas situações, toma a iniciativa para garantir a alimentação dos seus tripulantes e de suas famílias enquanto estiverem em terra.

A divisão do produto da “cabrita” acontece na modalidade de quinhão, isto é, todos os parceiros recebem parte dos rendimentos de forma relativamente igualitária. Pois os pescadores se conhecem, e com isso, conhecem a situação dos seus parceiros, no caso de um se envontar com dificuldades financeiras, frequentemente esse ponto é considerado. Pode ocorrer de os pescadores dividirem uma parte dos pescados para consumo familiar, outra parte ser comercializada na própria comunidade e os rendimentos divididos entre os pescadores. Pode-se considerar a divisão do produto à partir de uma das formas ocorrentes no litoral paraibano, a “igualitária, em que a renda proveniente da venda do produto do dia é dividida igualmente entre os membros do rol de pesca” (MALDONADO, 1986, p. 25), com a ressalva de que os pescadores envolvidos consideram a situação de cada parceiro na partilha, e em gestos de solidariedade abrem mão de uma parte igual para ajudar o que estiver com dificuldades na garantia da alimentação familiar.

Não, o pescado a gente chega na beira, a gente parte um pra gente comer, um pedacinho pra cada um, e aquele resto que sobra a gente vende pro marreteiro, e aí ele paga nós e aí esse dinheiro nós vamo repartir nós que tava trabalhando (João Alves Ramos, 58 anos).



Existe outra face da “cabrita” pouco mencionada pelos entrevistados e que interfere diretamente na memória afetiva deles, por esse motivo, talvez, tenha sido evitada. Isso acontece quando a produção de uma embarcação é comprometida pela tripulação, pois é desviada para a “cabrita” organizada durante a jornada de pesca. Essa situação tenciona a organização de tal prática no âmbito das pescarias financiadas pelos “patrões” e por donos de embarcações, e coloca em evidência as questões relacionadas a falta de confiança, por partes dos mestres, donos de embarcação e “patrões”, instaurada por problemáticas recentes. A mais citada pelos entrevistados é o uso de entorpecentes pela tripulação que será discutido em outro momento nesse estudo.

Porque agora o cara dá um barco, eles fuma a droga, aonde eles vão descarregar, lá eles já vendero, já fizeram a vaca deles e o dono do barco num sabe. Só sabe entre eles quatro, os quatro companheiro, o dono já vai saber do que ele pesa pro patrão que vai saber, daquele um que fez a cabrita o dono já não sabe. Esse que é o arrais que tá sendo agora aí, que é isso aí (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

A discussão sobre a “cabrita” é uma estratégia de entrada nas reflexões sobre as relações de trabalho construídas na pesca artesanal de Quatipuru Mirim, para evidenciar as complexas construções sociais que formam, reformam e informam a atividade na atualidade.

#### 4.4. Os parceiros e o mestre: sobre as relações de trabalho

Em campo pude acompanhar uma conversa entre dois pescadores que se deu em um momento informal, por isso resolvi não gravar e nem mencionar os nomes. Após um dia de trabalho, um pescador comenta com o outro sobre a falta de um trabalhador em sua tripulação. O ouvinte, de imediato, indicou uma pessoa para a vaga, e obteve a seguinte resposta: “A pesca dele não dá certo com a minha”.

Para além de pensar o perfil do pescador indicado e a rejeição do seu trabalho por parte do primeiro pescador, notei, a partir desse pequeno relato do meu diário de campo, um mecanismo de constituição das tripulações na pesca artesanal em Quatipuru Mirim. Esse se trata do conhecimento da pesca do outro, isto é, a familiaridade do trabalho entre os pescadores, que ao conhecer o trabalho dos pescadores da comunidade formam seus grupos de pesca a partir desse referencial.

São filhos, genros, cunhados, sobrinhos, tios e conhecidos. Além de uma cunhada. Essas palavras definem a familiaridade dos pescadores nos relatos sobre os componentes da

tripulação, o que Simone Maldonado (1993) definiu na pesca artesanal paraibana como níveis de parentesco. Segundo a autora, trata-se de um mecanismo social da ordem do afetivo, constituído pelo pré-conhecimento e experiência familiar para garantir a estabilidade do grupo. Tendo em vista que a pesca se caracteriza como uma atividade de risco pelas próprias dinâmicas ambientais, e que os pescadores encontram-se em espaços limitados, firmes (pois é a base que sustenta os trabalhadores em um ambiente fluido) e móveis, isto é, os barcos. Dessa forma, para uma produção eficiente e para evitar os perigos do mar os pescadores se valem da articulação de diversas práticas,

Essa relação dos pescadores com o bote assume formas e expressões variadas de divisão de tarefas, de ações técnicas, de modos de pescar e sobretudo a maior dessas expressões, uma náutica eficaz (MALDONADO, 1993, p. 71).

A articulação dos saberes e técnicas no espaço no barco deve ser em cooperação para a garantia de uma boa pescaria, fundamentada na confiança, na sincronia de atividades e no companheirismo, e nada melhor, segundo Ramalho (2017) “utilizar os laços familiares e de amizades de longa data como mecanismos valiosos de trabalho” (p. 34). Considerando que esses aspectos, citados pelo autor, são produzidos a partir das experiências em grupo as tripulações precisam ser duráveis, e comumente são.

Não, ninguém num escolhe né vai os parceiro, tem os parceiro assim quer trabalhar né e se ele for bom camarada, o cara é bacana e coisa, o cara dá uma gratificação pra eles, é assim essa história, aí todo tempo ele num vai te largar né, até todo tempo tem parceiro do teu lado pra todo tempo, mas é difícil tú tê uma equipe dessa nuns barco desse sem ter uma tripulação certa sabe? (Antônio Gomes, 46 anos).

O relato acima confirmou a naturalidade com que é tratada a formação das tripulações, apontando para a estabilidade da equipe e para o parentesco como recurso de constituição. O seu Antônio tem em seu grupo de trabalho um filho, um cunhado, um sobrinho e seu vizinho (sobrinho em grau distante) e desse modo o sentimento de estabilidade está na manutenção da estrutura familiar no barco, em que ele, o homem mais velho, administra as atividades dos outros de forma que os problemas familiares dos seus tripulantes também são seus problemas, e mistura-se o pai, o sogro, o tio com o mestre. Trata-se, segundo Maldonado (1993), de “uma forma de gerenciamento da força de trabalho, de estruturar o poder e de reproduzir a tradição” (p. 72).

O uso da mão de obra familiar está relacionado ao trabalho não assalariado, o seu Antônio fala de “gratificação” para o “bom camarada”, uma estratégia que se alinha na estabilidade das equipes. Os pescadores são ciente da parte da produção que lhes cabe, derivada

de uma divisão que foi detalhada no relato abaixo:

Vamo dizer assim, nós como nós três vamos pescar num barco, aí vamos pra lá, se Deus nos ajudar, pega cem, duzentas pescada, chegar, nós vamos vender, vamos vender pra lá, lá nós vende tudinho, aí nós tira aquela despesa que nós compramos pro barco tudinho, sabe como é? aí, vamos dizer assim, fizemos na pesca vinte mil, aí tiremos dois mil de despesa, vamos fazer uma conclusão né? Aí vamos dizer, sobrou dezoito mil, menos o da despesa, aí desses dezoito mil, aí sabe como é que a gente faz? Aí o barco é meu, a gente vai dividir dezoito mil no meio dá nove né? aí desses nove mil é que vai ser dividido pros companheiro (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

As gratificações tratavam-se de um bônus para garantia da permanência de novos integrantes na equipe, porém precisa ser um pescador conhecido pelos outros tripulantes. A divisão dos rendimentos da produção, de forma geral, acontece da forma relatada acima, resguardando, antes de qualquer pagamento, a garantia de próximas jornadas de trabalho, isto é, a quantia referente à despesa da embarcação, que engloba alimentação da equipe e artigos de higiene, combustível do barco e o gelo industrial.

Nessa divisão o mestre leva a metade dos rendimentos após o desconto das despesas, isso pelo trabalho estratégico que realiza durante as pescarias e na comercialização da produção, e para a manutenção da embarcação e dos petrechos de pesca. Essa relevância do mestre na pescaria e na repartição da produção delinea as hierarquias na pesca artesanal de Quatipuru Mirim e para um processo denominado de “mestrança” (MALDONADO, 1993), e que voltarei a discutir em outro momento do texto.

A outra metade do faturamento da embarcação é dividida entre a tripulação, entretanto, nem sempre é feita de forma igual. Um personagem que têm se tornado comum entre as tripulações é o geleiro, aquele que cuida da conservação dos pescados durante a jornada de trabalho “É...Tem... cada um tem o seu, eu puxava, numa maré eu puxava minha parte da rede, no outro dia puxava o do outro, e tinha o do geleiro” (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos). Esse pescador também se envolve com outras atividades no barco, mas sua principal tarefa pôde-se constatar no seguinte depoimento:

Cada um tem o seu serviço. Tem, o geleiro é o seguinte, ele já ganha mais de que os outros né, eles já dão de meia parte pra ele porque a responsabilidade dele é botar o gelo e gelar o peixe e quando chegar pra vender pra ele tirar né, e quer dizer que ele tem meia parte ali é dele. Ganha mais de que os outros é (Antônio Gomes, 46 anos).

Além da conservação dos pescados capturados, esse pescador é responsável pelo desembarque da produção. Não ficou evidente no depoimento a fração que cabe ao geleiro, mas ao dizer “eles já dão de meia parte...” deixou notório o reconhecimento de tal função pelos

outros tripulantes, e, portanto, uma parte maior dos rendimentos. Na pesca embarcada na região sudeste, Diegues (1983) referiu-se aos pescadores com algumas atividades específicas na tripulação como o geleiro, o motorista e o cozinheiro que apoiavam o mestre na captura de sardinhas. No caso, o autor definiu a atividade do geleiro, ou como ele chama “gelador”,

O gelador é o responsável pela conservação do pescado a bordo, que é feito através do gelo, usado em barras ou em escamas. É também um trabalho difícil, pelas longas horas passadas em um ambiente a baixa temperatura, que pode causar doenças como reumatismo, resfriado crônico, etc. (DIEGUES, 1983, p. 247).

Como se pode observar, o caso acima apresentado mostra uma função específica de um integrante da tripulação, de grande importância, pois o “gelador” também é considerado na região estudada pelo autor como “contramestre”, se tratando do eventual substituto do mestre. Em seus apontamentos para investigações na pesca artesanal, Cardoso (2009), colocou os geleiros como agentes intermediários na economia do pescado, junto com “pombeiros” e “marchantes”, isto é, como personagens externos a tripulação. Esse é também o caso acontece da Ilha do Capim (Abaetetuba) e em Apeú Salvador (Viseu) no Pará, estudado por Leitão e Sousa (2006). Nas embarcações de Ilha do Capim não existe um repositório isotérmico adequado para a conservação do pescado, sendo assim os pescadores fazem uso de caixas de isopor para tal função, até os polos de comercialização, que muitas vezes são outros barcos de maiores portes, como estratégia de minimização dos riscos. Em Apeú Salvador, os geleiros residem na comunidade, e são entendidos como uma categoria de comerciante local,

Os ‘geleiros’ moram na vila de Apeú e na época da pesquisa de campo eram apenas três, sendo que dois são filhos do lugar e são também proprietários de barcos de pesca. Começaram a vender sua própria produção e também a de outros pescadores depois que compraram embarcações motorizadas (LEITÃO E SOUSA, 2006, p. 60).

O gelo também passou a ser um definidor das jornadas de pesca, de forma que quando acaba o gelo finaliza-se a pescaria. Em Cachoeira do Arari, na região do Marajó (Pará), existiam embarcações próprias para o transporte em segurança de conservação denominadas de “geleiras”, se tratando de barcos motorizados, de grande porte “que comportam uma carga de 6 a 10 toneladas de peixe por viagem” (BRABO, 1981, p. 9), e que circulavam nos períodos de safra do pescado. As “geleiras” possuíam frigoríficos de madeiras, e realizavam longas jornadas.

Os postos de comercialização do gelo industrial estão distribuídos pelos portos da região e foi somente com advento da conservação pelo congelamento que essa função passou a existir,

pois antes disso, quando a pescaria do sal era predominante, todos os pescadores da tripulação participavam da salga. O geleiro é a expressão da influência dos processos modernizantes nas relações sociais de trabalho na pesca de Quatipuru Mirim, com o desenho de novas hierarquias.

Das funções mencionadas pelos pescadores, a do cozinheiro chamou a atenção pela forma de pagamento do trabalho. A preparação das refeições diárias é responsabilidade de todos, assim, um pescador se disponibiliza para tal tarefa todos os dias, também podendo acontecer de um dos trabalhadores ficar com essa função como complementar durante a jornada de pesca inteira. Nesse caso, os outros trabalhadores pagam-no com determinada quantia, “tem o cozinheiro, cada cozinheiro... cada uma parte dum parceiro que não quer cozinhar dá 20 reais”. Diegues (1983) mencionou o cozinheiro nas pescarias embarcadas do sudeste como o responsável das refeições diárias, e em casos de embarcações maiores, esse possui até um ajudante.

As funções de geleiro e cozinheiro podem ser alteradas, e comumente são complementares ao trabalho na rede, por isso poucos pescadores referiram-se a elas, ao contrário do que aconteceu com o mestre que foi mencionado em todos os relatos. Como “arraís”<sup>15</sup>, encarregado ou mestre, foi definido o posto daquele que é o responsável pela produção e pelos instrumentos de trabalho, o que de forma mais evidente demarcou os traços da hierarquia na atividade pesqueira da comunidade.

As funções do mestre orbitam em torno da noção de responsabilidade e são variadas, sendo especificadas nos relatos abaixo,

O Arrais é administrar, toma de conta é, faz de conta que é dele, ele que tá tomando de conta ali, vai zelar, limpar e fazer tudo (João Alves Ramos, 58 anos).

Rapaz, do arrais é esse de entregar o peixe pro marreteiro, vender lá na frente né, o traste tudo é dele, os companheiro só tem mesmo a...É ele que manda lá no mar o arrais, se ele disser nós vamo embora hoje nós vamo embora, mas quando se ele num disser (Celso Alves Ramos, 64 anos).

É por que ele manobra com tudo, tudo a responsabilidade é dele, se ele disser umbora pescar, umbora pescar, se ele disser umbora embora, umbora embora. É ...que barco no porto tudo é por conta dele. Ele tem que manobrar, essa que é a ciência dele ganhar mais. (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Resumidamente, o trabalho do mestre é a administração da pescaria em todos os âmbitos, como: limpeza e manutenção dos petrechos e do barco, a navegação até o pesqueiro, a organização do tempo da tripulação, o abastecimento da embarcação com suprimentos para a

---

<sup>15</sup> Termo utilizado pelos pescadores, equivalente a mestre na pesca artesanal.

jornada e a comercialização da produção. Maldonado (1993) define a “mestrança” como um fenômeno do âmbito prático, e da produção, revestido de significados conferidos pela tradição. Ainda segundo a autora,

Como prática, a *mestrança* é o fundamento da organização do trabalho a bordo, incorporando à pessoa do mestre enquanto responsável pela pesca, a família, as tripulações, a confiança, a competição e a distribuição do conhecimento e da informação que a ele cabe administrar (MALDONADO, 1993, p. 135).

No mar o arrais é uma personagem importante para a localização do pescueiro, pois possibilita o acesso aos espaços produtivos do mar com base em seus saberes referentes as características ecológicas das espécies, a dinâmica das marés, as paisagens e também a experiência na navegação (DIEGUES, 1983). Tendo em vista que as águas caracterizam o trabalho como espaços de busca do objeto de trabalho (CARDOSO, 2009). Além disso, ele organiza a tripulação em relação às tarefas, ao tempo de descanso e alimentação, bem como a duração das jornadas de trabalho.

Em terra, após a pescaria é o responsável pela comercialização do pescado, tendo consciência dos valores dos produtos no mercado, ele trata diretamente com o comprador, que comumente é chamado de “marreteiro” ou “patrão”. Após a venda, cuida da divisão dos rendimentos entre a tripulação. Com isso, passa para a limpeza da embarcação, e exame dos petrechos para, se necessário, fazer a manutenção.

Existem dois critérios gerais para ser o mestre de uma tripulação. Segundo os relatos tal pescador precisa ser, antes de tudo, corajoso. Suponho que essa exigência esteja ligada a uma náutica eficaz, pois o mestre é o responsável por uma produção em uma área que o naufrágio é uma ameaça constante. A coragem é necessária em um trabalho de risco iminente que pode comprometer todos os investimentos (MALDONADO, 1993). O segundo critério está relacionado ao primeiro, diz respeito à atenção do pescador. O encarregado de uma embarcação precisa estar atento a todas as condições de trabalho, principalmente atentar para a localização dos pescueiros. A “coragem” e a “atenção” aglutinam muitas habilidades e as convertem em aptidões inatas de alguns pescadores. Diegues para o caso dos pescadores das traineiras no litoral sudeste do Brasil avançou suas análises nesse sentido, para habilidades de “liderança” e “sorte”, com base em entrevistas realizadas no local,

Outras habilidades são consideradas inatas, como a liderança e também a sorte. Por isso, para a tripulação, o mestre não se forma; ele vira mestre. “Como o pescador vira mestre? O mestre percebe que um tripulante se interessa pela pescaria, é atento. Então ele chama o rapaz para ajudar ele... Dá

para ele até uma meia parte a mais... Então vai mostrando isso e aquilo, e o cara vai pegando experiência... Uns mostram quedas, outros não” (DIEGUES, 1983, p. 246).

Para Ramalho (2007), no caso da pesca artesanal em Suape (Pernambuco), o mestre é uma instituição, pois armazena um patrimônio das sociedades pesqueiras em si.

Ele é o responsável pela prévia-ideação da arte, o planejamento de todas as etapas, a organização do grupo de trabalho e o nascimento da obra. Elementos que devem ser sempre divididos com os demais trabalhadores de sua oficina marítima, em prejuízo de se não obter uma boa qualidade produtiva (RAMALHO, 2007, p. 135).

Ele se constrói na experiência e capacidade reconhecidas pelo grupo nas lides do trabalho, de forma a produzir um diálogo ao mesmo tempo vertical (como responsável) e horizontal (trabalho coletivo).

É notável em Quatipuru Mirim a diferença entre o dono da embarcação e dos instrumentos de trabalho, em relação ao mestre da tripulação. Os proprietários dos meios de produção, geralmente, são pescadores aposentados que durante uma considerável parte da trajetória na pesca atuaram com mestres. Alguns se mantêm como encarregados das pescarias em jornadas mais curtas quando o seu trabalho tem um caráter complementar. Dessa forma, também ocorre a transferência da mestrança para filhos ou parentes próximos com quem se pescou por determinado tempo a ponto de conhecer suas experiências e desenvolturas na atividade (RAMALHO, 2007).

Os proprietários de embarcação, na maioria dos casos, pertencem a uma geração mais velha, pois a aquisição dos barcos geralmente está ligada a um incentivo externo, principalmente a aposentadoria. Pode ocorrer de pescadores mais jovens recorrerem a pessoas que possuem possibilidades maiores de crédito via empréstimo bancário, como servidores públicos, pensionistas e aposentados. O trabalho dos proprietários resume-se a fiscalização do desembarque, e às negociações na comercialização da produção, enquanto o mestre cuida de toda a administração da atividade em mar e em terra.

Existe um incômodo entre os pescadores de Quatipuru Mirim em relação à mestrança nos últimos anos, fortemente relacionada com a modernidade, pelo fortalecimento de um clima de desconfiança. Os pescadores relatam a perda da confiança na figura do mestre, possivelmente, devido os grandes investimentos que os donos das embarcações fazem nas pescarias de longa distância. Com o pescado cada vez mais distante, a escassez na região, uma demanda maior por parte do mercado, a mecanização da pesca e a disputa entre produções no mar, o antigo pescador artesanal, agora convertido em um pequeno empreendedor coloca em

jogo uma quantidade maior de energia e capital.

Considerando que a mestrança é uma prática na pesca autônoma fundamentada na confiança, ela entra em questão de acordo com a instauração do clima de desconfiança. E o fortalecimento desse sentimento, segundo os depoentes, está relacionado ao aumento do uso de substâncias psicoativas por parte da população local. De forma que nas narrativas o passado é recriado como um tempo de segurança e confiança, período anterior as “drogas” e o presente como oposto, um tempo em que não se pode confiar nos mestres.

Porque agora o cara dá um barco, eles fumam a droga e onde eles vão descarregar lá eles já venderam, já fizeram a vaca deles e o dono do barco não sabe. Só sabe entre eles quatro, os quatro companheiros. O dono já vai saber, do que ele pesa pro patrão que vai saber, daquele um que fez a cabrita o dono já não sabe. Esse que é o arrais que tá sendo agora aí, que é isso aí (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

Porque hoje em dia é difícil a gente encontrar um que num mexa com a droga, é difícil encontrar um pra tomar de conta. Ah todo mundo era, todo mundo tinha confiança aí, num se preocupava não, eles mandavam o barco pra pescar e ficava em casa despreocupado. Mas agora não a gente já fica é de cabeça quente quando manda o barco (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Os pescadores quando justificavam os perigos da ilha na atualidade usavam de comparações entre a ilha e a cidade, especificamente os riscos de caminhar pelas ruas e o medo de perder seus bens devido aos iminentes furtos nas casas. Um ideário fomentado pelas notícias jornalísticas dos programas de televisão e a associação feita às drogas e suas políticas de combate ao narcotráfico.

O uso de substâncias entorpecentes na comunidade é imemorável pois se trata de uma prática antiga tendo como referência dos depoentes as gerações anteriores e os usos exclusivos feitos para o trabalho. Vale mencionar que a relevância dessa temática tem relação com o contraste que ela criou nas memórias e na forma de lembrar a vida em comunidade e o trabalho. Para tanto, parti da premissa de que o uso varia de acordo com questões culturais e motivacionais,

Os usuários de drogas têm em comum, o que é evidente, o uso de drogas. Podemos, entretanto, afirmar que as formas de usos e os seus significados diferem de indivíduo para indivíduo, assim como de grupo para grupo dentro de uma mesma cultura, e são mais distintos ainda quando consideramos culturas contrastantes (ESPINHEIRA, 2004, p. 11).

Ao tomar Quatipuru Mirim como uma comunidade que em alguma medida contrasta com o uso de substâncias psicoativas nas áreas urbanas, passei a fazer uma distinção das “drogas antigas” e das “drogas novas”, assim como da classificação delas de acordo com os benefícios



e malefícios para a pesca, segundo as memórias dos pescadores.

No bojo dos entorpecentes ilícitos a maconha e os derivados da cocaína foram os únicos mencionados. A primeira é conhecida na comunidade como “birra”, a “droga” dos antigos, e foi associada aos trabalhadores do passado. Ela é entendida pelos pescadores como um estimulante do trabalho,

(...) é porque isso é a muito tempo desde quando eu me entendi já tinha essa birra, aqueles mais antigo a gente via tá uma rodada ali tá fumando birra mas ali é só pra contar história, as veze eles tavo fazendo um serviço e ajuda uns os outro (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Só a birra. Não, só era pro fumo pro trabalho deles, a birra só é pro serviço dele, mais ele fumava mais ele trabalhava. (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

Ixi tinha demais. Tem muitos que fumo a birra pra trabalhar, e fica danadinho pra trabalhar, trabalha e trabalha mesmo (Raimundo Espírito Santo, 78anos).

O trabalhador confiável e responsável e a “droga” para o trabalho foram localizados nos discursos como elementos de um passado idealizado frente à um presente marcado pelas mudanças nas relações sociais na pesca artesanal. O trabalhador do passado é contraposto ao trabalhador do presente, quando este se encontra em jornadas de trabalho cada vez mais longas e distantes, com os perigos inerentes às viagens marinhas, com a escassez dos pescados mais acentuada, e a dependência de financiadores externos a comunidade. Não foi mencionada a forma de entrada da maconha na comunidade, possivelmente porque a estratégia era diferente das do narcotráfico na atualidade que envolvem aglomerações de pessoas e pontos específicos de vendas. Esse aspecto pode apontar para as influências do agravamento das guerras contra as drogas nos últimos anos e a repercussão nas mídias que eles têm acesso.

Os químicos derivados da cocaína são denominados de “nóia” e são, de acordo com os relatos, frutos do presente, pois o uso e possíveis consequências geram incômodos muito atuais. Nas narrativas não foi possível localizar no tempo, com precisão, a chegada das substâncias na comunidade, mas algumas lembranças indicam menos de duas décadas, como essa: “eu acho que tá fazendo o quê, bem um... uma faixa de uns quinze ano, aqui rodou aqui né, dessa nova moçada nova por aí botando uns quinze ano. Agora birra não, birra já é velho já, antiga a birra é antiga” (Antônio Gomes, 46 anos). Seu Antônio atribuiu à chegada de novos moradores e também às novas gerações a vinda das novas “drogas” e o aumento do consumo.

É possível que essa atribuição às novas gerações e aos novos moradores tenha se dado pelo rompimento com as “tradições”. Com o contato mais intenso com a cultura global, especialmente urbana, os jovens almejam oportunidades fora da pesca, assim como bens de

consumo (celulares modernos, televisores, acesso a internet, etc.), o que provoca, em certos limites, o afastamento da cultura local, pelo menos em nível das aspirações.

A “nóia”, como oposta à “birra”, atrapalha a pesca ao deixar os pescadores indispostos e desmotivados para o trabalho. Uma vez dependentes os trabalhadores encontram dificuldades para manter uma rotina de trabalho, e se veem confrontados por um ofício de ganhos demorados para manter o uso dos químicos. Assim, comumente acontece o abandono da pesca embarcada para se envolver em atividades em que o ganho seja imediato, como pequenos furtos. A “cabrita”, anteriormente discutida, é uma alternativa, na medida em que os dependentes químicos ficam na ilha, e para evitar conflitos por conta das contravenções, se reúnem e saem em pescarias próximas, cujo produto é vendido e direcionado ao comércio ilegal de entorpecentes.

Apesar de haver essa diferenciação entre as “drogas” estimulantes (“birra” ou maconha) e as atrapalhadoras do trabalho (“nóia”, derivadas de cocaína), os termos atribuídos aos usuários, “birreiros” e “noiados”, possuem conotação semelhante. São termos pejorativos, comumente utilizados como adjetivos para um trabalhador com mau desempenho na atividade ou “preguiçoso”, caso ele tenha contato com os psicoativos, principalmente se forem homens mais jovens e novos na comunidade.

A discussão sobre o uso de narcóticos na comunidade foi relevante para perceber como se dá a construção da mestrança na atualidade da pesca artesanal em Quatipuru Mirim. O sentimento de desconfiança interfere de forma significativa, de modo que os donos das embarcações, mestres já aposentados, resistem em se afastar da atividade e transferir o posto para outros. Quando acontece a transferência, os círculos sociais se estreitam, tendo os filhos a obrigação de seguir no comando das pescarias. Se for percebido o desinteresse dos filhos a embarcação pode ser vendida. O uso de entorpecentes foi a expressão percebida pelos pescadores de mudanças nas relações sociais quando a tradição de trabalho artesanal se confrontou com a modernidade e a globalização, e para essa análise, o incômodo gerado nas relações de trabalho e na comunidade foi um ponto articulador das tensões geracionais na organização da pesca artesanal. Nesse sentido, os pescadores relaram os conflitos emergentes da falta de confiança por eles atrelada ao uso de narcóticos,

É, porque assim, você tem um barco né, você equipa o barco de tudo aí, pra equipar um barco hoje em dia, com o que eles usam agora, aparelho, é bomba, bomba centrífuga pra secar a água do barco né, eles não querem mais nem... eles não querem mais nem secar água de um barco que é difícil, aí vou comprando tudo. Aí vai carregar um barco, é três, quatro mil pra carregar um barco, conforme o tamanho do barco, aí você bota um arrais, o cara vai pescar

pra fora e não traz nada, aí muita das vezes você coloca um arrais o cara chega em outro lugar, vende peixe, vende óleo, acaba o dinheiro todinho, chega enganando o cara: Ah rapaz, não peguei nada e é assim (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

Ah tá havendo muito isso aqui. Agora é difícil a gente pegar um arrais de barco que, se pegou tanto é tanto, tá aqui seu fulano. Complicado. As vezes já entra pra Boa Vista, nem encosta aqui já entra lá, se pegou, vamos dizer, se pegou trinta pescada aqui já dá, aqui pegou vinte cinco, vinte oito, tem que ter o “arroz” dele. Não é nada mas aquele arroz é duzentos, é trezentos que dava pra cada um, mete medo é isso pra gente, as veze o cara paga uma despesa de dois mil três mil, e o cara chega lá adiante e desvia, ah eu num peguei nada. Tem acontecido disso aqui (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

O mestre é central pela responsabilidade que possui em relação aos instrumentos de trabalho, a produção, e aos parceiros de pesca, no entanto, uma vez envolvido em desvios de instrumentos de pesca e da produção, encontra tencionado o sentimento de confiança, base da construção da mestrança. Nos relatos acima percebeu-se que os custos são altos para manter a produção, envolvendo aparelhos tecnológicos recentemente inseridos na pesca local, e os insumos para a produção, mas o que está em jogo, sobretudo, é um elemento fundamental da mestrança: a confiança. A antropóloga Simone Maldonado (1993) discutiu a mestrança à luz das teorias de dominação de Max Weber, considerando principalmente os conceitos de tipo ideal, carisma e dominação tradicional. Segundo a autora em seus estudos sobre o mestre na pesca artesanal é corrente, entre os tipos ideais, o uso da noção de “líder carismático”, uma personalidade construída socialmente que agrega um conjunto de virtudes, como qualidades sobrenaturais, extra-cotidianas e faculdades excepcionais de difícil acesso aos demais (MALDONADO, 1993). Maldonado continua a discussão destacando o lugar dos mestres como interpretes por excelência e por atribuição da sua cultura, em especial das regras que constroem os territórios marítimos e o acesso aos recursos, tornando-se autoridade constituída pela moral comunitária.

Nessa medida, se trata de uma figura carismática que atrai, por seu caráter, as prestações de fidelidade de obediência e de silêncio do seu bote, a que dá, por seu lado, um senso de segurança que se justifica pela estima coletiva fundamentada na sua capacidade de manter junta e estável uma tripulação competente, de mestrar o barco, de “marcar” o espaço e de seguir o peixe (MALDONADO, 1993, p. 132).

Na perspectiva dos pescadores em Quatipuru Mirim o mestre perde a capacidade de administração da pescaria quando se torna dependente de narcóticos, pois compromete a produção ao extraviar parte dos pescados em portos sem o conhecimento do dono da embarcação, e no limite, por vender até os suprimentos e instrumentos do trabalho. Com isso,

o mestre passa a ser suspeito, pondo em xeque a confiança da função e afetando as expectativas comunitárias, na medida em que os desvios da produção foram se tornando mais comuns.

Quando o dependente químico é outro tripulante a preocupação dos pescadores não é a mesma que a com o mestre. Pois este mantém a ordem na embarcação e organiza as atividades e descanso dos pescadores. Com isso, o mestre desempenha um papel importante na minimização de conflitos, atuando desde a composição da tripulação com as relações de parentesco e confiança até na gestão do tempo no barco (MALDONADO, 1993).

O mar não é lugar para ocorrerem os conflitos, posto que os mecanismos sociais estejam em ação, isto é, as relações de parentesco, a consciência do risco próprio da atividade, o sentimento de dependência da cooperação e sincronia de tarefas para o funcionamento do trabalho e garantia do meio de vida e subsistência.

Ham, no barco eles num brigo, nunca brigaram em barco. Só briga em terra memo. Mete na cachaça com a pinga, parece que nós tá vadiando na munheca aí só no soco, outro dia um tá com a cara bonitinha de roxa (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Apesar dos atritos entre os tripulantes não serem comuns na embarcação, nas áreas de pesca podem acontecer alguns desentendimentos com outros barcos. Um evento frequente na pesca artesanal foi nomeado pelos depoentes como “queimação”. A “queimação” refere-se à presença de várias embarcações em um mesmo pesqueiro, e é a forma como a comunidade nomeia os conflitos relacionados à “marcação”,

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de *lugar*, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar (MALDONADO, 1993, p. 105).

Como expressão da territorialidade dos pescadores, a marcação está ligada ao mestre e sua capacidade de “marcar” o mar, construindo roteiros de navegação a partir da localização de referências nas paisagens e orientação no ambiente marítimo e estuarino, na medida em que vai se produzindo lugares de trabalho. Considerando que os pesqueiros são unidades de apropriação social do mar e das áreas estuarinas, e que a marcação é uma espécie de leitura do território, sem ela não há pescaria (RAMALHO, 2017). É nesse contexto que emerge a “queimação”.

Tem, tem, tem a queimação que eles falo. A queimação é o seguinte, o cara tá redado aqui, tá numa boa, aí vem outro e joga a rede na frente aí, aí esse que é a queimação que falo. Quando ele joga de trás de mim pra lá de popa, ou

então dá bandeira pro sul pra lá num é queimação, mas quando ele joga, se a maré tá vazando, se ele mete na minha frente ele tá me queimando, porque o peixe só tá encontrando né, e se a maré tá enchendo se ele mete por trás de mim, a maré tá enchendo ele tá me queimando, porque o que tem ele leva na frente (Antônio Gomes, 46 anos).

Já, já, fui queimado várias vez assim, porque queimado eles falo: Queima ele. Por que a gente lança a rede da gente aqui na frente o cara vai e bota na frente da gente, aí queimou a gente, diz: Pôh, o cara me queimou (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

Olha, queimou é assim, vocês boto a rede bem aqui assim, aí ele vem por detrás né, bota na frente dele, bem encostadinho, queimou ele. Ele já num pega mais nada. O outro que vem aqui atrás num pega mais nada. Só dá nesse da frente. A queimação é essa (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Ah, é... queimação que a gente fala. É que a gente acaba de botar a rede o outro vem aqui e joga bem pertinho. Ai a rede dele tá na frente da gente, a gente não pega nada, quem pega é ele (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

Pode-se descrever a situação da seguinte maneira: determinado barco está em uma área com sua rede na água, quando outro barco aproxima-se e também lança a rede, que a depender da direção do vento e das marés captura a produção esperada da primeira embarcação a chegar ao lugar. Daí então se irrompem conflitos, pois os pescadores, mesmo afirmando que o mar é de todos, se veem como aqueles que possuem preferência no uso do pesqueiro por tê-lo encontrado e pela chegada anterior.

Os desentendimentos provenientes da “queimação” não passaram de discussões entre os pescadores, que se justificaram de ambos os lados,

Num resolve, um fica brabo com outro. Fica brabo. Ave maria caboco queimar... Já teve caso de briga, só como se tira por menos né, negócio de briga, um fala na mãe do outro e é maior onda assim, sabe, mas a queimada boa, boa é quando o cara mata peixe, o da frente, que o cara fica brabo aqui atrás (Antônio Gomes, 46 anos).

Num dá briga não, eles quiere brigar, mas na mesma hora eles calmo né (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Muitas vez tem, eu nunca briguei com ninguém não, sobre isso não. Eu tirava a rede e lançava pra mais longe dele, mas tem gente que briga, chama nome (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

Em tempos de necessidade de captura do pescado a longa distância e de disputa pelos recursos causada pelo aumento de trabalhadores e da demanda do mercado, a “queimação” é, muitas vezes, uma alternativa de previsibilidade na pesca artesanal e expectativa de uma boa pescaria. Pois, quando uma embarcação chega ao porto após uma jornada satisfatória de pesca, os pescadores, em terra, ficam atentos para a próxima saída desse barco, para então segui-lo até

o pesqueiro. Entretanto pode acontecer que em uma conversa entre os trabalhadores na comunidade haja o compartilhamento da localização do lugar.

Se no mar criaram-se algumas tensões entre os pescadores, nas atividades da terra foram ainda maiores, principalmente no momento de comercialização. Não me refiro, necessariamente, à brigas ou discussões mas à alguns incômodos perceptíveis na relação dos pescadores com uma personagem que tem se destacado nesse processo, o “patrão”.

#### 4.5. Gente de fora: a relação com o “patrão”

A palavra “patrão” não se refere ao dono da embarcação ou ao mestre da tripulação como se pensa de imediato a partir das referências empresariais. Na pesca artesanal essa denominação é direcionada à personagem, geralmente, externa à comunidade e financiadora do trabalho (ALVES, 2006). E em alguns momentos é sinônimo de “marreteiro”.

Vende lá em Boa Vista porque o patrão é de lá, sabe? Tem, sempre compra e faz a despesa (Antônio Gomes, 46 anos).

Do patrão? É só comprar o peixe, comprar o peixe e levar (José Silva, 70 anos).

Pro Gavião aí. É o marreteiro é daqui (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

É Boa Vista também, tem patrão em Boa Vista também, mas o patrão da Boa Vista a maior parte é do gelo (Terezinha Ramos, 60 anos).

Na pesca embarcada de Quatipuru Mirim o principal ponto de comercialização da produção pesqueira é o município de Boa Vista. Quando os pescadores retornam da jornada de pesca desviam em direção a esta localidade, para tratar diretamente com o financiador, como apontam as contribuições de Alves (2006) sobre as mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal, “em geral, o produtor recorre a um ‘patrão’ na medida em que este tem condições de prestar ‘ajuda’ em momentos difíceis” (p. 68). Essa prática, denominada pelo autor de “aviamento”, se refere ao fornecimento de mercadoria a crédito, e remonta-se ao período colonial com a inserção da economia nativa aos moldes mercantilistas, como no caso das “drogas do sertão”,

Numa primeira acepção, ‘aviar’ é um termo forjado na Amazônia, que significa fornecer mercadoria a crédito. O comerciante, ou ‘aviador’, antecipa o fornecimento de bens de consumo e instrumentos de trabalho ao produtor que, por sua vez, efetua o pagamento da dívida contraída através de produtos extrativos e agrícolas (ALVES, 2006, p. 66).

Os pescadores não possuem acesso aos mercados da região onde possam comercializar o produto diretamente aos consumidores, por conta da distância entre os centros de produção dos consumidores, nem dispõem de condições materiais, por isso criou-se uma relação com essa figura produtora de tensão na pesca artesanal, na medida em que, para garantir a produção de um barco, vale-se do conhecimento que possui das realidades locais da pesca colocando os trabalhadores em situações de dependência (FURTADO, 1990).

Para confirmar as tensões provenientes da relação com o “patrão”, questionei os pescadores sobre a participação dele na pesca local com a seguinte pergunta: Qual o trabalho do patrão? Como resposta obtive vários relatos, dos quais destaquei os dois seguintes:

É, ele faz a despesa e a gente vai, quer dizer que a gente tá sujeito a ele né. Porque ele faz a despesa, dá dinheiro dá tudo e aí a gente tem que vender pra ele né. Porque pra vender pra outro e vai complicar pro lado da gente porque o cara fez a despesa pra vender pra outro (Antônio Gomes, 46 anos).

O trabalho desse patrão, a gente as vez adquiri as coisa com o patrão: Olha patrão, eu tô precisando de uma rede, espera que eu vou trazer pra ti, tô precisando do cabo, deixa que eu vou trazer, um nalho. Esse patrão traz pra gente, ainda desse o material pra gente arriscar trazer a produção pra ele pra ir pagando ele. Agora é como eu tô lhe dizendo, eu vou vender o peixe pro senhor de cinco reais, ele vai vender na frente de dez, mas daquele cinco velho é que eu tenho que pagar aquele material todinho (João Alves Ramos, 58 anos).

O “patrão” disponibiliza para a pesca artesanal uma série de empréstimos para garantir a produção, na qual os principais usos são: o abastecimento da embarcação de suprimentos alimentícios, de gelo para a conservação do pescado e combustível para as jornadas. Contudo, esses valores serão descontados no desembarque da produção. Além disso, ocorre o financiamento de petrechos de pesca que serão pagos durante um intervalo de tempo, com o parcelamento, e conseqüentemente em várias jornadas de pesca. Os custos de produção foram classificados por Santos (2005) em seu estudo em fixos e variáveis. Os fixos referem-se a manutenção das embarcações e equipamentos de suporte ao trabalho, enquanto os custos variáveis,

Os custos variáveis, ou operacionais, envolvem os desembolsos efetuados somente durante o esforço de pesca e englobam a aquisição do gelo para a conservação do pescado, combustíveis, taxas para entidades representativas de classe, manutenções dos aparelhos de captura e outros custos não previstos que ocorrem durante as pescarias, assim como, a alimentação, comumente chamada de rancho (SANTOS, 2005, p. 72).

Tendo em vista o conhecimento que possuem das condições da pesca na região os “patrões”, comumente, possuem pontos de comercialização de instrumentos de pesca, que são

passados para os pescadores conforme forem solicitados, com acréscimo no valor devido aos riscos da negociação. Desta forma o barco segue em direção aos pesqueiros com pendências em terra.

Com o preço das dívidas elevado e o valor do pescado subestimado, o pescador artesanal se encontra em uma relação de exploração. Pois enquanto garante que a dívida seja paga, com as suas relativas adições, o “patrão” tenta garantir a produção pelo custo mais baixo. Ainda soma-se a essa negociação as características da mercadoria, principalmente a alta perecibilidade dos pescados. Assim, o pescador também negocia com o tempo e com a temperatura.

O que até agora foi discutido refere-se principalmente a pesca embarcada. Quando se considera a pesca de beirada os “patrões” são mais frequentemente chamados de “marreteiros”, e estão bem mais próximos, pois vão à ilha para as negociações.

É, quando eu vou... Eu vou lá no patrão mesmo, eu vou lá com... quem faz a despesa lá é o filho né, e eu já vou pegar o peixe e aí passa pro marreteiro, se pegar o peixe eu boto lá no gelo com ele, e aí quando ele chega lá, eu sei qual é o meu né, eu marco todinho o peixe, quando chega lá ele tira o dele e eu tiro o meu, aí a gente já paga só o gelo. E se a gente gastar três caixas de gelo, ele paga uma e meia e eu pago uma e meia. É assim (José Silva, 70 anos).

Aqui... não, vem de fora. Aqui os marreteiro daqui é os comerciante mesmo, os comerciante que compro, mas vem gente de fora também comprar (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Não, agora num tenho nenhum patrão certo não porque, vamo supor assim, ano passado eu vendi prum cara de Braganca, agora num sei se ele vem né? Num tá certo pra ele vim né, se ele vim eu vou pescar pra ele de novo (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

A comercialização na ilha depende do tipo de pescaria que se pratica. O primeiro relato, dos citados acima, descreveu a forma corrente de negociação na pesca de rede, geralmente fixa, nas proximidades da ilha. Pelas limitações da produção ligadas à estrutura dos petrechos e a forma de conservação do produto o pescador negocia os pescados capturados diariamente ou no intervalo de poucos dias. Por isso a venda é feita para os comerciantes locais, que possuem estrutura (caixas térmicas maiores) para aumentar a durabilidade do produto, com objetivo de encaminhar para consumidores locais ou para comerciantes na sede do município. Em pescarias dessa modalidade, o consumo familiar é prioritário, passando-se à comercialização apenas o excedente.

A pesca de curral foi outra modalidade que particularizou a comercialização e com isso a relação com o “marreteiro”, pois também se trata de uma pessoa que vem à comunidade em busca da produção. O curral é uma armadilha fixa de madeira que depende das dinâmicas das



marés, dos movimentos dos pescados e da localização, ela obedece a uma temporalidade da natureza. O pescador aguarda a baixa da maré para fazer a “despescagem”, que se trata da retirada dos pescados capturados na armadilha. Da mesma forma obedece a um período de produção que tem durabilidade de alguns meses, denominado de “safra”.



Vista interna do curral, em direção à caixa de captura no sentido da corrente de maré (2016).  
Foto (Autor: ALVAO, Alan)



Vista lateral do curral e da caixa de captura (2016). Foto (Autor: ALVAO, Alan)

É no período de “safra” que o “marreteiro” chega à comunidade para a compra da produção, basicamente da espécie de maior interesse, a pescada gó. Segundo os relatos, a cada retorno dos currais, é repassada uma quantidade de pescados para o comprador, que é pesada e registrada para a prestação de contas no final da safra, “é assim, a gente passa o peixe pra ele,

e quando findou o peixe falha no curral passando a malha cinco, aí falha né tá pouco, é tempo de tá prestando conta”<sup>16</sup> (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos). Na medida em que forem solicitadas pelo pescador, o “marreteiro” pode adiantar partes do pagamento (“vale”), que serão descontadas no final da negociação.

Os compradores mencionados, tanto o “marreteiro local”, como o que chega para a compra da produção do curral, são indicativos do enfraquecimento do monopólio do grande aviador, levando a descentralização e a fragmentação do aviamento em alguma medida (ALVES, 2006). Segundo Aramburu (1994), falando do aviamento no extrativismo amazônico, a inflação e mudança na política creditícia nos meados dos anos 70, em um contexto de regulação do capitalismo enfraqueceu o aviamento, produzindo como consequência a ação fragmentadora dos marreteiros,

Na experiência local as dificuldades de financiamento aparecem como um fenômeno recente. Depois de as redes de aviamento centradas nas grandes firmas terem sido desmontadas, a atividade comercial passou a ser canalizada por um grande número de patrões locais financiados pelo comércio atacadista de Belém. O sistema se descentraliza e se fragmenta (ARAMBURU, 1994, p. 5).

Os “marreteiros” ou atravessadores, principalmente no caso da pesca de beirada, atuam de forma bastante limitada, isto é, dentro de uma área delimitada e com capital limitado para a concessão de crédito. Aparecendo na comunidade, no caso da pesca de curral, ocasionalmente, a depender da safra de um tipo de pescado. Assim, pensando a diversidade de compradores da produção rural na Amazônia, denominados como marreteiros, Aramburu (1994) se referiu ao estabelecimento de novas relações de “patronagem” que tencionam a negociação tradicional,

Acontece que têm um potencial de ajuda mais reduzido que a patronagem tradicional, pois trabalham com pouco capital e redes pequenas de fregueses. Entretanto, ao roubar fregueses dos outros patrões, o marreteiro contribui para debilitar o poder destes. Por sua vez, a marretagem tornou-se possível porque a largueza e a generosidade dos antigos patrões haviam se reduzido. É nessa dinâmica de concorrência (que pode contribuir para a melhora dos preços dos produtos rurais) que o financiamento se torna escasso (p. 5).

A maior diversificação dos instrumentos de pesca devido a inovação tecnológica, aumentou a produtividade, e em decorrência um menor grau de dependência do pescador ao intermediário (ALVES, 2006). Contudo, se tem tendência dominante o isolamento dos polos de produção em relação aos centros de comercialização como definidores da dependência dos

---

<sup>16</sup> O pescador relatou que a prestação de contas com o marreteiro só ocorre quando a captura de pescada gó diminui nos currais, não capturando peixes na menor malha disponível na armadilha.

pescadores no tocante ao “marreteiro”. No caso da região de Quatipuru Mirim, deve-se a inserção desfavorável dos pescadores no mercado, “eles não têm controle sobre o processo de comercialização, dependem do marreteiro não somente como elo com o mercado, mas também face às dívidas que contraem junto a ele” (ALVES, 2006, p. 72).

Na ausência de políticas públicas que aproximem o pescador dos consumidores e possibilitem competição no mercado, os atravessadores e comerciantes da região se fortalecem nos “jogos” do capitalismo. Assumem diversas formas relacionais para acessar a produção pesqueira na região. Enquanto na pesca embarcada os “patrões” aguardam em seus pontos de negócios próximos aos portos pela chegada da produção, na pesca de beirada o “marreteiro” se desloca até a comunidade. Outras vezes, os próprios comunitários tornam-se comerciantes do pescado, captando principalmente a produção da pesca escorada.

No seio dessas relações os pescadores percebem as implicações de uma relação desigual e exploratória, quando em algumas situações negam o trabalho dos “patrões”, reduzindo-o a compra e venda dos peixes.

Do patrão? É só comprar o peixe, comprar o peixe e levar (José Silva, 70 anos).

É o marreteiro, que dorme bem, tem vida boa, e o pescador com esse sacrifício todo, chega só pra entregar pra ele (João Alves Ramos, 58 anos).

Concomitantemente reafirmam o trabalho na pesca artesanal e as dificuldades a ele atreladas, como no depoimento do seu João Alves Ramos:

Porque faz a gente se esforçar em cima do marzão aí, passa semanas e semanas pra lá, aí quando eu chego aqui eu lhe entrego o meu peixe de cinco reais. O senhor pega aqui e vai vender ali de dez, é o senhor que vai ganhar o dinheiro que num teve nem serviço.

Considerando a pesca artesanal como um ofício de vida, por estender-se, em alguma medida, por todas as etapas do desenvolvimento desses homens e mulheres aqui estudados, existe uma relação com o pescado que extrapola às logicas de mercado, e a noção de mercadoria. Isso pode estar associado à centralidade do peixe na dieta alimentar das famílias, e ao fato de a pesca artesanal ainda possuir traços marcantes de uma atividade de subsistência, mesmo na pesca embarcada, que em períodos de pouca produtividade por conta das entressafras, onde a produção mínima é encaminhada para a mesa das famílias. Também pode estar relacionado à ordem do afetivo que constitui o mecanismo de formação das tripulações, o que torna uma prática familiar e ao saber-fazer construído na pesca artesanal constituindo um patrimônio pesqueiro.

#### 4.6. Entre alagamentos e visagens: perigos, acidentes e dificuldades no trabalho

Esse tópico tratou do confronto diário do pescador na rotina de trabalho, enunciado em narrativas sobre eventos relacionados à desenvoltura da tripulação no mar, às características ambientais como o movimento de marés e do vento, e a geografia costeira, bem como ao imaginário popular, à saúde e às problemáticas sociais mais amplas, como a pirataria. Toda essa amplitude se condensa no que defini como riscos da pesca artesanal.

Vale considerar a discussão feita por Maldonado (1993) sobre a noção de risco construída pelas comunidades pesqueiras no tocante ao espaço em que vivem e se reconstróem socialmente. As populações que vivem da pesca ao incorporar o risco e o medo cotidiano geram comportamentos significativos e simbólicos,

A tensão inerente ao cruzamento dos dois mundos, as formas com que o risco impacta e inspira as culturas pesqueiras, constituem a própria vivência, o modo de presença do pescador. É grande a recorrência de comportamentos rituais, eventos de linguagem em que as sociedades marítimas processam o risco incorporando-o ao seu cálculo e ao seu projeto [...] (p. 59).

A construção de diferentes rotinas e a exposição aos fatores variados colocam o pescador frente às dificuldades que se particularizam na pesca embarcada e na de beirada. Portanto, vale essa distinção entre os riscos inerente a uma e a outra.

Entre os embarcadiços, o perigo com maior recorrência nos relatos foi o que eles denominaram de “alagamento”,

Os perigo da pesca é negócio do mar agitado né pro cara se arriscar se alagar né, agora mês de setembro se alagou um sobrinho meu né, um barco dum sobrinho meu, perderam materiais, é... quase um rapaz morre né lá os filho dele, e aí é essas coisa que acontece assim (Antônio Gomes, 46 anos).

Acontece, acontece, acontece, todo ano aqui na praia se alaga um barco. Já, já, já, teve o ano... deixa eu ver, Marilena que mês foi que alagou o barco do teu tio? Foi, alagou o barco do tio dela. É prejuízo é muito, aqui na praia, deixa eu ver, já se alagou, deixa ver, o Corvina se alagou, o Carne Assada, o Bode do Sandoca perdeu o barco dele na quebrada, o Zé Branco, Tourinho, tudinho já perderam o barco. (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

Utilizada comumente na forma do verbo “alagar”, a expressão refere-se ao naufrágio de barcos de pesca em áreas próximas a ilha. Esse evento ocorre com relativa frequência, quase anualmente, estando atrelado à uma complexa combinação de aspectos ambientais e sociais. Diegues (1983) contempla bem essa questão no caso da pesca no litoral sudeste, “o mar é o espaço das correntes perigosas, dos ventos que mudam de direção, do peixe que se desloca; e, finalmente, mesmo com o peixe no cesto, o pescador enfrenta a instabilidade do mercado” (p.

194). Dessa forma, a pesca é uma atividade arriscada, tanto no que concerne a segurança física dos pescadores, quanto à exposição aos reveses do mercado, perceptível na tensa relação com o intermediário muitas vezes (MALDONADO, 1986).

Uma palavra relacionada ao “alagamento”, retirada dos depoimentos, foi “maresia”, e me pareceu um termo aglutinador das influências ambientais no sentimento de perigo, pois se refere aos movimentos do mar em sua complexidade, isto é, a agitação das águas pelo movimento de maré e dos ventos, acrescentando a isso, as formações do solo no ambiente aquático.

As vezes é maresia né, maresia (Antônio Gomes, 46 anos).

A maresia, a mais perigo é a maresia. A mais perigo é a maresia (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

E nós pescador trabalha sobressaltado também nessa época né, o mar fica muito agitado, a gente vai porque como eu tô lhe dizendo o nosso emprego é esse, é que se tu num for num tem quem dê pra gente (João Alves Ramos, 58 anos).

Seu João Alves Ramos afirma que o pescador nessas condições trabalha “sobressaltado”, e para a continuidade da atividade vale-se dos saberes patrimoniais pesqueiros que definem a náutica na pesca artesanal (RAMALHO, 2012). No entanto com o prolongamento das jornadas de pesca por conta da demanda do mercado e escassez do pescado alvo na região, o pescador permanece por mais tempo na embarcação em condições de extremo esforço físico, levando ao que o depoente denomina de “vacilo”,

O vacilo da pesca, vamo dizer assim, porque aqui o cara joga a rede no mar ela vai descendo pela água, pela água e o vento né, aqui é onde a gente pesca, quando o vento é forte demais, a correnteza joga a rede pra cima da quebrada. Esse que é o vacilo que eu digo. As veze tu tá do lado de fora pescando tu vem entrar, o vento tá forte, vamo dizer aqui tem a croa<sup>17</sup> que é a quebrada que quebra né, a quebrada é bem aí pra cá é o rio grande, as veze o vacilo porque tu quer chegar logo num quer pegar... o rio quer passar naquele espaço é lá de maresia, é que nem já aconteceu aí, já teve gente de perder barco aí, foi perdido uns dois barco a três, mês retrasado quase o cara perde o outro aí, o vacilo é esse, que as veze o cara pra querer adiantar a viagem num quer pegar o rio quer passar naquele espaço lá vai a maresia junta, toma o que tú quer é isso (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

O trabalho no mar exige do pescador muita atenção, especialmente do mestre da tripulação, por isso a expressão “vacilo”, em caso de um descuido pode levar a perda de instrumentos de trabalho e até ao naufrágio da embarcação colocando a vida dos trabalhadores

---

<sup>17</sup> É uma elevação do solo de rios e maré, que passam parte do dia submersas, a depender das dinâmicas no corpo d'água.

em risco. O que acontece é que o pescador depois de uma jornada de pesca pode ignorar, por vacilação, as dinâmicas ambientais e a paisagem, devido à pressa em retornar para a comunidade criada pelas possibilidades da motorização das embarcações, semelhante às possibilidades no caso de Ponta do Mato no litoral paraibano sobre o acesso ao mar nos meses de inverno:

A utilização de motores nos botes, conforme pude observar e me foi declarado por pescadores, veio facilitar sobretudo o acesso ao mar alto nos meses de inverno, que apresentam dificuldades como o vento forte, a chuva, a água turva e as correntezas – carreiras d'água (MALDONADO, 1986, p. 39).

É evidente a forte relação de uma intensificação das rotinas de trabalho com a exposição maior do trabalhador aos riscos.

Das viagens mais distantes resulta um temor que alimenta o imaginário até dos que trabalham na pesca de beirada: a pirataria. Trata-se de um perigo crescente, somado aos riscos da atividade pesqueira das memórias dos pescadores, que só se tornou possível a partir da extensão da distancia percorrida até novos pesqueiros.

Ah, pirata não tem aqui. Não, tem nessa região já do Marajó, essa região de lá que tem os pirata. Eles agem assim eles botam do lado do barco do outro né pego te amarro e levo o que tem no barco coisa de valor e aí é essas coisa que eles levo né, aí já te deixa amarrado, essas coisa (Antônio Gomes, 46 anos).

Tem, pirata é que toma o barco dos outro e leva, tira o motor e fura o barco, quando acabar solta o barco, leva o motor, vão vender o motor. Pirata é aí em Belém no rio de Belém, pra fora de Belém, que tem pirata pra dedeu. Eles mato os outro, ixe, já jogaram foi muita gente dentro d'água, num tem aquelas bola assim grande de isopor, eles já acharam foi muito caboco assim agarrado na bola, agarrado só na bola mesmo, mais nada, que a bola que é o guia dele, esses outros barqueiro pego ele. Esses que é os pirata, chego, tomo o barco, tiro o motor do barco, quando acabar furo o barco, embarco o motor e levo, pra vender pra lá, esses que são os pirata. E é muito desses pra lá. (Raimundo Espirito Santo, 76 anos).

Nos relatos a ação desses assaltantes é extremamente violenta, pois quase sempre os tripulantes são amarrados, quando não, acabam sendo mortos. A partir daí, são levados os instrumentos de trabalho, o combustível, os mantimentos, e a embarcação é levada a naufrágio. Nessas condições, a comunicação com as autoridades ou com outras embarcações fica impossibilitada. Os locais de maior ocorrência dos ataques piratas mencionados foram: a região do Marajó, de Belém, da Bóia, do Abade e Vigia. Esses ataques foram noticiados em jornais regionais, com dados de que a cada doze dias uma nova embarcação é saqueada<sup>18</sup>, na maioria

---

<sup>18</sup> Fonte: Último Segundo. Encontrado em : <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pa/uma-embarcacao-e-assaltada-a-cada-12-dias-no-para-e-amazonas/n1597193218871.html>

das vezes com uso de violência, com pescadores baleados e desaparecidos<sup>19</sup>.

Nas modalidades de pesca de beirada, incluindo as de redes fixadas nas proximidades da comunidade, assim como a que exige a estadia dos trabalhadores em ranchos em outras praias da região, os riscos recorrentemente mencionados foram as “visagens”. Quase sempre são seres espirituais como o “ataíde”, a “curupira” e o “cavalo marinho”, também podendo se referir a animais encantados provenientes de transformações humanas em rituais como a “porca” e o “lobisomem”, assim como ao som produzido por animais como a “rasga mortalha” (coruja e morcego) que além de provocar medo têm-se como mau presságio. Essas lembranças referem-se à relação dos humanos com seres não-humanos que observam-se em diversas populações amazônicas (WAWZYNIAK, 2012), assim como em comunidades pesqueiras em outras partes do Brasil, por exemplo na área de abrangência da Colônia Z-3 no Rio Grande do Sul, onde foram citados: bruxas, lobisomem, espírito de crianças, entre outros (RIBEIRO et al. 2018).

O sentimento de medo provocado pelas “visagens” pertence à memória coletiva, e o seu maior alcance no trabalho foi, em poucos casos, a desistência dos pescadores em despescar as redes no período da noite e da madrugada, quando a visibilidade é reduzida por não haver energia elétrica em boa parte do tempo, pois a duração do gerador de energia é até aproximadamente às 22 horas, e não alcança as áreas de pesca.

Existem alguns estudos que correlacionam a existência de seres espirituais e míticos às áreas de importância ecológica, no caso da pesca, locais de reprodução de espécies, causando o afastamento permanente ou temporário das pessoas, de modo a funcionar como um regulador cultural de práticas, contribuindo para o que se tem definido como “etnoconservação” (DIEGUES, 2000).

Outros perigos elencados nos relatos acometem os pescadores embarcações e os de beirada, como os acidentes com animais aquáticos. São comuns ferimentos por contato com os mecanismos de defesa de peixes, como os esporões, e com as águas vivas e “pununs” que são espécies similares àquelas causadoras de queimaduras na pele.

Uma ferrada de peixe, as vez aquela agua viva na rede bate a pessoa também, o punum, a caravela, queima, deus o livre, muitas vez a gente vem puxar rede grossa as vez vem arraia aí ferra o cara aí, é acidente né. Acontece isso aí (Sebastião Pereira da Silva, 54 anos).

---

<sup>19</sup> Fontes: Diário Online, encontrado em: <http://www.diarioonline.com.br:81/noticias/policia/noticia-550192-vitima-e-baleada-durante-ataque-de-piratas-no-marajo.html> e Jornal O Liberal, encontrado em: <https://www.oliberal.com/noticias/para/MjKxODU=/Homem-desaparece-apos-ataque-a-embarca%C3%A7ao-no-Marajo>

E também o perigo é a gente cair na água, pra desengatar uma rede e tubarão comer a gente. Que tem vez a rede engata na hélice, aí tu tem que cair na água pra ir lá, e é arriscado tubarão comer a gente, Ah, se ferra no esporão do peixe, se fura, é isso. Enfia um esporão de arraia na mão... Trago ele pra beirada e vai tentar tirar onde tem um... a enfermeira. (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

O “vacilo” pode ocorrer no manuseio do pescado na retirada da rede, geralmente como resultado da pressa e da falta de atenção. Em uma situação dessas, os pescadores são atendidos no posto de saúde local e a depender da gravidade do acidente ficam afastados da pesca até a recuperação.

Cabe incluir aqui as doenças relacionadas pelos pescadores ao trabalho na pesca, pois algumas são provenientes da infecção de ferimentos e queimaduras em acidentes com animais, como a “febre”, pois ainda que se trate de um sintoma, eles denominam de doença, “aqui ainda não... mais é... essas doencinha, as vezes tá doente dá uma febre” (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

A febre associada às dores de cabeça e no corpo, e secreções (principalmente nasais, “catarro”) deriva da exposição dos trabalhadores às condições altamente insalubres como a exposição excessiva ao sol, a presença em ambiente extremamente úmido (barco), a chuva e aos ventos constantes. Esse conjunto de sintomas esteve entre as principais problemáticas de saúde elencadas pelos pescadores.

O excessivo esforço físico exigido na pesca artesanal foi evidenciado pelos depoentes na medida em que, entre o rol de doenças por eles elencadas, os relatos de dores nos ossos, articulações e músculos se multiplicaram.

Uma dor nas cadeira que o cara num pode mais trabalhar, ele vai lá e pega três mês de benefício e quando se trata aí pronto... (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Tem, tem porque as vez a gente vai, vai pra lá, lá a gente d’esquarteja né, até um... d’esquarteja aqui nas cadeiras da gente né, aí a gente fica d’esquartejado, aí pronto, aí a gente manda benzer aí melhora. A doença que tem mais na pescaria é isso, tirando disso, se num for uma febre e um catarro que dá na gente (José da Silva, 70 anos).

Com uma dor, com reumatismo, com aquela coisa como é? Que endurece a gente tudinho, como é? Tem o reumatismo e tem aquele outro como é, que a gente pisa com o corpo quente assim no chão? O derrame (Raimundo Espirito Santo, 76 anos).

Os trechos acima colocam uma questão geracional em discussão, quando os reumatismos foram mencionados pelos trabalhadores mais velhos e aposentados. É um indicativo das implicações na saúde em longo prazo.



Para o tratamento dos problemas de saúde os pescadores recorrem aos medicamentos vendidos no comércio local primeiramente. No intuito de aliviar principalmente as dores lançam mão de uma gama de analgésicos e anti-inflamatórios, além de medicamentos para gripe e resfriados. Quando o caso agrava recorrem ao posto de saúde da comunidade, onde, em situações urgentes, são encaminhados para o atendimento na sede do município de Tracuateua.

Nesse interim a Colônia de pescadores foi mencionada, pois suas ações estão diretamente relacionadas com as problemáticas de saúde ao possibilitar o afastamento do trabalhador e trabalhadora durante o período de recuperação, com a garantia da sua subsistência e da família por meio de benefícios conseguidos junto ao governo.

Benefício...é só... sobre isso... Porque se tu não paga a colônia, aqui vamos dizer... tú trabalha aqui na praia, tú é pescador, tú não pagar uma colônia... aí houve uma doença contigo, ou desastre qualquer desse... uma perna, um braço, uma coisa qualquer... aí tu... vai atrás de um benefício tu não pagando a colônia tu num tem... é por isso que a gente paga a colônia aqui... (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Benefício, dá, dá um beneficiozinho, num dá muito, muitos mês, mas dá uns dia aí pra ele equilibrar mais o corpo né (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

É que a colônia quando tu cai doente, tu cai doente que tu num pode, tu ganha um benefício da colônia. Quando tu te bronquear na pesca pode ir lá que tu ganha um benefício (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

A situação narrada acima aponta para uma relativa segurança possibilitada ao pescador pela colônia, que também foi relacionada a outros direitos trabalhistas como a aposentadoria e o salário maternidade. A atuação dessa instituição é, por vezes, ambígua, e isto está relacionado à sua formação como estratégia de controle e organização da atividade pesqueira no litoral brasileiro por parte dos governos, iniciada em 1919 (MALDONADO, 1986). A percepção dos pescadores sobre ela esteve fortemente atrelada aos investimentos assistencialista e paternalista, como mutirões de atendimento médico e a marcação de consultas e exames em clínicas e laboratórios na sede do município.

Contudo, é a aposentadoria o carro-chefe da Colônia, pois se trata de um estágio da trajetória dos trabalhadores em que o trabalho toma novas tonalidades com o relativo sentimento de estabilidade proporcionado por uma renda fixa. A colônia de pescadores agiliza os processos burocráticos ao confirmar a atividade do trabalhador e trabalhadora no ofício da pesca, e também ao organizar a documentação e encaminhar o processo junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Os depoentes mostraram-se insatisfeitos com a falta de assistência da Colônia, principalmente os associados a Z-17 em Bragança, isso talvez se deva a abrangência da atuação

da unidade. O que me levou a crer nisso foi a menção à criação de uma zona no município de Tracuateua, e a migração dos associados ou a cogitação de mudar para a nova unidade. O relato abaixo é demonstrativo da insatisfação de um dos pescadores,

A colônia aqui é pra gente as vez... a colônia que é a nossa advogada aqui, mas se torna quase nada com a nossa colônia de Bragança aqui, que as vez quando a gente precisa ela num socorre a gente, e as vez uma colônia dessa a gente paga, que nem... pra mim ela foi boa, graças a deus, porque eu tô com dezoito ano de colônia, e aí quando eu me operei de apêndice eu fui com ela, aí me dero seis meses, aí recebi seis meses dela. Mas pra muita gente aqui ela num servindo quase nada essa colônia... (João Alves Ramos, 58 anos).

Foi reconhecida pelo pescador a importância como órgão de classe da Colônia, quando ele a chamou de “advogada”, no sentido de uma instituição que defende os interesses do trabalhador. No entanto, os relatos de corrupção e negligência reduziram a segurança e a confiança no órgão, afastando o pescador e reduzindo a relação com a instituição às incômodas mensalidades. Um exemplo dos conflitos é narrado abaixo,

É, ela facilita a gente é isso, e agora até pra aposentadoria tá difícil, que nem eu, olha, tô com dezoito ano de colônia, quando chegar a minha idade de me aposentar, tá acontecendo com os outro, se eu não der um empréstimo pra eles, eles não querem me aposentar, ainda tem tudo isso... Não, isso tá errado, é ilegal é. Eu já venho tantos ano pagando a minha colônia no dia que eu preciso ainda tenho que fazer um empréstimo pra dá pra eles. Então já como eu tenho esses ano de colônia, então é chegar lá chegou a minha idade, apresenta os papel e já vai se aposentar né, porque tu já vem a muitos ano contribuindo (João Alves Ramos, 58 anos).

Segundo o depoente, está sendo cobrada uma quantia em dinheiro dos associados após o recebimento do primeiro salário. Os associados são constrangidos a realizar empréstimos e fazer o repasse para a instituição. Dessa forma, mesmo sem entender o andamento dos processos de aposentadoria, em seus detalhes, os pescadores sentem-se vítimas nessa relação, pois reivindicam os anos de contribuição junto à colônia. Em conversas informais com outros pescadores, fui esclarecido de que os empréstimos são realizados para quitação das mensalidades atrasadas na Colônia.

O uso de medicamentos adquiridos na comunidade e os benefícios, isto é, os direitos alcançados em uma relação por vezes tensa com a Colônia, são estratégias de recuperação de prejuízos, em curto e longo prazo, da exposição em que estão submetidos os trabalhadores do mar em Quatipuru Mirim. De forma complementar e contínua também se valem das relações de solidariedade entre vizinhos e familiares, e aos especialistas locais, os/as pajés.

#### 4.7. O pescador “pebado”: a incerteza e a sorte no trabalho

A expressão “pebado” surgiu nos relatos como definição de pescarias insatisfatórias. Refere-se a um momento em que o pescador se vê confrontado por não conseguir capturar a quantidade de pescados necessária para o consumo familiar, e também para a comercialização, enquanto outros pescadores da mesma área e com instrumentos de trabalho semelhantes conseguem. Seu José relatou uma situação em que se encontrava “pebado” abaixo,

É, tá pebado, num dá nada. Fica pebado, pegado. Olha eu já fui... eu pesquei lá, nesse, eu levei um saco de sal, você acredita que esse sal se acabou-se e num salguei um peixe. Que num dava peixe na minha rede, na dos outros dava, mas na minha não, eu comia porque os parceiros me dava.

Esse momento foi mencionado principalmente pelos pescadores de beirada por afetar diretamente a subsistência, que é o principal objetivo desse modelo de pescar artesanal. No entanto, também houve menção por parte dos embarcações.

Quando afirmam estar “pebados” os pescadores trazem um elemento próprio de uma concepção cultural específica da imprevisibilidade do trabalho, a sorte. O pescador “pebado” está azarado, isto é, falta-lhe sorte. Além de habilidades, dos saberes, técnicas e dos instrumentos de trabalho, os pescadores construíram uma estratégia cultural para amenizar as frustrações em um ofício que reúne características difíceis de serem confrontadas no cotidiano: a imprevisibilidade dos recursos, o trabalho excessivo e acima de tudo, o risco à vida.

As origens do estado “pebado” podem estar relacionadas a fatores diversos, entre eles aqueles que ameaçam as relações de solidariedade como nos relatos que se seguem,

É porque eles se admiram do peixe da gente, quer ver quando eles passo o pé de arrepio assim (faz uma demonstração, arrastando o pé para frente), você ter... você mata um peixe assim graúdo né assim, o cara chega lá e passa o pé assim de arrepio. Pode dizer, já era, num pega mais nada não (José Silva, 70 anos).

É que a pessoa começa tá botando o olho em cima da gente, aí o cara vai lá na rede, a dele já dá mais de que a da gente, aí o cara até fica desconfiado, porra a minha rede era até boa de peixe e agora num tá dando, tá dando a dele. Aí o cara já cisma logo (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

Num pega nada, é num pega nada. É porque às vezes um diz assim, rapá me dá um peixe aí, ele num dá o peixe né, me dá um peixe pra mim comer, ele num dá, já nega aquele peixe, num demora eles vão fazer apelação pra ele. Se ele num for se curar ele... (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Os relatos do seu José e do Edcarlos mostram como o sentimento de ambição cresce com o acirramento da competição por recursos na pesca artesanal. Em grau diferente da pesca

empresarial, eminentemente capitalista, em que esse sentimento é mais intenso, a pesca artesanal assimila a lógica do mercado gerando, como nesse caso, tensões nas relações de trabalho. Há de se considerar que os pescadores já fazem uso de redes de náilon, com eficiência na captura, e ainda que no caso da pesca de beirada uma parte dos produtos seja encaminhada para o consumo doméstico, existe um investimento ainda maior para a captura do excedente para o comércio. No entanto, embora haja desconfiança entre os pescadores não acontecem conflitos mais graves como discussões ou confrontos físicos, pois são situações de difícil comprovação.

Segundo o seu Raimundo, no último relato acima, a recusa em doar peixes a quem pedir leva o pescador a ficar “pebado”. Essa atitude afeta diretamente as relações de solidariedade, pois não se está negando apenas uma mercadoria, mas sim o principal alimento da comunidade. Assim, trata-se de uma questão moral, pois em uma região onde o pescado é a base da alimentação dos comunitários, e que em períodos de escassez eles valem-se das relações familiares e de vizinhança para a garantia da subsistência, é reprovável tal atitude. Tanto que a consequência é a perda por um período de tempo da sorte na pesca.

Outra possível origem desse estado do pescador é relativa ao imaginário sobre a mulher e o ciclo menstrual. É um mecanismo cultural que tornou os espaços de trabalho masculinizados, afastando as mulheres de processos, relações e áreas de pesca. Dessa forma, duas atitudes relacionadas à mulher podem deixar o pescador sem sorte na pesca, seriam elas: manter relações sexuais durante o ciclo menstrual, e caso ela entre em contato com os instrumentos de trabalho, principalmente as redes e o barco, nesses períodos biológicos.

Para recuperar a sorte no trabalho e evitar o estado “pebado”, os pescadores procuram os pajés e as pajés da região, recorrendo às simpatias e rituais de pajelança como banhos com ervas e defumação, além de lavar os petrechos de pesca,

Fica, essa turma aí da praia né, todas vez que vão, eles trabalho mais é com pajé aí. Essas pescadeiras né, tudo trabalho. Agora esses tempo, esse filho que eu tenho, ainda num tinha dado a rede pra ele, ainda era minha, ele foi pra lá num fez nada, tava fazendo nadinha, quinze dia mesmo, era só... destrocava dez, vinte reais era assim, tava mesmo pebado, ele agarrou mandou comprar [as ervas indicadas pelo pajé], quem foi comprar foi a mãe dele, foi em Bragança, ela agarrou, trouxe, ele fez, ainda fez errado. Mas melhorou, essa pescaria agora que ele foi, ainda matou uns peixe por lá (José Silva, 70 anos).

Ela disse, ah sô tá pebado. Tá pebado muito mesmo. Pebado mesmo, ela correu uma fumaça fazia assim desse jeito né (onomatopeia: Shiiiiiii...), tô pebado mesmo, eu vim aqui pra senhora fazer uma coisa, um remédio pra mim, -- sim senhor, faço já. Aí fazia mesmo, eu pagava ela e vinha, chegava aí, botava a rede e parecia o peixe mesmo (Raimundo Espirito Santo, 76 anos).

Esses dois relatos trouxeram as experiências pessoais e de familiares dos procedimentos para voltar ao trabalho com confiança e, até mesmo, certo otimismo nos confrontos diários com o mar.

#### 4.8. “Pegar o da bóia”: o trabalho das mulheres, crianças e velhos

Tratei aqui do trabalho dos outros componentes da comunidade de Quatipuru Mirim. Aqueles e aquelas que não são definidos, do ponto de vista dos pescadores entrevistados, como profissionais. Isso se deve, principalmente, ao caráter complementar da atividade que realizam, e/ou pela extensão do campo do doméstico onde o trabalho tonaliza-se como uma prática não produtiva.

No caso da pesca artesanal paraense Maneschy (1995) pontua a manutenção de um rígido padrão de divisão sexual do trabalho nas comunidades costeiras, que levam a distinção entre espaços e atribuições masculinas e femininas. A expressão disso está na realização das atividades pesqueiras femininas em áreas de manguezais, córregos, igarapés, isto é, em locais próximos a comunidade e entendidos pelos pescadores depoentes como uma extensão da área doméstica. É possível que essa característica esteja relacionada à noção de propriedade que têm os moradores de uma área de uso comum.

Os pescadores embarcados lançam-se no mar, uma região em que os acordos culturais e políticos do uso do espaço são diferenciados dos da comunidade. O mar de fora foge das lógicas e as regras de um regime de propriedade de uso comum. É nesse sentido o meu entendimento de que os regimes de propriedade em contraste, principalmente propriedade de livre acesso e de uso comum, contribuem para que o doméstico se estenda, e que a pesca da mulher seja considerada mais uma tarefa do lar.

Para o caso do litoral paraibano, Maldonado (1986), desconhece casos em que as mulheres participem da pesca embarcada na atividade artesanal, caso que se difere da atividade industrial, como o caso da pesca soviética mencionada pela autora. O trabalho da mulher se insere no espaço da comunidade onde o doméstico e o comunitário se misturam, em um lugar regido por normas culturais de uso dos recursos e do espaço.

Longe de entender, estritamente, a noção de regime de propriedade comum como a única definidora do trabalho da mulher como não profissional, entendo que se trata exatamente da base produzida pelos padrões de divisão sexual e seus alcances e influências no zoneamento tradicional e uso dos recursos. Existem outros aspectos que contribuem para esse entendimento

por parte dos pescadores, um deles seria o caráter acompanhante das mulheres,

O trabalho delas aqui, como diz a história, é o trabalho de casa, mulher aqui mais é esse negócio mesmo de cozinha, sabe. Tem umas que as vez o homem vai e pega uma bóia pra ali, num tem companheiro, ah já leva. Êh fulano umbora pegar uma bóia aí e já leva ela pra ficar na boca na rede, o cara sai de lá pra fora (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Mulher, alguma que pesca. Aqui só tem uma mulher que pesca que é essa mulher aí (aponta para a casa da frente) que de vez em quando vai com o marido dela, mas é aí pertinho né, e outra menina dacolá do rapaz que pesca camarão também com ele no verão né, mas é pouco, num é assim (Antônio Gomes, 46 anos).

Pesca, pesca. Elas pesco aqui né, quando vai com o marido né que a gente leva elas pra ali né por baixo, vai pegar a bóia lá, como diz aí. Ela vai com a gente (José Silva, 70 anos).

Pesca, mulher pesca. Ela pega uma linha dela aí, saí no corgo aí, embarca numa canoinha aí, junto com o marido dela aí, vão pescar pegar a bóia aí (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Esse entendimento permanece entre os pescadores mesmo quando os homens são os acompanhantes, pois é comum que o homem, pescador embarcado, estando na comunidade acompanhe a mulher nas pescarias mais próximas, que ela já realizava. Edna Alencar tratou em um texto intitulado “Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras” que a invisibilidade e o caráter “extraordinário” atribuídos ao trabalho da mulher na pesca se devem ao tempo fragmentado das mulheres nas comunidades, com a superposição de tarefas, enquanto o tempo do homem é uni centrado,

Enquanto os homens possuem um tempo unicentrado na pesca, as mulheres possuem um tempo fragmentado, marcado pela superposição de tarefas Nesse sentido, pensar o trabalho da mulher é pensar as formas como organiza seu tempo, pelo estabelecimento cultural da relação do tempo de trabalho com os tempos de seu corpo, do ciclo de vida de seus filhos e com os tempos sociais do trabalho produtivo (ALENCAR, 1993, p. 76).

Seguindo o entendimento da autora, por realizar suas atividades de pesca no “mar de dentro”, em beiras de praias, é comum a afirmação de que mulher não pesca e como exemplo se tem o relato de dona Terezinha Ramos (60 anos): “Não, não, só por esporte. É por esporte, tá com vontade de comer um siri bota um feijão no fogo vai lá pegar pra nós comer, aí traz aí a gente come, com feijão, a gente cata pra comer com arroz, com ovo, fazer uma torta e come”. O fato de ela não se vê como pescadora profissional demonstra a interiorização do modelo dominante, e está relacionado à “pesca de mar alto” ser preeminente na construção da identidade na comunidade (ALENCAR, 1993).

A importância do trabalho da mulher, ligada ao caráter de “ajudante” atribuído nas comunidades pesqueiras, está no fato de, não participando da pesca embarcada, assumir todas as tarefas do lar, e isso “permite aos pescadores maior capacidade para suportar o desgaste físico-emocional ocasionados pelos riscos e instabilidades que caracterizam a atividade profissional uma vez que a preocupação deles restringe-se à pesca” (FASSARELLA, 2008, p. 176).

O uso dos instrumentos de trabalho também são marcadores de uma atividade profissional, principalmente em contraponto ao trabalho das mulheres, e isso fica evidente nesse trecho: “mulher? não, pesca de linha, pesca uricica, bagre, pesca de linha só, mulher é. Agora de rede assim não, só homem”. As mulheres em Quatipuru Mirim trabalham em diversos tipos de pescas para capturar uma variedade de pescados e mariscos. Pescam o sururu com os dedos no solo do manguezal, capturam o siri com o gererê, o paneiro ou com o terçado, pegam o caranguejo com a mão, e pescados para a alimentação da família com linha e anzol. Além disso, também confeccionam e consertam as redes de pesca utilizadas pelos embarcações da comunidade.

Essa diversidade de tarefas da mulher cria um suporte para a dedicação exclusiva dos pescadores à atividade pesqueira, e é fundamental para a manutenção das comunidades pesqueiras, em especial na situação atual de empobrecimento dessas populações.

O trabalho infanto-juvenil também foi tomado pelos pescadores em caráter de “ajudante”, e entendido como um espaço de aprendizagem prática. Entendendo o trabalho como espaço de socialização e criação de “habitus”, Cardoso e Souza (2011) colocam que a ideia de trabalho infantil está para além da exploração da criança nas comunidades pesqueiras, de forma a tencionar a compreensão urbana do tema,

Se esta forma de organizar as relações na comunidade tem desvantagens, por descortinar um horizonte de perspectivas que não ultrapassa em muito o raio de ação das atividades possíveis aos membros da comunidade, e se também é verdade que as crianças, desde muito cedo, são inseridas nas atividades dos adultos e que essa poderia ser considerada uma circunstância inadequada para sua condição infantil, também é inegável que tal modo de criar e educar os filhos tem suas vantagens, na medida em que proporciona um ambiente familiar mais saudável, com os pais acompanhando integralmente o crescimento dos filhos em todos os sentidos, algo difícil de ser conseguido no meio urbano (CARDOSO; SOUSA, p. 176).

Segundo os autores, o cotidiano adulto é compartilhado intensamente com as crianças, inexistindo uma nítida divisão entre as atividades de ambos. As crianças participam das reuniões religiosas, do trabalho, das conversas e etc. É no espaço doméstico que elas envolvem-

se com as tarefas conferidas, relativas aos afazeres da pesca, da casa, da escola e lazer.

Nesse sentido, quando questionados sobre o trabalho das crianças, os entrevistados, responderam:

Criança nenhuma aqui num tem ganho. É raro um moleque que as vez seja bem mandado, a gente já dá... Ê h fulano vai acolá pra mim que eu te dou dois reais, um real, ele vai (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

As vezes trabalha aqui né, as vez o pai leva assim pra ir lá e vim né, mas num é assim efetivo né, que eles estudo né, as vez quando eles tão de ferias eles vão lá e vem (Antônio Gomes, 46 anos).

Eles só trabalha assim, que a gente leva eles né, leva acompanhando a gente né, que vai acompanhando a gente, leva eles com a gente, mas tirando disso é só aqui mesmo na praia mesmo. É, pegar a bóia (José Silva, 70 anos).

Ficou evidente nos relatos que ao mencionarem as crianças na pesca, os pescadores referiram-se aos meninos. As atividades infantis são organizadas conforme a divisão sexual, com atividades diferentes para meninos e meninas, como apontam Martin e Moreira (2010) sobre a infância e a formação de saberes no contexto pesqueiro:

Os meninos quando não estão na aula estão liberados para brincar assim que acordam, dificilmente ajudam nas tarefas domésticas, apenas quando é necessário fazer pequenas compras ou outros mandados, como dar recados. As meninas, porém, possuem um leque maior de obrigações, precisam ajudar nas tarefas domésticas, além fazerem também as tarefas realizadas pelos meninos (MARTIN e MOREIRA, 2010, p. 9).

As tarefas dos meninos referentes à pesca são realizadas no barco, quando ancorado no porto, como limpeza e auxílio na manutenção de instrumentos, também ao acompanhar os pais nas pescarias mais próximas, em especial no caso da “cabrita”, “porque é assim, vamo dizer, o senhor tem um filho já tá com dez ano, as veze o senhor sai pra... dar um lance ali pra fazer uma cabrita ali que nem o senhor falou, ele já quer ir com gente” (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).





Menino despesando a rede estacada nas proximidades da comunidade (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan)



Menina eviscerando um peixe para consumo doméstico (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan).

Cardoso e Souza (2011) trouxeram um entendimento de trabalho em seu estudo na comunidade Matá, no baixo Amazonas, que em muito me ajudou a pensar o trabalho das crianças em Quatipuru Mirim, como se segue:

Os moradores veem o trabalho infantil como princípio de formação do sujeito, de aquisição de ‘saber’, considerado pela imediatez da situação, em certos momentos, como simples ajuda, mas que compreendem como se estivessem construindo um novo ser social. Portanto, o significado dado ao trabalho não o coloca numa dimensão separada da vida, pelo contrário, o coloca no centro, tornando-o a própria vida (p. 169).

Com isso, o trabalho em Quatipurú Mirim encadeia um complexo de significados simbólicos com a participação das crianças, de forma que se torna um espaço de socialização marcador de significados sociais. Assim, até a noção de criança é tencionada, quando o caráter de ajudante é deixado de lado, e, principalmente o menino, passa a ser um profissional. Quanto a essa situação vale o destaque do depoimento a seguir, “Não, porque aqui. Aqui é difícil, difícil ter um moleque sabido, formado, é porque vai pegando a idade, vamo dizer assim de quatorze ano, doze ano, se ele aprendeu, quatro ano até doze ele aprendeu e se num aprendeu vai pra pesca”.

O aspecto acima diz muito da formação da capacidade de pesca, aos quatorze anos o adolescente já tem acumulado um conjunto de saberes e experiências que o tornam apto para assumir o trabalho de forma profissional. Com as limitações no ensino, e as tarefas domésticas cada vez mais exigentes, acontece, nessa faixa etária, a evasão escolar.

Sobre a relação entre ensino e pescaria, o pescador João Alves Ramos (58 anos) traz em seu depoimento a dinâmica do cotidiano dos rapazes na comunidade,

Aqui tem porque a aula daqui, olha, até agora essa aula ainda não abriu e os professores daqui chegam numa segunda feira e vão embora numa sexta né, chego numa segunda, ai daquele sábado, daquele domingo que tem aquele intervalo, elas sai pra pescar, e também aquelas que as vez o pai num tem condição, a condição muita pouca, e as vez deixa até a aula pra pescar. Vão ser muitos aqui que deixa a aula pra ir pescar, que as vez num tá dando pra depender só do pai.

Os meninos investem na pescaria nos intervalos entre os dias letivos, ocorre que, com as dificuldades para a manutenção da família, os pais demandam do apoio mais intenso dos filhos. Jaime Pantoja (2015) em seu estudo na comunidade de Quatipurú Mirim destacou o processo de inserção dos jovens na pesca artesanal, onde entrevistou 39 estudantes, 18 jovens do sexo masculino e 21 do feminino, com idade variando entre 10 a 29 anos, que estudavam no 5º e 6º ano do ensino fundamental, e percebeu que ainda que exerçam atividades na pesca, condicionadas pelo grupo familiar, não consideram a pesca no rol de profissões que almejam para o futuro, sendo elas: servidor/a público/a (professores/as, apoio operacional na escola e no posto de saúde), eletricitista, pedreiro, comerciante e advogados. O autor concluiu que o espaço social da pesca artesanal pode ser compreendido mediante a inserção de jovens “como novos

agentes portadores de cultura relevante para a vida social, pois os mesmos são os responsáveis pela vitalidade e dinamicidade das relações intergeracionais na atividade pesqueira na comunidade” (PANTOJA, 2015, p. 82).

Os últimos componentes da comunidade, sob a orientação do trabalho complementar (pegar a bóia), que tratei foram os velhos e as velhas de Quatipuru Mirim. A maioria dos meus entrevistados está aposentada, ou às vésperas da aposentadoria, e ao lembrar-se do trabalho dos idosos (as), falou do seu cotidiano na comunidade.

Segundo os relatos, as pessoas mais velhas, tomando como referência a aposentadoria desde a primeira remuneração do governo, a partir de, aproximadamente, sessenta anos, passam a se ocupar em Quatipuru Mirim da pesca para a “bóia”. Isso está relacionado à nova fonte de renda que surgiu, em muitos casos, colocando a pesca como fonte de renda complementar.

Os problemas de saúde apareceram nos depoimentos como limitadores da atividade na pesca,

Que eu num dou mais conta, como diz o homem, num dou mais conta de tá... Por causa de uma dor que deu no meu joelho aqui, aqui nesse joelho, eu ando puxando já a perna (José Silva, 70 anos).

Eu? Eu costurava, mas agora num costuro mais por causa da vista. Num exergo mais o nó na rede (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Aí num joguei mais porque a perna num deu mais conta. Sabe, aí o joelho descolocou, aí eu parei, mas de vez em quando ainda vou com uns filho ainda... (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

Ainda com restrições físicas, os pescadores aposentados continuam na pesca ocasionalmente. Nesse interim, a colônia dos pescadores foi mencionada por ser a instituição de representação dos pescadores que, impossibilitados de manter o ritmo das pescarias embaraçadas, eles buscam a aposentadoria.

Além da pesca de beirada para fins de alimentação familiar eventualmente é recorrente no cotidiano dos idosos a visita aos familiares quase diariamente, como nos exemplos abaixo,

Depois que pára a pesca, de pescar, assim é anda na rua, as vez vai na casa do parente alí, dos filho, diferença dos velho já é esse aqui (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

O trabalho dos velho é só dormir e passear na rua. É assim que eu faço né (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

É frequente a reunião de pessoas mais velhas na frente das casas nos finais de tardes, conversando sobre o trabalho, a vida na comunidade, e notícias da cidade. Esses espaços de interações são importantes para os idosos pela relação que se instaura com a memória depois

da aposentadoria, como pontuou Bosi (1987) “... na velhice, quando já não há lugar para aquele ‘fazer’, é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz” (p. 398).

A memória tem espaço privilegiado na construção do ser velho, e de acordo com Streck e Frison (1999) surgem dessa afirmação duas questões: Primeiro, “o fazer que já não se faz”, quando mesmo ainda realizando atividades, sempre existiu algo que deixou de fazer, tomando em consideração o processo de sua vida; Segundo, refere-se a relação da velhice com o lembrar, e a sua contribuição para a transmissão de histórias, mitos, tradições e uma diversidade de conhecimentos, e ainda segundo as autoras,

Esse tipo de conhecimento, ao qual só se tem acesso através da memória, torna-se algo humanizado se ensinado por aqueles que já estão aqui há mais tempo, o que nos permite significar o passado e, com isso, compreender o presente. É a memória dos idosos a colaborar nas formas de ver e significar o mundo em que se está vivendo (STRECK E FRISON, 1999,p. 110).

Assim, trazendo nesse espaço os sujeitos envolvidos na pesca artesanal que não foram considerados profissionais pelos depoentes, como as mulheres, crianças e idosos, foi possível perceber o funcionamento da pesca artesanal em Quatipuru Mirim de forma mais abrangente, entendendo a atuação de sujeitos invisibilizados. Contudo, se pôde perceber também a organização de uma atividade pesqueira inserida na economia solidária e familiar.

## **5. O AMBIENTE NAS MEMÓRIAS DO TRABALHO**

### **5.1. A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua**

Tomei, nesse espaço, uma breve discussão acerca das Reservas Extrativistas Marinhas (RESEXM), que em um olhar mais ligeiro deveria estar entre os mecanismos de controle da pesca impetrados pelo Estado, mas por seu caráter de origem nos movimentos sociais de pescadores e outros trabalhadores do litoral do Brasil, dei destaque para essa modalidade de unidade de conservação, que expressa a organização dos trabalhadores e sua agência política.

Na tentativa de encarar uma face dissonante da modernidade, Cunha (2009) propõe alternativas na relação entre tradição e mudanças, em que grupos passam a ser sujeitos políticos em busca do reconhecimento de seus modos de existir. A modernidade pode ser concebida como espaço de lutas pelo reconhecimento, nas palavras da autora,

Coloca-se, assim, a necessidade de construir o novo fundado, porém, em elementos da tradição, que em combinação com processos modernos alternativos, transforma o passado em elemento ativo; de outro lado, a modernidade não deve ser encarada meramente em sua face destruidora – em recombinação com a tradição, ela também se pode transformar em tempo de criação (CUNHA, 2009, p. 64).

Como tempo de criação, a modernidade destaca a figura do Estado como central no processo de reconhecimento das culturas populares. É perante as estruturas competentes do Estado que as comunidades buscam ser reconhecidas, por meio das políticas públicas. Durante o século XX a intervenção do governo brasileiro apenas apressou o ritmo das mudanças na vida econômica das sociedades de pescadores. Destarte, é preciso superar a cegueira que a crença no progresso causou, apontando as ambiguidades do Estado e as possibilidades como campo de intervenção no controle do ritmo das mudanças. Polanyi orientou nesse sentido ao mostrar como o mercado foi restringido pela política financeira da coroa na Inglaterra do século XVIII.

A Reserva extrativista é produto de uma luta histórica de uma classe de trabalhadores em defesa do território e do modo tradicional de produzir. Nesse contexto os protagonistas foram os seringueiros do Acre, que em resistência a um projeto predador e acumulador de riquezas instaurado pelo Estado, ancorado na pecuária extensiva e em um modelo de colonização, trouxeram suas pautas ao ambiente público e político (CUNHA, 2001). Iniciou-se nos anos 70, o movimento social dos seringueiros, baseado em uma forma localizada de sindicalismo, isto é, adaptado as condições da realidade amazônica, expressada em estratégias de ação e nos léxicos particulares. Reconhecido nacional e internacionalmente, uniu suas pautas, que inicialmente eram a posse das terras e garantia de manutenção do modo de vida, às lutas ambientais de organizações como as ONGs nacionais e internacionais, e as pautas das populações indígenas, o que originou a Aliança dos Povos da Floresta em 1986 (DIEGUES, 1986). Cunha (2001) sintetiza o movimento social em dois momentos, inicialmente os “empates”, depois a proposição das reservas extrativistas. O primeiro momento a autora define como,

(...) ações coletivas, de caráter espontâneo, empreendidas pelos seringueiros, a partir do início dos anos 70, quando um grupo que varia entre setenta, cem ou duzentas pessoas (homens, mulheres e crianças) realiza uma espécie de mutirão, com o intuito de convencer os peões – encarregados da derrubada – a não utilizar as motosserras para o corte das árvores, desmontando seus acampamentos (CUNHA, 2001, p. 3).

Com os “empates” queria-se impedir as expulsões que vinham crescendo na medida em que os fazendeiros aumentavam suas terras. Em relação a essa forma de agir a autora trouxe a fala de Chico Mendes, uma das principais lideranças do movimento, violentamente assassinada,

“fazíamos o cordão de mãos dadas e cercávamos a área que estava sendo desmatada; não deixávamos os caras entrar e desmontávamos seus acampamentos” (Chico Mendes, 1989 apud CUNHA, 2001).

O segundo momento, o das reservas extrativistas, se organizou a partir de discussões no I Encontro Nacional dos Seringueiros junto às representações de vários movimentos sociais (CUNHA, 2001). Nesse mesmo espaço foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, que passou a defender essa proposta de organização do território. Costa (2014) apresentou como elemento fundamental da RESEX o modo de ocupação tradicional,

Um elemento fundamental da proposta era o fato de considerar a forma tradicional de ocupação da floresta, tendo como base as unidades de produção denominadas “colocações”. Essas colocações são formadas por estradas de seringas e definem uma unidade produtiva familiar em que se pratica também a caça, a pesca, a agricultura e a coleta de frutos (p. 20).

Considerando as “colocações” e outras formas de organizações tradicionais, as reservas extrativistas só poderiam existir, segundo a legislação, em áreas habitadas e tradicionalmente utilizadas. Desse modo, Costa (2014) definiu-as como,

(...) espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas. Esses espaços territoriais devem ser considerados de interesse ecológico e social. São, portanto, áreas de conservação protegidas pelo poder público, destinadas a populações com tradição no uso de recursos extrativos e reguladas por um contrato de concessão de direito real de uso, mediante um plano de utilização aprovado pelo IBAMA (p. 21).

Cunha (2001), em outro artigo, ao conceber a proposta dos seringueiros como ponto de articulação entre as dimensões ambientais e fundiárias, apontou outra definição das reservas extrativistas:

Denomina-se Reserva Extrativista, uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada por meio da Concessão Real de Uso, transferida pelo Estado para Associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações por meio de projetos de educação e saúde (p. 7).

Com tais características, a reserva extrativista passou a ser a principal bandeira dos movimentos dos trabalhadores dos seringais. De forma que, garantida a posse do território, entrou em pauta a inserção da atividade no mercado, isto é, a viabilidade econômica dos produtos, e diante disso, a situação dos seringueiros foi bem particular,

A situação é grave em relação à borracha, por causa dos altos custos de

produção e um mercado externo desfavorável aos produtos primários, e também ao látex produzido por monoculturas no sul do país. Se, de um lado, os seringueiros solicitam subsídios ao governo para manutenção do preço da borracha no mercado interno, por outro, buscam alternativas de comercialização de produtos da Amazônia no mercado internacional (DIEGUES, 1996, p. 147).

Constatado o potencial inovador da reserva extrativista, um marco no sistema de conservação no Brasil, rompendo com o mito da natureza intocada ao integrar as comunidades, em 1992, o IBAMA criou o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) para dar o apoio técnico às reservas e com intuito de expansão da ideia para outras regiões (DIEGUES, 1996). Segundo Diegues (1996, p. 148), “atualmente existem outras reservas extrativistas fora dessa região, baseadas no extrativismo do babaçu, de recursos naturais do cerrado (flores), recursos pesqueiros (mexilhões), em Santa Catarina”.

Cunha (2009) dividiu as reservas extrativistas em duas modalidades, das quais as primeiras, as “resex da Amazônia”, tendo os recursos florestais como principais, e as segundas, as “resex marinhas” voltadas à conservação dos recursos pesqueiros. São modalidades com finalidades comuns e realidades em que se desenvolve o extrativismo, mas com certas adaptações provenientes das especificidades de cada ambiente e dos sujeitos envolvidos. Para o caso das resex marinhas a autora acrescentou que “dadas as especificidades do ecossistema marinho – cíclico, móvel e imprevisível –, um conjunto de ajustes e procedimentos conceituais se faz necessário para que não se proceda a transposição mecânica de um contexto para outro” (p. 14), assim como a territorialidade do pescador artesanal, tomada em sua totalidade, isto é, terra e mar como unidade indissociável, e as diversas formas de apropriação dos recursos considerando aspectos como “pontos específicos de pesca, as marcações, os pesqueiros, os caminhos fazem parte do modo como o pescador artesanal se apropria do espaço marítimo, do modo como ‘mapeia’ em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais seu território” (Cunha 2001, p. 15), e os saberes que constituem e são constituídos nessas práticas.

As primeiras reservas extrativistas criadas fora da Amazônia e que focavam na conservação da área costeira e dos recursos marinhos foram as Resex-mar de Pirajubaé (Santa Catarina em 1992), de Arraial do Cabo (Rio de Janeiro em 1997), de Corumbau (Bahia em 2000), do Delta do Parnaíba (entre Maranhão e Piauí em 2000) (COSTA, 2014). Até 2014 haviam sido criadas 14 unidades de conservação e contavam 51 processos de demanda de criação de outras. Nesse período o Pará contava com 9 resex- mar, criadas entre 2001 e 2005, são elas Resex-mar de Soure (2001), São João da Ponta (2002), Mãe Grande de Curuçá (2002), Chocoaré-Mato Grosso (2002), Maracanã (2002), Caeté-Taperaçú (2005), Araí-Peroba (2005),

Gurupi-Piriá (2005) e Tracuateua (2005) (COSTA, 2014).

Com a criação do CNPT, e provavelmente a influência da Eco-92<sup>20</sup> que discutiu as conquistas das primeiras Resex como alternativa ao desenvolvimento que avançava, houve um boom de reivindicações de novas unidades de conservação do mesmo modelo. No entanto, isso ocorreu sem discussão suficiente com as populações que fazem uso das áreas (COSTA, 2014). Assim o processo de criação das resex marinhas da região bragantina no estado do Pará, possuíram como incentivadores, pessoas, organizações e instituições externas à algumas comunidades, como Quatipurú Mirim.

Os primeiros passos da mobilização que levou a criação das reservas na região bragantina se deram por incentivo de uma extensionista rural da EMATER/PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará), que em conversas informais com coletores de caranguejo e com mulheres na comunidade do Acarajó (Bragança-Pará) notou nos discursos algumas atitudes na extração dos caranguejos que estavam levando a diminuição desses recursos, como a captura indiscriminada da fêmea, conhecida localmente como “condurua”. Diante dos sérios problemas socioambientais que afetavam as necessidades básicas dos comunitários, fundou junto com as mulheres uma organização de cunho assistencialista, o Clube das Mães, responsável por campanhas educativas em relação ao trabalho no manguezal. De forma que, a medida que o projeto ganhou corpo na I Campanha de Proteção ao Caranguejo, os homens e jovens passaram a compor a luta, fato que levou a criação do Clube dos Produtores.

A soma das duas organizações levou à Associação União Comunitária de Acarajó (AURA), instrumento de luta política em busca do reconhecimento dos trabalhadores do manguezal (coletores de caranguejos) e da conservação dos recursos naturais (principalmente o caranguejo). Nas iniciativas da AURA “tiveram participação decisiva os estudantes e professores da Universidade Federal do Pará, do campus de Bragança, principalmente dos cursos de Biologia e de Pedagogia, que estavam engajados no Programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais” (MADAM)<sup>21</sup> (COSTA, 2014). Dentre as ações da AURA com as outras organizações tem-se um grande encontro de Educação Ambiental e a I Campanha de Proteção do Caranguejo com representantes do poder público das esferas municipais, estaduais e federais, sendo nesse âmbito reivindicada a criação de uma reserva extrativista.

Nessa onda de reivindicações em Bragança, iniciou-se o processo de criação da Resex-

---

<sup>20</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> “(...) programa de pesquisa interdisciplinar de longo prazo (1995-2005), que fazia parte da cooperação científica entre o Brasil e a Alemanha, dentro de um convênio entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Center for Tropical Marine Ecology (ZMT) da Universidade de Bremen, na Alemanha” (COSTA, 2014, p. 117).



mar Tracuateua pelos técnicos do CNPT/IBAMA regional do Pará, tendo como aliados os segmentos organizados na região. Os técnicos estiveram engajados durante quatro anos, desde as mobilizações até a decretação em 20 de maio de 2005 (BRASIL, 2005).

Mencionar esse contexto de constituição das Resex marinhas na região, em especial da Resex-Mar Tracuateua, muito bem abordado no trabalho de José Newton Costa intitulado “As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais na reserva extrativista marinha de Tracuateua, no Pará” (2014), ajudou a pensar o contexto político em que estão inseridos os pescadores de Quatipirú-mirim. Como eles não foram os protagonistas dessa ação política existem muitos conflitos na cogestão da área, e implicações no trabalho do mar sem o conhecimento necessário, por parte dos usuários, sobre o funcionamento da reserva, em níveis de práticas e artes de pesca permitidas.

Costa (2014) conversou com vários atores envolvidos na criação da Resex-Mar Tracuateua, entre eles os técnicos e os usuários e chega a seguinte constatação,

A RESEXMT resultou de uma proposta dos técnicos do IBAMA/CNPT para fazer frente à problemática existente. Por outro lado, constata-se que a estratégia para convencer a população a aderir à proposta foi adotada de forma acelerada, sem que a futura população beneficiária tivesse sido plenamente esclarecida dos objetivos dessa proposta (p. 125).

Por não conhecerem o tema, os usuários com frequência sentiam dificuldades em falar sobre o assunto, ainda que provocados pelo pesquisador (COSTA, 2014), “eles permaneceram calados, sem dar nenhuma resposta. Disseram apenas que não tinham nenhum conhecimento sobre os assuntos” (p. 130). Quando não, associavam ao prédio da Associação dos Usuários da Reserva de Tracuateua (AUREMAT), e as casas provenientes de ações complementares como o crédito liberado pelo INCRA, não conseguindo também reconhecer a extensão e limites da reserva.

Essa situação não se diferencia da que encontrei nas narrativas dos pescadores em 2018, de desconhecimento do funcionamento da reserva. Embora, em alguns momentos falem de tipos de pescas proibidas, como a zangaria citada pelo senhor Jurandir Ramos como a pesca de iniciação no trabalho, altamente predatória, quando expressa que “é todo tipo de peixe, bota a rede no lavado quando alevanta é camarão, é uricica, é tudo que cair dentro do circo...”, e que em determinado momento passou a ser proibida, “numa maresada aí, foi proibida e acabou. É... a justiça pra lá ... (meio contrariado ou incomodado). Negocio de IBAMA e tudo... sabe como é ... tudo isso é IBAMA, IBAMA que tem esse enxerimento”. Ao falar das atitudes do órgão ambiental, o depoente demonstrou aborrecimento, além de relatar situações de resistência à abordagem da fiscalização,

Já vieram, uma vez... já vieram buscar foi uma zangaria do papai lá dentro da casa dele, eles foram pegar no canal lá, lá onde nós tava pescando, mas nós era quatorze macho... rapá daqui vocês num levo... eles eram só três... Cada um tava lá num monte de estaca (risadas) ... Não rapá, vocês quere levar, mas não daqui... eles vieram buscar na casa do papai aí (Jurandir Ramos, 65 anos).

Embora o caso relatado pelo entrevistado remeta-se a um período anterior a criação da resex, os conflitos com os órgãos ambientais como o IBAMA, e mais recentemente o ICMBIO, foram amarrados a outros bem mais recentes na narrativa, como

O ano passado eles não vieram buscar duas rede do curral do meu filho aí? O Jurandi... Vieram buscar de maré grande aí e levaram”. Nesse relato o acontecido envolve o filho dele que trabalha com a pesca de curral, mas que no momento da apreensão das redes estava em casa, “não, ele tava aqui...quando viram lá todinha lá, a lancha lá, quando a maré secou lá já tinham levado... né, atrapalhando a vida do pobre que já tá se agarrando... tú é doído é ... (em tom de insatisfação).

Os trechos mostram como o pescador foi construindo uma narrativa de memória a partir de conflitos com o IBAMA em um sentido de continuidade, isto é, direcionou à um possível abuso de autoridade por parte de funcionários da instituição, mesmo com a criação da resex-mar e seu plano de utilização, “todo tempo teve... todo tempo esse negócio desse ibama”. Em outro momento voltando a dizer,

Desde quando eu era novo... dessa viagem que vieram prender a zangaria do papai era o tal de IBAMA, IBAMA, IBAMA... e aí tudo vinha, que era IBAMA... Ainda me levaram dois mil e poucos metros de rede, e levaram dum que é pescadeira que todo mundo sabe que o, o... malhão é grande... né... levaram de dentro do bion do cara, mil e poucas braças, zerada.

Nessas ações percebe-se o desconhecimento dos representantes do ICMBio e do IBAMA da territorialidade dos pescadores e da malha complexa de relações em que estão envolvidos, focando a maioria das suas ações nos petrechos e técnicas indetificados pelo conhecimento científico. Na construção das narrativas das autuações, por parte dos pescadores, não há uma relação direta da ação dos órgão ambientais com a unidade de conservação.

É importante marcar o lugar de fala do senhor Jurandir Ramos, já aposentado e dono de barco, características comuns para essa faixa etária na comunidade, visto que com a aposentadoria teve acesso a créditos bancários para investir em embarcações e instrumentos de pesca, sob a direção dos filhos. O entrevistado também afirmou já ter sido líder comunitário, com envolvimento em vários conflitos na comunidade. Na metodologia “bola de neve” foi o nome que mais se repetiu, e é indicativo do reconhecimento por parte dos outros pescadores.

Entre os outros pescadores surgiram outros conflitos com os órgãos ambientais, sempre

referentes às autuações,

Ah ele aporrinha aí o pessoal que vem pescar né, tem uma pesca que num tá dando certo com eles lá eles aporrinham. Aí eles não pescam aquela pesca (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Já, já tive um problema com o IBAMA, o meu problema foi o seguinte, ele me levou a minha rede né. Levou, a rede pescadeira ele levou. É nada a ver de rede fina ele levou a pescadeira, levou a rede minha e a rede dos dois rapaz, só que a minha ele levou a pescadeira, o problema que eu tenho com ele, até hoje ainda tenho raiva dele ainda (Antônio Gomes, 46 anos).

O vínculo não percebido pelos pescadores entre os órgãos ambientais e a reserva extrativista, é um dos pontos geradores de conflitos.

Quando questionados em relação à reserva extrativista (localmente resex), o comportamento e a fala não diferem tanto do caso de Costa (2014), em que o pescador, inseguro do assunto, se referiu ao prédio sede da associação dos usuários e ao crédito do INCRA, que são políticas complementares,

É uma sede aí, eu como diz a história essa resex aí as vez que nem esse negócio dessas casa do INCRA aí, tá entendendo como é, aí quem se assumiu nessas casa pra ainda num trouxeram nada, a num ser agora esses tempinho, porque toda reunião quando eles querem pegar dinheiro eles vem aqui né, pro pessoal assinar e os besta pah assinam, aí a verba vem e eles (faz sinal de quem guarda no bolso da calça) (Jurandir Alves Ramos, 65 anos).

Resex? Não. Ah... Resex é essas casa do INCRA né? É Resex é assim que chamo né, é a Resex, mas negócio de pescaria não né (Antônio Gomes, 46 anos).

É essa... Do INCRA. Eu pago também sociedade da Resex do Inca, que é daqui da praia (Marinete Costa, 34 anos).

Os trechos citados, com conflitos marcados entre os dois atores chaves na cogestão (pescadores e ICMBio), apontam para ausência de um plano de manejo. A lei de número 9.985/2000 estabelece a definição de plano de manejo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), se tratando de um documento técnico que contem o zoneamento e as normas que devem reger o uso do espaço e o manejo dos recursos naturais de acordo com os objetivos gerais de cada modelo de unidade de conservação. Para tanto, vale-se de uma tarefa multidisciplinar na construção desse documento para apresentar detalhes específicos da área, e dos moradores (tanto internos, como do entorno), assim como das normas específicas de utilização de origem tradicional ou comunitária. E de mecanismos eficazes de formação e informação sobre a unidade de conservação, sem desconsiderar formas de acesso ao documento pelos pescadores.

Marinete Costa é uma pescadora de curral, parte da equipe do seu co-cunhado em períodos de safra na pesca local, também conhecida localmente pelo trabalho com técnicas de croché, relatou que realiza os pagamentos das mensalidades da associação de usuários da reserva, a AUREMAT (Associação de Usuários da Reserva Extrativista de Tracuateua), e vinculou isso diretamente às políticas de moradias nas áreas rurais do INCRA. Além disso, a entrevistada também mencionou a participação em reuniões, embora não tenha deixado clara a função da área de conservação.

A relação da reserva extrativista com a pesca nem sempre foi vista pelos depoentes com clareza, sendo relacionada aos incentivos pesqueiros (materiais de pesca) e aos conflitos com a apreensão de petrechos de pesca.

Tem, que eles dão rede. Dão cuba, dão tudo que precisa pra pesca eles dão também. É, rede, cuba, é... anzol (Marinete Costa, 34 anos).

Rapá, eu ainda num vi ainda, tem cum negócio de casa. Com pesca não, com pesca é o Ibama (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

Acho que tem porque eles levo o curral... levo rede de curral quando tá estragando peixe né, eles vem embargar os curral (José Silva, 70 anos).

É Resex é assim que chamo né, é a Resex, mas negócio de pescaria não né (Antônio Gomes, 46 anos).

Dos relatos acima, somente o senhor José correlacionou os temas reserva e pesca, e justificou com base na capacidade de predação das redes por parte dos órgãos ambientais como forma de punição pelas atividades predatórias e o desperdício daí proveniente.

Pensar a reserva extrativista à partir das memórias dos pescadores e pescadoras de Quatipurú Mirim, revelou uma tônica nos conflitos como marcadores da forma de apropriação e assimilação dessa política pública por parte dos usuários residentes no interior. Também evidenciou os desencontros entre os objetivos e funções na perspectiva dos órgãos ambientais e usuários da área.

Em nenhum momento foi mencionado o processo de criação da reserva e, menos ainda, momentos de engajamento dos residentes na ilha de Quatipurú Mirim. Situação que corrobora com o estudo de Costa (2014). Entender essa ausência dos comunitários na construção da unidade de conservação, produziu uma base para analisar as memórias e a percepção sobre ela.

## 5.2. “Era muito grande e tinha muita gente”: a percepção das mudanças na ilha

Quando cheguei pela primeira vez na ilha de Quatipuru Mirim em 2016, recordo de uma cena que havia me chamado a atenção no momento, se tratava da coleta de azeitonas em um quintal vizinho a casa em que eu estava hospedado. Tal situação poderia passar despercebida caso não fosse raridade uma “azeitoneira”<sup>22</sup> na ilha, e excepcionalmente carregada de frutos. Os moradores e seus vizinhos estavam reunidos, entre crianças e adultos, com um suporte plástico para recolher a maior quantidade possível de frutos, enquanto uma pessoa agitava os galhos para que os frutos se desprendessem.

Em 2018 retornei a comunidade e ao longe, ainda no barco, pude visualizar uma árvore arrancada pela raiz, jogada na areia da praia, na entrada da comunidade. Ao descer do barco percebi que as casas próximas ao porto haviam sido transportadas pelos moradores para outra área da ilha devido à erosão provocada pelas dinâmicas das marés que levam a erosão reconfigurando a morfologia e a paisagem da praia. A árvore passou a ser um espaço de socialização diferente, conforme constatei nos finais de tarde, em marés baixas, os homens, jovens e adultos, reuniam-se para conversar. Quando a área em que estava a árvore ficava submersa era domínio das crianças, que a utilizavam com trampolim para saltos, assim como esconderijo em suas brincadeiras.



Colheita de azeitonas roxas realizada por grupo de vizinhos (2015) – Foto (Autor: ALVAO, Alan)

---

<sup>22</sup> De nome científico *Syzygium cumini*. Nome popular azeitona preta, jamelão, jambolão , e etc.



Árvore de azeitonas roxas arrancada pelo mar no processo de erosão (Fevereiro/ 2018) – Foto da pesquisa (Autor: ALVAO, Alan)

A situação relatada demonstra a relação criada na comunidade com o espaço costeiro. A árvore estava inserida em uma área que “caiu” com o avanço da maré, junto a ela também se reconfiguram os locais de embarque para chegada e saída da comunidade, as ruas, os lugares das casas e os locais onde são escavados os poços temporários que abastecem parte da comunidade.

Os moradores utilizavam a “azeitoneira” (a árvore caída) como referência da diminuição, quase anual, do espaço habitável da ilha em função da erosão provocada pelas marés. Em diversas vezes mencionaram a longa distância do porto até as casas,

Ela [a ilha] mudou. Mudou porque os morador vão saindo né, e aí ela vem caindo de lá pra cá né, que daqui pra lá, lá quando eu cheguei aqui a gente andava muito. Do tempo que eu morava daqui lá pra aquela ponta acolá a gente andava muito. Agora não, tá pertinho, tá ali já, muitas casas já saíro daí (José Silva, 70 anos).

Ah já, era muito grande essa praia, agora que tá desse jeito já, era muito grande essa praia. Daquelas praia do Maranhão, só o que tá firmando é essa aqui, essas outra já foro embora tudo. Já caiu foi muito aí, as praia do Maranhão. Essa praia aqui tem muitos ano (Raimundo Espirito Santo, 76 anos).

Ôh, do que eu nasci já mudou várias vez, tinha esta praia, tinha outra pra fora já se acabou, já cresceu por aqui, já tá se acabando, é... (Terezinha Ramos, 60 anos).

É, nessa ponta aí, nessa ponta aí. Isso aí tinha casa no lugar das casa é até... eu acho naquele canal quem vai pra Alemanha, né Marlúcia? Era muita casa, Alan. Tu saltava na ponta hum... pra cá pra praia tinha muita muita distância pra gente andar. Deus viu que eu morava aqui e eu imaginava quando eu chegava na ponta (Marilena Ferreira da Silva, 52 anos).

A discussão sobre os lugares de memória iniciadas por Nora (1993) ajudam a pensar o uso dessas referências como o a árvore, a rua, o porto, os vestígios de casas, como aspectos simbólicos do espaço em sua relação com a memória. Segundo o autor, são lugares que congregam os três sentidos da palavra, sejam eles: material, simbólico e funcional em diversos graus.

A própria noção de lugar associa o simbólico ao espaço físico, como postula Alencar (2007) para o caso das populações da região do médio Solimões “o lugar é uma categoria através da qual as pessoas se percebem no mundo e se situam numa paisagem em permanente transformação” (p. 96).

Nesse sentido, o espaço se trata de uma dimensão irreduzível da comunicação e da experiência humana, de forma que também das memórias,

(...) o mundo conhecido e imaginado que a atividade humana converte em um complexo de significados, manifestos em uma realidade geográfica que são representadas através de suas categorias paisagem e lugar, suportes privilegiados do processo de simbolização, da conversão em símbolos dos elementos concretos presentes no cotidiano (Costa, 2008, p. 151).

Partindo da referência do lugar dos entrevistados, a migração dos moradores tão mencionada entre as mudanças da ilha, está relacionada à erosão e diminuição da praia. As casas já não existiam nos lugares mencionados, e para mim era difícil visualizar ruas, casas e árvores observando apenas o mar no momento das entrevistas. O movimento de saída dos nativos e chegadas de novos moradores, oriundos da região, levou os depoentes a construírem narrativas saudosas do tempo da “praia grande”, lugar dos “antigos”, “Quando era mais aqueles pessoal antigo inda era melhor ainda, agora depois desse tráfico é que tá ficando já meio desigual como diz a história ...” (Jurandir Alves Ramos, 63 anos).

O narcotráfico impactou as memórias de forma a ser um marcador da temporalidade da memória, dividido-a no tempo dos “antigos” e dos “novos”. Evidenciar o tempo dos “antigos” como contraponto do tempo de insegurança proporcionado pelo mercado ilegal de narcóticos delinea diversas tensões culturais proveniente das dinâmicas de pessoas na ilha e nas regiões próximas.

As mudanças do tamanho da ilha são demonstradas nas narrativas tomando o porto como referência devido aos ocasionais deslocamentos dos comunitários às áreas urbanas como Bragança e Tracuateua.

Era de arriar mais de dez vez, tinha hora que dava vontade até da gente jogar fora (risadas) e deixar, era. Tinha uma vez eu fui pros campo, eu levava, o que era que eu levava, uns peixe numa sacola, meu irmão, da Alemanha andando

na mangueira, era na mangueira Marlúcia? Era eu com uma sacola e um saquinho com uns peixe, hum... eu só faltava chorar. Eu disse: Sabe que eu vou jogar fora esse peixe só vou levar minha sacola. E joguei o peixe: Vai-te pra lá que lá vou tá carregando peso. Era muito longe Alan, deus te defenda, atravessando com a água aqui óh (Quase na cintura). Nós sofremos muito aqui pra ir pra Bragança, nós atravessava com água aqui naqueles buraco que tinha, com sacola e chuva aqui óh. Aí depois que o Jonas ganhou pra prefeito que melhorou pra nós, mas se não? Nós ainda tava (Marilena Ferreira da Silva, 52 anos).

Dona Marilena relata um episódio em que teve que viajar até a região dos campos, na zona rural de Tracuateua e aproveita a situação para exemplificar o sofrimento para chegar à sede do município de Bragança. O deslocamento da comunidade era feito de barco até o porto da Alemanha. De lá, os moradores teriam que atravessar caminhando uma extensa área de manguezal, com um nível de inundação que, segundo Marilena, alcançava a altura da cintura. Assim, foram recorrentes os relatos envolvendo situações de deslocamento para fora e na comunidade para explicar as mudanças nas dimensões da ilha.

### 5.3. Traços da racionalidade local sobre os recursos e o espaço nas memórias do trabalho

Surgiram diversas situações, narradas e observadas, que apontam para uma racionalidade local que confronta ou destoa à racionalidade hegemônica, imposta por sistemas que se anseiam por universalidade como o capitalismo e a sua lógica do mercado. Brandão (2007) em sua análise dos mundos rurais trouxe contribuições nessa linha de entendimento, enfatizando o processo de modernização,

Por toda a parte estamos envolvidos com novos termos entre a terra e o trabalho, novos conflitos, ou o aguçar dos velhos conflitos entre antigos e novos personagens rurais ou “no campo”. Uma racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do “progresso” quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os índios e os camponeses (BRANDÃO, 2007, p. 39).

Para Santos (2006), os atores não beneficiados por essa racionalidade dominante, formaram, no decorrer da história, outras racionalidades tomadas como “irracionalidade” ou, dialeticamente, “contra-racionalidade”, e que, na verdade, tratam-se de “racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo” (p. 210). Segundo o autor pode-se localizar essas racionalidades do ponto de vista social, econômico e geográfico,

... de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as



minorias; de um ponto de vista económico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemónicos (SANTOS, 2006, p. 210).

A definição dessas situações é a incapacidade de subordinação completa à racionalidade hegemônica, uma vez que não dispõe de meios para acessar a modernidade material contemporânea, e “essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, 2006 p. 210).

Dito isso, trarei nesse espaço algumas experiências narradas pelos pescadores que se inscrevem nessa lógica local de pensar os elementos naturais, o trabalho e em alguma medida os recursos. A relação construída com a natureza por essa comunidade pesqueira levou a diversificação de estratégias de pesca de acordo com as imposições ambientais e a disponibilidade das espécies aquáticas. Como ponto inicial, tratarei da pesca de “emburateua”, pelas particularidades e pelas conformações das lembranças, ao considerar aspectos irrelevantes para a pesca dentro dos moldes capitalistas.

O termo “emburateua” é utilizado pelos pescadores para denominar os pontos de pesca que servem de abrigo para uma grande quantidade de peixes,

Emburateua? Emburateua é o seguinte é esse mangue... é esses pauzão que tá caindo aí, dá o nome de emburateua né, esse manguezal que tá caindo, esse que dá o nome de emburateua (Antônio Gomes, 46 anos).

Emburateua é que vai caindo aqueles pau né, vai caindo aqueles pau como tem ali na ponta, assim chama emburateua. É, vai formando aquela poça d'água e vai ficando o emburateua (José Silva, 70 anos).

Sendo essas áreas utilizadas pela ictiofauna para reprodução e desenvolvimento de peixes juvenis, os depoentes reconhecem a especificidade do local e sua importância para as espécies, além do seu potencial de recuperação dos estoques pesqueiros, principalmente para a pesca de beira. A formação dos “emburateuas” pode ser natural ou artificial, devido à derrubada de árvores (BARBOZA; PEZZUTI, 2011).

Nesses termos, o uso da área se particulariza também pelo uso de petrechos, onde a utilização das redes se dá de forma bastante limitada,

Aí aqueles pau fica, um ramal de pau miserenta lá que... é obrigado... aí a gente já faz um pesqueiro lá, de linha, um pesqueiro de linha, pra pescar peixe (Raimundo Espírito Santo, 76 anos).

É muito pau. É muito pau, é muito fundo. Aí a gente já mete já só o espinhel, e a rede no ferro que ela num sai do lugar dela, fica todo tempo lá (Edcarlos Ferreira Ramos, 38 anos).

Pesca mais de espinhel, que de rede num pesca não porque a rede engata demais né (Antônio Gomes, 46 anos).

A relevância em dar destaque a essa modalidade de pesca de beirada está na limitação imposta no uso de certos petrechos como a rede de nailón, com alta capacidade de predação, somada a consciência dos pescadores em relação à importância do local. Além disso, essa atividade demanda um tempo maior dos pescadores, e, na maioria dos casos, o produto é encaminhado para a alimentação familiar. Em um dos depoimentos, o pescador associa o “emburateua” como área de pesca das mulheres.

Tratam-se de aspectos que conflituam com a lógica de produção do mercado, principalmente devido a não existência de uma mercadoria, sendo assim, valorado a partir do uso na comunidade. Em relação ao valor social atribuído aos peixes, vale destacar que, em situação de pesca de cabrita, tanto em mar como em terra, evita-se o desperdício. A “cabrita” realizada no barco exemplifica bem esse caso, quando os pescadores evisceram os pescados marcados pela rede e salgam para consumo próprio, desviando-os da produção do barco que se destina para a venda.

O valor como alimento também atribui complexidade ao produto, pois os comunitários ficavam extremamente frustrados quando não conseguiam comer peixes em tempo de entressafra. Nesses tempos, a captura é prioritariamente para o consumo familiar, além de ocorrerem as doações para vizinhos e venda para outros conhecidos da comunidade por um preço abaixo do valor de mercado, deixando em segundo plano a comercialização para o mercado.

Nesse âmbito dos valores atribuídos aos recursos naturais, é preciso mencionar que o entendimento dos comunitários parte de uma lógica própria de sociedades que construíram complexos sistemas de apropriação comum dos recursos naturais,

Existem ainda hoje, no Brasil, uma variedade de formas comunais de acesso a espaço e recursos naturais que, por muito tempo, foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas de apropriação dominantes, seja pela grande propriedade privada seja pela pública. Essas formas geralmente subsistem em regiões com ecossistemas considerados “marginais”, com solos inapropriados para uso agrícola ou urbano-industrial intenso (DIEGUES, 2001, p. 98).

Ainda no sentido de uma contra-razionalidade, tratam-se de sistemas construídos em um largo período de tempo em comunidades não urbanas, e caracterizam-se pela utilização comunitária dos espaços e recursos locais.

A existência desses arranjos está ligada a forte dependência dos recursos naturais renováveis, com aproximações mais ou menos delimitadas com o mercado (DIEGUES, 2001). Ainda, segundo Diegues (2001)

Esses arranjos subsistem e são permeados por uma extensa teia de relações de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de formas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal. Existem também normas de exclusão de não-membros, que também podem ter acesso aos recursos usados em comum, desde que de alguma forma, se identifiquem com o grupo de usuários (por ex. através do compadrio) (p. 98-99).

Em diversos momentos históricos, os regimes de uso comum passaram a ser ameaçados de desaparecimento por formas dominantes de gestão e utilização dos espaços e recursos, principalmente pela forma estatal e privada. Os diversos interesses sobre as áreas comuns criaram muitos conflitos, que em alguma medida, foram geradores de resistências e lutas por reconhecimento. Uma experiência mundialmente conhecida é a reserva extrativista formada a partir de reivindicações populares junto ao Estado.

No que se refere a comunidade de Quatipuru Mirim, no interior da reserva extrativista marinha de Tracuateua, os pescadores possuem noções divergentes sobre o mar e a ilha como propriedades. O mar alto é um lugar de “todos”, em um sentido mais amplo, isto é, extrapola as normas e apropriações vigentes na comunidade, para tanto, utilizam a figura de deus para localizar como referência de proprietário,

Num tem dono, só deus mesmo (João Alves Ramos, 58 anos).

Agora isso aí ficou ruim né, o dono do mar só deus né. Ninguém tem um pesqueiro certo, seu, ninguém num tem. Qualquer um pode chegar e pescar (Antônio Gomes, 46 anos).

Quando se tratou da ilha, me pareceu menos abrangente a propriedade, e em alguma medida mais restrita ao grupo,

Aqui nessa praia aqui? Cada qual é dono do seu pedacinho já. Pra cá essa parte me pertence aqui, é eu que tô zelando aí, é de deus, eu que tô zelando né, eu que tô sendo dono agora (João Alves Ramos, 58 anos).

Daqui da praia num tem dono, todo mundo é dono, do mar só é esse aqui (Aponta para a imagem de Jesus em um quadro) (Raimundo Espirito Santo, 76 anos).

É, pode pescar, quem chegar lá pode pescar, num tem dizer ah eu sou aqui, eu sou o dono daqui. Chegar lá pode pescar (José Silva, 70 anos).

A ideia do “todo” expressada pelos depoentes tem como referência a comunidade. Dessa forma, os comunitários podem acessar às áreas de pesca, com a limitação de não ocupar o espaço temporário onde outro pescador estivesse trabalhando. No tocante ao lugar das casas surgiu um âmbito um pouco mais restrito em que o acesso é ainda mais limitado com abertura para familiares e vizinhos.

Um caso interessante foi narrado pelo pescador José, e se trata de conflitos resultantes do descumprimento das normas coletivas da pesca de beirada na ilha. Seu José trabalhava com o filho em um tipo de pescaria fixa, onde a rede ficava fixada ao solo com pedaços de madeira, denominada “estacada”. Um pescador que trabalhava na mesma área resolveu mudar de lugar, contudo, foi à procura de outro pescador que não fazia parte da comunidade para trabalhar na área deixada sob aviso de que voltaria para a área.

A atitude geradora do conflito foi a do pescador novo vender as estacas do outro pescador. Seu José ficou incomodado com a atitude de ceder a área de pesca para uma pessoa não pertencente ao grupo, “...arranjou um companheiro e trouxe, como é que pode, eu tava pescando com ele...” (José Silva, 70 anos). Na perspectiva do pescador a cessão da área para uma pessoa externa ao grupo levou a atitude de venda da estacada.

Incomodado com a presença de outra pessoa o seu José disse:

Ele... quem compra lá donde a água lava ninguém num compra terreno nenhum. Lá é de quem chegar, se ele num quer que a gente pesque lá, então quando ele sair de lá... então o senhor arranque de lá e deixe pra outro o lugar lá, lá onde a maré lava ninguém tem dono.

A venda e a cessão de instrumentos e da área de trabalho para pessoas “de fora” produziu desconfiança, e incômodo, principalmente pelos conflitos daí surgidos,

Ele [pescador novo) agarrou vendeu, vendeu pra outro aí, e quando é lá, agora é só confusão, é nesse lombo daí, só é confusão lá. Ele já queria torar... os toco dele de lá, e falou lá pra ele pra ver se ficava com os toco, agora eles são zangado, num fala com ele, se zangou atoazinho.

Por conta de um “estranho” os pescadores passaram a se desentender, e a ameaçar, um ao outro, de desocupar o pesqueiro a força, arrancando as “estacadas”.

Outra situação que vale o destaque é a negociação das casas no interior da ilha. Os moradores, ao decidirem sair da comunidade em direção aos centros urbanos, podem vender suas casas, porém os terrenos não entram em negociação. Com isso, os coqueiros e outras árvores frutíferas localizadas nos quintais podem pertencer aos antigos donos. Em vários momentos me foi relatado que quando os antigos moradores, residentes na cidade, voltam a comunidade, é comum consumirem os frutos das árvores de seus antigos quintais, agora com novos donos. Contudo, não impedem que os novos proprietários também usufruam do espaço e das árvores.

As memórias relacionadas ao trabalho em muito contribuíram para entender a gestão local da região costeira, não somente por contribuições sobre a diversidade de ambientes, fauna

e flora, mas sim, a relação da população local de Quatipuru Mirim com o ambiente. Essa é a relevância do que foi escrito nesse último capítulo, uma vez que toda a dinâmica social da pesca artesanal se constrói diretamente no confronto diário com o mar.

A intenção desse último capítulo foi evidenciar os elementos da relação dos comunitários com o ambiente e os recursos apropriados por eles. Em um primeiro momento apresentei os conflitos e as percepções dos pescadores e pescadoras sobre a reserva extrativista e a interferência no estilo de vida dos usuários de Quatipurú Mirim. No segundo momento apresentei os aspectos apontados pelos pescadores no esforço de caracterizar a ilha e as mudanças ocorridas, preocupando-me especialmente com os significados atribuídos à paisagem local, sempre lembrada entre os fluxos e permanências nas migrações dos moradores, e relacionada com as necessidades da população local. Por último destaquei elementos da racionalidade local que contrastam com a racionalidade moderna seja em seus princípios desenvolvimentistas com em ideias conservacionistas predominantes.

## **6. CONCLUSÃO**

A comunidade de Quatipuru Mirim, além de área de estudo, foi o recorte geográfico utilizado para a análise das memórias sobre a pesca artesanal, considerando que apenas os pescadores e as pescadoras residentes na ilha foram entrevistados. Dessa forma, fez-se necessário conhecer as condições em que se encontra a comunidade. Para isso, recorri aos relatórios dos potenciais turísticos da região realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais do Pará (CPRN) em 1998, onde identifiquei as formas como se referem a localidade, sendo elas: “praia”, “vila” e “povoado”. Contudo, houve predominância da denominação “praia” devido às características ambientais, ecológicas e paisagísticas de Quatipuru Mirim, e aos objetivos do relatório incluídos entre as estratégias de desenvolvimento da região por meio do turismo.

Com a finalidade de ampliar e diversificar as representações sobre o lugar, analisei um conjunto de fontes digitais que abordavam Quatipuru Mirim sob diversos aspectos. Foram consideradas as memórias produzidas nos espaços de sociabilidades na rede social Facebook, dos quais se destacaram as páginas “Tracuateua, Turismo e História” e “Praia de Quatipuru Mirim”. As páginas são iniciativas individuais, e não oficiais, que tomaram uma tonalidade coletiva com a publicação de materiais (textos e fotografias) para produção de memórias sobre o lugar, e devido as interações, entre comentários e postagens de outras pessoas, sobre

experiências em visitas e residência na ilha. Foi possível identificar as motivações para visitas à ilha através das postagens, se tratando de férias, atividades em instituições locais (igrejas e escolas principalmente) e eventos locais, como o festival do xote.

Ao considerar essas fontes, trouxe para a discussão as representações de atores sociais que, em alguma medida, mantêm relações com o lugar, principalmente órgãos do governo e os filhos migrantes dos nativos, que buscaram nos centros urbanos alternativas, evitando o trabalho na pesca artesanal. As representações produzidas tanto nos relatórios do CPRN como nas páginas do Facebook possuem pelo menos um ponto de contato: o apelo para o desenvolvimento turístico.

A perspectiva dos nativos construídas na história oral tem intenção de confrontar a visão construída nos espaços analisados anteriormente. Dessa forma, ainda que o turismo venha sendo estimulado nos discursos dos relatórios e nas redes sociais, ainda não é alternativa para os comunitários, uma vez que a pesca artesanal permanece como a fonte principal de renda. Os ilhéus não possuem estrutura para receber os turistas, além de não demonstrarem interesse em tal projeto de desenvolvimento.

A comunidade estabelecida na ilha de Quatipuru Mirim tem origens diversas, devido a isso foi possível reunir várias versões. Entre os comunitários prevaleceu a versão dos migrantes nordestinos, enquanto para Pantoja (2015), pesquisador que trabalhou com entrevistas no local, as primeiras gerações de moradores eram nativas da região, migrando de outras ilhas e das comunidades da zona rural dos municípios próximos.

As memórias da origem da comunidade são elementos importantes para a manutenção da coesão social, reforçando o sentimento de pertença, base da identidade dos nativos. Contudo, lembrar-se da vida na comunidade é considerar os fluxos da população, principalmente o movimento de migração de moradores para a cidade. Esse aspecto impacta fortemente as memórias e as representações do lugar, uma vez os depoentes passaram a contrapor o viver na cidade com o viver na ilha, em casos que se referiam a desigualdade e segurança civil como característica das áreas urbanas.

Os sujeitos estudados são pessoas que residem em Quatipuru Mirim e que estão envolvidas com o trabalho na pesca artesanal, isto é, que tem como principal atividade a apropriação de recursos renováveis por meio de saberes e fazeres construídos na tradição e compartilhados pela cultura local. Dessa forma, doze pessoas foram entrevistadas, e contaram sobre o trabalho e a vida em comunidade. A ênfase foi dada ao trabalhador da pesca embarcada de mar alto, por se tratar da referência comunitária na definição do pescador profissional.

A iniciação na pesca artesanal acontece cedo, quando as crianças acompanham os pais

nas rotinas de trabalho. As memórias da infância, principalmente dos homens, tiveram muitos pontos de contato, estabelecendo a relação com a memória coletiva. Dessa forma, a “zangaria” foi denominada como a primeira pesca devido também se tratar da “pesca dos antigos”. Envolve a ajuda ao pai, ou a referência masculina mais velha, como acompanhantes no trabalho. Com isso, os pescadores lembraram-se das rotinas de duplo turno, onde se pescava em uma parte do dia e na outra frequentava as aulas na escola local.

O mau desempenho escolar foi recorrente nas memórias, acompanhado de ansiedade em acompanhar nas pescarias. Por consequência, a pesca apareceu nas lembranças da infância como destino, dado que as oportunidades de migrar para as cidades eram direcionadas às meninas, principalmente para trabalhar como domésticas na casa de conhecidos, ou para ajudar os parentes idosos. Os depoentes não mencionaram a saída de homens com a finalidade de buscar outros ofícios ou para pescar em empresas, embora afirmem já terem se envolvido, em algum momento, com a pesca em outro local. A permanência dos homens na comunidade e no trabalho é um ponto valorizado da versão coletiva, posto que os filhos de muitos deles já residem nas cidades.

As narrativas da infância no trabalho são costuradas com eventos chaves, representando a pretendida linearidade da formação do homem em Quatipuru Mirim. Sendo assim, o pescador artesanal iniciava a sua trajetória na pesca como “ajudante”, geralmente, na pesca de “zangaria” e auxiliando em pequenas tarefas como na retirada dos pescados capturados nas redes, a “despesca”. A mudança de etapa está relacionada ao cambio de motivação do próprio jovem, passando de pescador acompanhante para um caráter profissional com a construção do próprio núcleo familiar, definido como “arrumar família”. Essa segunda etapa só finaliza quando com a aposentadoria, quando o pescador muda a rotina e passa a acompanhar em jornadas de trabalho ocasionalmente.

Muitas mudanças ocorreram na formação do pescador no local, e estão diretamente relacionadas com a inserção de novas tecnologias na atividade. Não era objetivo desse trabalho, fazer um levantamento dos instrumentos de trabalho. Os petrechos nessa análise foram surgindo nas narrativas no âmbito das mudanças ocorridas na percepção dos trabalhadores. A “zangaria” deixou de ser, nesse processo, a pesca de iniciação de pescadores mais jovens, devido às proibições das regras da reserva, como também devido os materiais de confecção e as técnicas tomadas como “antigas”.

Os jovens pescadores mais interessados no ofício já iniciam com grande contato com a pesca embarcada motorizada, situação não mencionada pelos pescadores entrevistados. A motorização, em alguma medida, reconfigura a pesca local, estendendo as jornadas de trabalho

e ampliando a área de pesca. De forma que também impacta diretamente nas relações que se constroem no mar, com o afastamento da terra, implicando ainda nas relações pós-pescarias, como por exemplo as relações familiares, quando os pescadores após rever a família envolvem-se em pescarias nas em áreas próximas, ou sentem impulso a retornar para ao barco, as praias, aos companheiros de trabalho.

Os traços modernizantes na pesca não foram assimilados diretamente, foram apropriados de forma muito particular tendo como referência a tradição nas pescarias. Os pescadores de Quatipuru Mirim articulam seus saberes e organização com as novas tecnologias introduzidas, é o que se tem chamado de “atualização da pesca artesanal”. Isso foi percebido porque os pescadores partiram, primeiramente, dos elementos tecnológicos para explicar as mudanças na atividade pesqueira. Nesse âmbito foi possível destacar tecnologias como: o “navegador”, a “sonda”, o “prumo”, e uma diversidade de tipos de redes plásticas, além do gelo para a conservação do pescado.

Uma situação exemplo das formas de apropriação das tecnologias e resistências a racionalização imposta pela lógica do mercado, é que os pescadores definiram como “cabrita”. Trata-se de uma conformação momentânea da pequena produção mercantil pesqueira, que objetiva o fortalecimento dos laços sociais e à subsistência da comunidade diante do empobrecimento dos trabalhadores. Na “cabrita”, eles se unem em pescarias próximas com a finalidade de capturar pescados para a alimentação familiar. A divisão se torna mais igualitária, só se flexionando em casos de extrema necessidade de um dos parceiros, que acaba ficando com uma quantidade maior. Essa alternativa também apareceu no barco diante da quantidade de pescados “estragados” ou marcados pelas redes, onde se faz o aproveitamento com a salga, e a venda não se constitui parte da produção. Nessa situação o produto também é dividido igualmente, atribuindo um valor a mais na renda dos tripulantes.

Na pesca embarcada, a tripulação é composta por parceiros de trabalho, tendo como mecanismo principal as relações de parentesco. O mestre da embarcação precisa, necessariamente, conhecer o trabalho do tripulante para convidá-lo a compor a sua equipe. Dessa forma, a familiaridade minimiza os riscos das jornadas, tanto ligados à dinâmica ambiental, como referentes aos conflitos entre os membros da tripulação.

A pessoa do mestre é o maior marcador da hierarquia na pesca artesanal, uma vez que em muitos casos também é o proprietários das embarcações, recebendo o dobro do valor referente aos outros tripulantes na partilha da produção. A função do mestre orbita a noção de responsabilidade construída socialmente, ligada a tarefas como a composição da equipe de trabalho, a manutenção da embarcação, comercialização e localização de bons pesqueiros. Para



ser um mestre da pesca em Quatipuru Mirim deve-se obedecer a dois critérios elencados: primeiro ser corajoso, por conta dos riscos iminentes do trabalho no mar; segundo, estar sempre atento, para uma náutica eficaz. Esses critérios aglutinam diversas habilidades pessoais e convertem em aptidões inatas, o que conduz ao entendimento de que o mestre não se forma, um pescador torna-se mestre. Ele precisa do reconhecimento de suas experiências e da capacidade pela comunidade.

A mestrança surgiu nas memórias em um ambiente de extrema desconfiança criado pelas migrações dos mais jovens, que provoca a sensação de rompimento da tradição, e pela chegada de novos moradores na ilha, principalmente aqueles envolvidos com o mercado ilegal de drogas. À vista disso, os depoentes colocaram situações em que a produção foi comprometida devido o uso excessivo de substâncias psicoativas, principalmente relacionada a pessoa do mestre. Quando o uso foi de outro tripulante não demonstraram tal preocupação. Por isso a formulação de narrativas que classificam as “drogas” de acordo com a interferência no trabalho, sendo elas “drogas dos antigos” e “drogas novas”.

Conflitos entre os tripulantes da mesma embarcação, segundo os depoentes, não ocorrem. Contudo, foi recorrente o evento denominado de “queimação”. Trata-se da presença de mais de um barco de pesca na mesma área, resultado em discussões. Vale destacar que a “queimação” não acontece por coincidência, o caso é que um barco segue outro depois de uma pescaria bem sucedida.

A relação mais marcadamente conflituosa ocorre com uma personagem externa à comunidade, o “patrão”, aproximada algumas vezes da figura do “marreteiro”. O vínculo entre pescadores e o “patrão” é construído, principalmente, pelo aviamento. Essa situação prende o produtor em uma relação desigual, que no limite o pescador embarca com dívidas altas comprometendo os seus rendimentos, e acirrando a dependência. O “patrão” é visto como um não trabalhador que consegue acumular capital explorando o trabalho dos pescadores. Enquanto o “marreteiro”, mais vinculado a pesca de beirada, estabelece uma relação mais limitada, porém ainda desigual. Na comunidade, algumas pessoas se estabeleceram como “marreteiros”, geralmente são os comerciantes locais, visando à comercialização no local e a revenda de pescado para compradores externos. Esses seguem o mesmo sistema de aviamento de forma bem limitada.

O trabalhador da pesca têm muitos enfrentamentos na rotina de trabalho, dos quais se destaca a comercialização para o grande “patrão” e sua lógica de mercado. Além disso, foi possível elencar uma série de problemas que acometem o pescador colocando-o em situação de perigos e ocasionando, no limite, a perda dos bens e da vida. O “alagamento” foi o mais

recorrente, e foi relacionado à figura do mestre na embarcação e a atenção necessária que este precisa ter na condução da produção. A ocorrência desse evento está relacionada ainda à uma complexa combinação de aspectos sociais e ambientais, considerando a frequência anual. No bojo da pesca embarcada também foram mencionados perigos como a pirataria.

Na pesca de beirada os perigos se particularizam devido a proximidade da comunidade, assim, o destaque foi dado ao imaginário popular em torno de entidades não humanas como o “ataíde”, “curupira”, “cavalo marinho”, “porca”, “lobisomem” e “rasga mortalha”. A crença nesses seres pode levar, no máximo, ao raro afastamento das áreas de pesca em certos horários.

Os acidentes com objetos perfuro-cortantes, e com partes defensivas de peixes e mariscos demonstraram a vulnerabilidade do pescador quanto à saúde, e a importância do posto de saúde local no atendimento de pessoas acidentadas. Em muitos casos a colônia de pescadores também se tornou importante por facilitar atendimentos médicos na sede do município e por garantir a subsistência do pescador e da família por meio de benefícios alcançados junto ao governo.

Em suas narrativas os entrevistados tomaram a pesca embarcada como definidora de uma pesca profissional, e isso levou a invisibilidade de integrantes da comunidade, que em uma visão mais ampla, também se envolvem na atividade, e são fundamentais para a sua manutenção. Desse grupo destaquei o trabalho das mulheres na pesca de beirada, voltado para o consumo familiar, que com o tempo fragmentado entre os fazeres de casa e da pesca, possibilitam a centralidade do tempo do homem na atividade pesqueira, influenciando diretamente na renda familiar quando garantem a subsistência da família. As crianças também fazem parte da pesca, participando de atividades limitadas, de acordo com o padrão de divisão sexual do trabalho, onde as meninas cuidam dos fazeres de casa, e os meninos participam de pescarias nas proximidades com os pais. O trabalho, nesse caso, foi entendido como uma estratégia de socialização de espaços sociais e práticas da cultura local.

Os velhos pescadores veem a pesca como atividade complementar, pois não se trata da principal fonte de renda. A participação nas jornadas de trabalho é bastante reduzida, acontecendo ocasionalmente, na companhia dos filhos. Assim, se destacam pela importância social na construção de uma memória da pesca na comunidade e da socialização dessas memórias com pescadores mais novos.

Quatipuru Mirim encontra-se desde 2005 na área da reserva extrativista marinha de Tracuateua. A participação dos comunitários no processo de criação da unidade de conservação se deu de forma bastante limitada, e com a falta de engajamento não houve entendimento dos objetivos e funções da política pública. As representações sobre a resex se construíram tendo

como base as políticas complementares, fazendo com que os depoentes a definam como um prédio ou associem-na às casas do INCRA. Os conflitos com os órgãos ambientais, IBAMA e ICMBio, também foram produtores de representações sobre a unidade de conservação, contudo, a linha de ação desses órgãos foi reconstruída nas narrativas como extremamente abusiva. Sendo principalmente vinculada a apreensão de instrumentos de pesca, como a fuzaca da pesca de curral, e ao corte de madeira do manguezal voltada a mesma modalidade de pesca.

Não houve uma relação direta entre a reserva extrativista e a pesca, por parte dos depoentes, embora tenham mencionado diversos incentivos, como a cessão de petrechos. Esse caso evidenciam os desencontros entre os objetivos da unidade por parte do governo e da comunidade nativa no programa de conservação. De forma que, no bojo das mudanças ressaltadas nas lembranças da ilha, não apareceu o processo de fundação da resex-mar de Tracuateua.

Das lembranças do lugar foram elencados múltiplos lugares de memória, em sua maioria, referentes aos movimentos, e poderia melhor dizer, aos deslocamentos dentro e para fora da ilha. Os moradores descreveram o porto, as ruas, os vestígios das casas, em sua forte relação com as migrações de antigos moradores e a chegada dos novos, de forma a considerar problemáticas sociais, como o tráfico de drogas. Nas memórias o tempo da “praia grande” foi o tempo dos “antigos”, enquanto esse tempo dos “novos” é o tempo da ilha que está caindo devido ao desvio moral e aos conflitos entre moradores. Existe uma relação simbólica entre a diminuição das áreas habitáveis da ilha, ocasionadas pela erosão, com as mudanças sociais e a corrupção moral, no sentido de uma ameaça a tradição.

A racionalidade local foi entendida como uma contra-racionalidade, inscrita nas formas de pensar o trabalho, o ambiente e os elementos naturais, trazendo para a discussão os diferentes valores atribuídos ao espaço e ao pescado, como parte de um sistema de uso comum. Assim o mar foi classificado como propriedade de “deus” e a ilha como sendo de “todos”, evidenciando os diferentes regimes de propriedade e as tensões em transitar por ele, onde as normas de acesso variam. Pode-se dizer que a persistência na ênfase no “uso comum”, em um contexto que, por diversos motivos, pressiona contrariamente a esta cultura coletiva (avanço da propriedade privada e da economia de mercado; individualismo que atinge a população mais jovem, seja pela introdução de novos instrumentos produtivos, seja pelo uso de drogas alucinógenas), é um das constatações mais importantes desta pesquisa.

A análise das memórias produzidas com a história oral possibilitou entender como a pesca artesanal se relaciona com o ambiente, e as formas históricas de gestão da região costeira em uma comunidade do Pará. O conhecimento das práticas e saberes sobre a atividade pesqueira

em Quatipiru Mirim contribuem para o fortalecimento e sofisticação das políticas públicas, de forma a considerar elementos importantes para os nativos, bem como os traços de uma racionalidade que, em muito, escapa da lógica urbana e estritamente capitalista, mas por outro lado, são densas de solidariedade e revelam modos de viver em sociedade que funcionam por práticas de reconhecimento coletivo.

## FONTES

- ALMEIDA, Herbert Georges de & SILVA, Graciete Branco da Cunha. Programa Informações para Gestão Territorial. Estado do Pará: CPRM. Município de Tracuateua. 1998.
- ESTADO DO PARÁ. Lei nº 5.858, de 29 de setembro de 1994. Cria o município de Tracuateua e dá outras providências. 1994.
- IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tracuateua/panorama>
- JORNAL TRACUATEUA. Tracuateua/ PA. Disponível em:  
<https://m.facebook.com/jornaltracuateuasite/posts/396393067148297>
- JORNAL TRACUATEUA. Tracuateua/PA. Disponível em:  
<http://www.jornaltracuateua.com.br/homesecond/84-noticiario/939-edson-brito-assume-a-pmt-interinamente>.
- PÁGINA PRAIA DE QUANTIPURU MIRIM. Facebook. Disponível em:  
[https://www.facebook.com/pages/Praia-Quatipuru-Mirim/831079680239959?tn=%2CdkC-RR&eid=ARBF8Bic\\_BoKHnPZWWooaLr9cqVxtvK9QEJVeYhb2\\_2HWl5grs0oozVHgiS wiKwua3mJbFUyJg61LZ&hc\\_ref=ARSLvIkY5ucqGKn0MuJsXZ8bP22L2H7Qcn6DL7db3228DbcQYJheBNY-L9Te1PGCVI&fref=tag](https://www.facebook.com/pages/Praia-Quatipuru-Mirim/831079680239959?tn=%2CdkC-RR&eid=ARBF8Bic_BoKHnPZWWooaLr9cqVxtvK9QEJVeYhb2_2HWl5grs0oozVHgiS wiKwua3mJbFUyJg61LZ&hc_ref=ARSLvIkY5ucqGKn0MuJsXZ8bP22L2H7Qcn6DL7db3228DbcQYJheBNY-L9Te1PGCVI&fref=tag)
- PÁGINA TRACUATEUA TURISMO E HISTÓRIA. Facebook. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/Tracuateua-Turismo-e-Hist%C3%B3ria-525180377621718/>
- PORTAL BRAGANTINO. Bragança/ PA. Disponível em:  
<http://www.portalbragantino.com/index2.php?pg=noticia&id=84>
- TAVARES, Margarida Maria Ribeiro et al. Diagnóstico do potencial turístico: municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Tracuateua. 1998.

## FONTES ORAIS

ALVES, Celso. 64 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 30 jan. 2018.

ALVES, João. 58 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 1 mar. 2018.

COSTA, Marinete. 34 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 8 mar. 2018.

FERREIRA, Edcarlos Ramos. 38 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 8 mar. 2018.

MIRANDA, Francisca. 78 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 18 jan. 2018.

PEREIRA, Sebastião. 56 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 26 jan. 2018.

RAMOS, Jurandir. 63 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 17 jan. 2018.

RAMOS, Marilena. 52 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 28 fev. 2018.

RAMOS, Terezinha. 60 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 30 jan. 2018.

SANTOS, Raimundo Espírito. 76 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 18 jan. 2018.

SARAIVA, Lorival. 34 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 8 mar. 2018.

SILVA, José. 70 anos. Entrevista sobre a pesca artesanal em Quatipurú Mirim. Entrevistador: Alan Crhistian Quadros Alvão. Pará: 26 fev. 2018.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRIC, J. C. et al. **Prácticas sociales y representaciones**. México: Coyoacán, 2001.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, C. B. Fontes históricas. v. 2. **Editora Contexto**, 2005. p. 155-202.
- ALENCAR, E. F. **Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras**. 1993.
- ALENCAR, E. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 16, n. 2, 2007.
- ALMEIDA, F. C de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS**, v. 3, n. 8, 2011.
- ALVÃO, A. C. Q. É muito bode pra um cabra só. *In*: Souto, Francisco José Bezerra e colaboradores. “Quando pensa que não...” Contos, causos e crônicas em Etnoecologia. v. 2. **Editora Zarte**. 2016.
- ALVES, E. D. J. P. Mudanças e continuidades do aviamento na pesca artesanal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1(2), 65-76. 2006.
- ARAMBURU M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** , v. 25, 82-99. 1994.
- ARRUDA, A. As representações sociais: desafios de pesquisa. **Revista de Ciências Humanas**, p. 9-23, 2002.
- ASP, D. G. S.; DOS SANTOS, F. R. O “Caminho Fundo”: História e Sentido de Pertença na Comunidade do Cigano (Tracuateua-Pa, Entre Colônia, Império e República). **Nova Revista Amazônica**, v. 6, n. 1, p. 103-120, 2018.
- BARBOZA, R. S. L; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Pará: aspectos relacionados com etologia, usos de hábitat e migração de peixes da família Sciaenidae. **Sitientibus série Ciências Biológicas**, v. 11, n. 2, p. 133-141, 2011.
- BARROS, J. D. **Teoria da história: Os paradigmas revolucionários**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 2013.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê Editorial, 2003.
- BOTELHO, M. do N. et al. Características comportamentais do consumidor de peixe no mercado de Belém. **Tropical Journal of Fisheries and aquatic Sciences**. 2007.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M. M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 1996.

- BOURDIEU, P. *et al.* **A miséria do mundo**. Petrópolis. Vozes, p. 263-271, 1997.
- BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. Perspectiva, 1983.
- BRABO, M. J. C.. Pescadores, geleiros e fazendeiros: os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari. **Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém. 1981.
- BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 1, n. 1, 2007.
- CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 10, n. 2, 2009.
- CARDOSO, L. F. C.; SOUZA, J. L. C. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 165-177, 2011.
- CARVALHO, J. G. da S.; ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paidéia**, v. 18, n. 41, p. 445-456, 2008.
- CEZARINHO, F. A.; SOCHODOLAK, H. Problematizações e notas metodológicas sobre as memórias na plataforma facebook. **UNICENTRO**, Paraná. 2016.
- CHAUÌ, M. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos. Brasiliense. v. 16. 1984.
- CORRÊA, D. S.. História ambiental e a paisagem. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, v. 2, n. 1, p. 47-69, 2012.
- COSTA, C. B. da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **Revista de História Oral. Rio de Janeiro**, v. 17, n. 2, p. 47-67, 2014.
- COSTA, J. N. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais na reserva extrativista marinha de Tracuateua, no Pará**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. 2014.
- COSTA, O. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e cultura**, p. 149-156, 2008.
- CUNHA, L. H. **A identidade caiçara: entre o local e o global**. São Paulo: NUPAUB- USP, 2007.
- CUNHA, L. H. de O. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: Diegues,(org). **A Imagem das Águas. Editora Hucitec**, Curitiba 2000.
- CUNHA, L. H. de O. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 20, p. 59-67, 2009.
- CUNHA, L. H. de O.. **Ordens e desordens socioambientais: saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e



- Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. 2007.
- DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Editora Autêntica, 2017.
- DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.
- DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. NUPAUB-USP, 2004.
- DIEGUES, A. C. S. **Mito moderno da natureza intocada**. Editora Hucitec. 1996.
- DOS REIS, M. H. de A.; VIEIRA, N. C. “Batida” pra elas, cachaça pra eles: O Ritual de Beberagem na Festa de Todos os Santos na Comunidade Quilombola de Jurussaca em Tracuateua/Pa. **Nova Revista Amazônica**, v. 4, n. 2, 2016.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Editora Atica, 1983.
- DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. Editora Nupaub/USP, São Paulo. 1995.
- DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. **Espaços e recursos naturais de uso comum**, 2001.
- DIEGUES, A. C. S.. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB. 2000.
- DUARTE, R. H. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ESPINHEIRA, G. Os tempos e os espaços das drogas. *In*: Almeida, A. R; Ferreira, O. S; MACRAE, E; NERY FILHO, A; TAVARES, L. A. Orgs. **Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo**. Salvador: EDUFBA, Cetad/UFBA, 1-26. 2004.
- FASSARELLA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Revista SER Social**, v. 10, n. 23, 2008.
- FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. 1990.
- FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 1, n. 2, p. 159-172, 2006.
- FURTADO, L. G.. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém. 1981.
- GALLINI, S. Historia, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina. **Nómadas (Col)**, n. 30, p. 92-102, 2009.
- GIMÉNEZ, G. Materiales para una teoría de las identidades sociales. **Frontera Norte**, 2018.
- GINZBURG, C. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. *In*: GINZBURG, C. **Olhos de**

- madeira**. Companhia de letras, p. 85-103, 2001.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**, Trad. De Laurent Leon Schaffer, 1990.
- HENRIQUES, R. M. N.; DODEBEI, V. A virtualização da memória no facebook. **CES Revista**, v. 27, n. 1, p. 257-273, 2015.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, p. 17-44, 2001.
- KNEIP, L. M. Os pescadores, coletores e caçadores pré-históricos da área arqueológica de Saquarema, RJ. **Revista de arqueologia americana**, p. 57-73, 1998.
- KOFES, S. et al. Memórias de “histórias femininas”, memórias e experiências. **Cadernos pagu**, 2011.
- LEANDRO, M. de L.; DA SILVA, F. C.; RODRIGUES, J. C. O papel da estrada de ferro de Bragança na colonização e economia da Amazônia oriental (1870-1960). 2010.
- LEITÃO, W. M.; SOUSA, I. S. Pescadores insulares e mercados: aspectos das relações de reciprocidade no comércio de pescado no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 2, p. 53-64, 2006.
- LIMA, M. G. M. O migrante de pesca e o espaço urbano. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 2, n. 3, 2007.
- LOPES, A. R. S.; NODARI, E. S.. “O que é da natureza não se mexe”: memória e degradação ambiental na Lagoa de Sombrio-SC (1960-2010). **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 55-80, 2012.
- MALDONADO, S. C. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. Annablume, 1993.
- MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. Editora Ática, 1986.
- MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. 1995.
- MARRUL FILHO, S. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. **Edições IBAMA**, 2003.
- MARTIN, M. C.; MOREIRA, S. L. S. Infância, vida e saberes: um estudo etnográfico com crianças em comunidade pesqueira. **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. 2010.
- MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Revista Cronos**, v. 12, n. 2, 2011.
- MORAIS, S. C. de; REIS, M. dos Santos. Pesca, educação e ambiente em uma comunidade ribeirinha da Amazônia. In: SILVA, J. M. P; SILVA, C. N. Orgs. **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFPa. 2011.

- NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PANTOJA, J. da C. **Pesca artesanal: Olhares sobre o trabalho e relações intergeracionais de pescadores e pescadoras na comunidade de Quatipurú Mirim – Pará**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). Universidade Federal do Pará. 2015.
- PETERSEN, S. Repensar a história do trabalho. **Espaço Plural**, v. 17, n. 34, 2016.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Editora Leya, Lisboa. 2013.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente? **Proj. História**, São Paulo. 1997.
- RAMALHO, C. W. N. **Ah esse povo do mar: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. 2002.
- RAMALHO, C. W. N. Elos de pertencimento na pesca artesanal. 2017. In: JUNIOR, W. C; BLUME, L. H. S. (Org). **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: Estudos Interdisciplinares**, v. 2. Salvador: EDUNEB, p. 27-50. 2017.
- RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. 2007.
- RAMALHO, C. W. N. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 1, p. 8-27, 2012.
- RIBEIRO, A. S. *et al.* A água como destino: Na Colônia de Pescadores Z-3, territórios e territorialidades entre mar e terra. **Revista Memória em Rede**, v. 10, n. 18, p. 22-47. 2018.
- RODRIGUES, M. R. **A atuação da associação dos usuários da reserva extrativista marinha de Tracuateua (Pa) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. 2017.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- SANTOS, M. A. S. D. A Cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no Nordeste Paraense. **Amazônia: Ciência e desenvolvimento**, Belém. 2005.
- SEEMANN, J. O espaço da memória e a memórias do espaço: Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 4, n. 1, 2002.
- SILVA, J. M. P. da *et al.* **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. 2011.
- SILVA, L. G. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar, sécs. XVII ao XIX**. Papyrus Editora, 2001.
- SILVA, L. G. S. da. História e Meio Ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.10-11, p. 219-231, 1998.
- SILVA, T. T. et al. A produção social da identidade e da diferença. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: **Vozes**, p. 73-102, 2000.
- STRECK, C. F.; FRISON, T. B. Lembranças de velhos: o mundo do trabalho na infância. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 1, 1999.
- SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Editora Record, 1998.
- TAVARES, M. M. R. et al. Diagnóstico do potencial turístico: municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Tracuateua. **Relatório do PRIMAZ**. 1998.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. *In:*
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**, p. 267-304, 1998.
- THOMSON, A. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação da história oral e as memórias. **Proj. História**. São Paulo. 1997.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014.
- WAWZYNIAK, J. V. Humanos e não-humanos no universo transformacional dos ribeirinhos do rio Tapajós-Pará. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2012.
- WILLIAMS, R. Cercamentos, terras comunais e comunidades. *In:* **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.